



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

LEANDRO HENRIQUE DA SILVA

A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO LITORAL NORTE FLUMINENSE: O
CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA

CAMPINAS
2024

LEANDRO HENRIQUE DA SILVA

A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO LITORAL NORTE FLUMINENSE: O
CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE DOUTOR EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO LEANDRO
HENRIQUE DA SILVA E ORIENTADA PELO PROF. DR.
MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Si38d Silva, Leandro Henrique da, 1982-
A divisão territorial do trabalho no litoral norte fluminense : o caso de São João da Barra / Leandro Henrique da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Márcio Antônio Cataia.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências.

1. Uso do território. 2. Divisão internacional do trabalho. 3. Modernização. I. Cataia, Márcio Antônio, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The territorial division of labor in the northern coastal area of Rio de Janeiro : the case of São João da Barra

Palavras-chave em inglês:

Use of the territory

International division of labor

Modernization

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Márcio Antônio Cataia [Orientador]

Edilson Luis de Oliveira

Luciano Pereira Duarte Silva

Tatiana Tramontani Ramos

Fabio Tozi

Data de defesa: 26-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-9530-7325>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4928799349990756>



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTOR: Leandro Henrique da Silva

**A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO LITORAL NORTE FLUMINENSE: O
CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia

Aprovado em: 26 / 04 / 2024

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia - Presidente

Prof^a. Dr^a. Tatiana Tramontani Ramos

Prof. Dr. Edilson Luis de Oliveira

Prof. Dr. Fabio Tozi

Prof. Dr. Luciano Pereira Duarte Silva

***A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta
no processo de vida acadêmica do aluno.***

Campinas, 26 de abril de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Afastamento para Qualificação da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Agradeço ao Professor, Márcio Cataia, meu orientador, pela autonomia no desenvolvimento desta Tese.

Agradeço à Samantha Niklaus, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

EPÍGRAFE

“Não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente.”

Jiddu Krishnamurti

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a divisão territorial do trabalho contribui para a manutenção das desigualdades socioespaciais em São João da Barra, município localizado no Norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto de que a concentração de determinadas atividades econômicas em áreas específicas do território está diretamente ligada à intensificação das disparidades socioespaciais na região. A hipótese desta tese, portanto, é que a modernização adotada por São João da Barra, especialmente com a implantação de grandes empreendimentos, como o Porto de Açú, desencadeia contradições que agravam as desigualdades socioespaciais. A subordinação às atividades econômicas ligadas à cadeia produtiva do petróleo, a seletividade na adaptação da infraestrutura local às demandas das grandes corporações e a fluidez territorial relacionada ao aumento da velocidade nos processos comerciais são fatores que corroboram com um território instável, onde o orçamento público convive com a políticas das empresas, gerando uma instabilidade no território. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa baseia-se em um levantamento bibliográfico sobre a divisão territorial do trabalho, a periodização do Norte Fluminense e as modernizações ocorridas em São João da Barra. Além disso, são utilizados dados documentais e cartográficos fornecidos pela prefeitura local e por órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A coleta de dados secundários foi realizada por meio de fontes como a RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, SEBRAE-RJ (Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas) e Receita Federal, portal da transparência municipal, Anuário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros. Diante da análise realizada, constata-se que a divisão territorial do trabalho desempenha um papel significativo no agravamento das desigualdades socioespaciais em São João da Barra. A concentração de determinadas atividades econômicas em áreas específicas do território contribui para a exclusão de parte da população dos benefícios econômicos e sociais gerados, perpetuando um cenário de desigualdade persistente. Esses resultados destacam a necessidade de fortalecer as instituições responsáveis por planejar o território para a população como um todo e não somente para determinados agentes, como grandes empresas multinacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Uso do território; divisão territorial do trabalho; modernizações.

ABSTRACT

This research aims to investigate how the territorial division of labor contributes to the exacerbation of socio-spatial inequalities in São João da Barra, a municipality located in the Northern Fluminense region of the State of Rio de Janeiro, Brazil. It starts from the premise that the concentration of certain economic activities in specific areas of the territory is directly linked to the intensification of socio-spatial disparities in the region. Hence, the hypothesis of this thesis is that the modernization adopted by São João da Barra, especially with the implementation of large projects such as the Açú Port, triggers contradictions that aggravate socio-spatial inequalities. Subordination to economic activities related to the oil production chain, selectivity in adapting local infrastructure to the demands of large corporations, and territorial fluidity related to the increased speed of commercial processes are factors that corroborate an unstable territory where public budget coexists with corporate policies, generating instability. To achieve the proposed objectives, the research is based on a bibliographic survey on the territorial division of labor, the periodization of the Northern Fluminense region, and the modernizations that have occurred in São João da Barra. Additionally, documentary and cartographic data provided by the local municipality and agencies such as the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) are used. The collection of secondary data was carried out through sources such as RAIS (Annual Social Information Report), CAGED (General Register of Employed and Unemployed People), SEBRAE-RJ (Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises in Rio de Janeiro), and the Federal Revenue, the municipal transparency portal; Annual Report of the State Court of Auditors of Rio de Janeiro, among others. From the analysis, it is evident that the territorial division of labor plays a significant role in worsening socio-spatial inequalities in São João da Barra. The concentration of certain economic activities in specific areas of the territory contributes to the exclusion of part of the population from the economic and social benefits generated, perpetuating a scenario of persistent inequality. These results highlight the need to strengthen institutions responsible for planning the territory for the entire population and not only for certain agents such as large multinational companies.

KEYWORDS: Territory uses; Territorial division of labor; modernizations.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar cómo la división territorial del trabajo contribuye a la exacerbación de las desigualdades socioespaciales en São João da Barra, un municipio situado en la región Norte Fluminense del Estado de Río de Janeiro, Brasil. Se parte del supuesto de que la concentración de ciertas actividades económicas en áreas específicas del territorio está directamente vinculada a la intensificación de las disparidades socioespaciales en la región. Por lo tanto, la hipótesis de esta tesis es que la modernización adoptada por São João da Barra, especialmente con la implementación de grandes proyectos como el Puerto de Açú, desencadena contradicciones que agravan las desigualdades socioespaciales. La subordinación a actividades económicas relacionadas con la cadena de producción de petróleo, la selectividad en la adaptación de la infraestructura local a las demandas de las grandes corporaciones y la fluidez territorial relacionada con el aumento de la velocidad de los procesos comerciales son factores que corroboran un territorio inestable donde el presupuesto público coexiste con las políticas corporativas, generando inestabilidad. Para alcanzar los objetivos propuestos, la investigación se basa en un estudio bibliográfico sobre la división territorial del trabajo, la periodización de la región Norte Fluminense y las modernizaciones que han ocurrido en São João da Barra. Además, se utilizan datos documentales y cartográficos proporcionados por el municipio local y organismos como el IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística). La recopilación de datos secundarios se llevó a cabo a través de fuentes como la RAIS (Informe Anual de Información Social), el CAGED (Registro General de Empleados y Desempleados), el SEBRAE-RJ (Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas en Río de Janeiro) y la Receita Federal (Hacienda Federal), el portal de transparencia municipal; Informe Anual del Tribunal de Cuentas del Estado de Río de Janeiro, entre otros. A partir del análisis, es evidente que la división territorial del trabajo juega un papel significativo en el empeoramiento de las desigualdades socioespaciales en São João da Barra. La concentración de ciertas actividades económicas en áreas específicas del territorio contribuye a la exclusión de parte de la población de los beneficios económicos y sociales generados, perpetuando un escenario de desigualdad persistente. Estos resultados destacan la necesidad de fortalecer las instituciones responsables de planificar el territorio para toda la población y no solo para ciertos agentes como las grandes empresas multinacionales.

PALABRAS CLAVE: Usos del territorio; División territorial del trabajo; modernizaciones.

LISTA DE FOTOS

Fotos 1 - Distrito de Atafona, São João da Barra, município do Norte Fluminense, 2021.	18
Fotos 2 - Porto do Açú na praia do Açú em São João da Barra.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente estimada Município de São João da Barra (RJ) 2001-2021.	41
Gráfico 2 - Evolução do IDHM da região Norte Fluminense– 2000-2010.....	82
Gráfico 3 - Região Norte Fluminense, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2005-2016 (Média)	84
Gráfico 4 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, São João da Barra, 2005-2016.	85
Gráfico 5 - Valor repassado por transferência de Royalties - município São João da Barra (2000 a 2022)	93
Gráfico 6 - Número de empresas e outras organizações no município de São João da Barra 2006-2021.	100
Gráfico 7 - Pessoal ocupado total (pessoas) no município de São João da Barra 2006-2021.	101
Gráfico 8 - Pessoal ocupado total município de São João da Barra 2021.	102
Gráfico 9 - Benefício de Prestação Continuada, São João da Barra, 2019-2023....	115
Gráfico 10 - Beneficiários do Bolsa Família, São João da Barra, 2013-2021.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.....	20
Mapa 2 - Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, 2019.	32
Mapa 3 - Localização por distritos do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.	39
Mapa 4 - Principais vias de acesso ao município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.	49
Mapa 5 - Dutos do Município de São João da Barra, 2019.....	62
Mapa 6 - Principais países de destino das exportações de São João da Barra – 2012-2022.	64
Mapa 7 - Países de origem das importações em São João da Barra – 2012-2022. .	68
Mapa 8 - Rendimento nominal médio mensal, São João da Barra, 2010.	113
Mapa 9 - Aglomerados Subnormais das Unidades Federativas do Brasil, 2019.....	120
Mapa 10 - Domicílios particulares permanentes com moradia adequada onde existe esgoto a céu aberto, São João da Barra, 2010.	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de beneficiários do Cadastro Único (2022).....	42
Quadro 2 - Empresas ligadas à atuação do Porto do Açu em São João da Barra, 2023.	58
Quadro 3 - Ranking do IDHM – Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2010	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais destinos de exportações (em dólares) a partir de São João da Barra – 2012 – 2022.....	65
Tabela 2 - Principais produtos exportados por São João da Barra – 2012-2022	66
Tabela 3 - Principais países de origem das importações (em dólares) para São João da Barra – 2012 – 2022.....	69
Tabela 4 - Principais produtos importados por São João da Barra – 2012-2022	70
Tabela 5 - Transferências das participações pela produção de petróleo e gás natural do município de São João da Barra – 1997-2022.	91
Tabela 6 - Saldo de empregos formais no município de São João da Barra – 2009-2019	103
Tabela 7 - Metas orçamentarias de receitas, São João da Barra, 2022.....	108
Tabela 8 - Metas orçamentarias de despesas, São João da Barra, 2022.....	109
Tabela 9 - Transferência de compensação financeira sobre a exploração de recursos naturais, São João da Barra, 2023.....	110
Tabela 10 - Despesas gerais, São João da Barra, 2023.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: USOS DO TERRITÓRIO E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: O CASO DO NORTE FLUMINENSE	24
Introdução	24
O arcabouço teórico-analítico.....	24
A região é estratégica para a organização do espaço	27
A divisão territorial do trabalho e a dinâmica do Norte Fluminense.....	31
São João da Barra: a reconfiguração dos lugares	37
CAPÍTULO 2: A DIVISÃO TERRITORIAL E INTERNACIONAL DO TRABALHO: O CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA.....	46
Introdução	46
Grandes objetos e a valorização dos lugares.....	47
Desigualdades socioespaciais e uso corporativo do território: o caso do Porto do Açu	54
Um território fluído	61
CAPÍTULO 3: AS MODERNIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS EM SÃO JOÃO DA BARRA.....	74
Introdução	74
O alcance e as definições de modernidade	74
Um território seletivo	79
Uma geografia do trabalho?	86
CAPÍTULO 4: A SUBORDINAÇÃO DO TERRITÓRIO E A DINÂMICA DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA	90
Introdução	90
Um território subordinado	90
A dinâmica das formas e sua influência na estrutura socioeconômica	95
A política das empresas, usos do território e a dinâmica do emprego	98
CAPÍTULO 5: AS CONSEQUÊNCIAS DA ATUAL DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DA BARRA	106
Introdução	106
Um território instável: finanças públicas, royalties e configuração territorial	106

O rompimento das solidariedades orgânicas	114
O território como mosaico de aconteceres solidários	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE	137
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

A construção de uma carreira acadêmica demanda muitos anos de estudo e trabalho dedicado. Este trabalho, embora não seja necessariamente isolado, frequentemente ocorre de forma solitária, exigindo que o pesquisador assuma uma determinada perspectiva e a defenda, como é o caso de uma tese de doutorado, presente aqui.

Durante minha graduação de Geografia, sempre me questionava quando teria a oportunidade de ler os clássicos da disciplina, como La Blache, Pierre George ou Peter Haggett. No entanto, tive a sorte de cursar disciplinas de Epistemologia e áreas afins, o que me permitiu expandir meu conhecimento não apenas em Geografia, mas, também, em Filosofia, Economia e Sociologia, principalmente na época em que cursava o Mestrado. Foi nesse contexto que vislumbrei a possibilidade de seguir uma carreira no trabalho científico, utilizando métodos e abordagens interdisciplinares.

É importante ressaltar que o objeto da Geografia não é estático e evoluiu ao longo dos séculos. Desde a concepção de paisagem, meio, região até o atual espaço geográfico, marcado por contradições entre objetos e ações em um mundo globalizado, a disciplina passou por diversas transformações. Assim, sistematizei minhas influências e desenvolvi meu método científico centrado em uma hipótese sobre uma área específica do litoral fluminense brasileiro.

Ao escolher estudar o município de São João da Barra, compreendi que o mais importante não era o município em si, mas sim os processos pelos quais ele passa e como poderia explicá-los utilizando um vocabulário geográfico adequado. Acredito que isso possa potencializar o entendimento das desigualdades sociais no espaço geográfico, seja no Brasil ou no mundo, indo além de uma abordagem puramente econômica, social ou cultural, como, frequentemente, vemos nos estudos de ciências sociais.

Essa reflexão levanta uma questão fundamental: o que é característico no conhecimento científico que podemos classificar como essencialmente geográfico? É aqui que entram os mais pacientes orientadores: os livros.

Peter Haggett, o famoso geógrafo britânico, buscou, da mesma forma, sua “trindade geográfica”, baseado na localização, na relação entre o meio e a

população e na síntese regional como pilares da Geografia (HAGGEET, 1990). Da mesma forma, Milton Santos contribuiu, significativamente, para a compreensão do espaço geográfico ao longo de décadas, e será a base da metodologia desenvolvida nesta tese (SANTOS, 2008b).

Ao observarmos um dia comum nas praias brasileiras, surge a questão de qual seria o interesse especial de um geógrafo nessa situação, indaga Hagget (1994). A fotografia ilustrada abaixo representa o distrito de Atafona do município de São João da Barra, alvo desta pesquisa. Enquanto um oceanógrafo se concentraria nos estudos dos ecossistemas aquáticos, os mares, os rios e oceanos, e toda fauna e flora presentes; e um economista analisaria o impacto econômico do processo erosivo evidenciado na foz do Rio Paraíba, resta saber: como reagiria um geógrafo?

Fotos 1 - Distrito de Atafona, São João da Barra, município do Norte Fluminense, 2021.



Fonte: ATAFONA (2022).

O que nos leva a um intrincado número de possibilidades, uma vez que, segundo Kneller (1980), ao tratar sobre os objetivos da Ciência, revela que existe diversas maneiras em que os pesquisadores desenvolvem sua metodologia no

estudo da realidade. Entretanto, o fundamental consiste em fornecer uma explicação completa para a ordem na natureza.

Na foto acima, um geógrafo poderia, inicialmente, descrever a localização do município de São João da Barra ou focar no processo erosivo consumindo a cidade, ou mesmo escolhendo uma variável como estrutura socioeconômica ou urbanização para apontar alguns eventos isolados. Por outro lado, autores como Hagget (idem), Santos (idem) e George (idem) buscaram estabelecer um objeto da Geografia e uma explicação coesa, proveniente de uma teoria, ou seja, uma abordagem que vislumbre os fatos da realidade de forma integrada e com um alcance mais amplo, como apontado por (KNELLER, Idem).

Nesse sentido, as teorias da Geografia envolvem tradições de pesquisa e, conseqüentemente, cientistas que adotam determinados pressupostos fundamentais. Na presente tese, o primeiro passo ao iniciar uma pesquisa geográfica foi incorporar a dimensão espacial, representada pela categoria do uso do território, como parte de uma teoria do espaço geográfico. Essa categoria será explorada em detalhes nos próximos capítulos, mas pode ser exemplificada de maneira geral, considerando as contradições da divisão territorial do trabalho no Norte Fluminense.

Especificamente, a análise se concentra na posição ocupada pelo município de São João da Barra em uma região marcada pela dinâmica da indústria petrolífera, o que contribui para a manutenção e/ou reforço das desigualdades sociais na área. Esse processo envolve a distribuição de recursos e a instalação de infraestrutura com diferentes graus de modernização, influenciados pelas intencionalidades dos agentes externos e refletindo na forma como o território é utilizado na região. Esses processos podem agravar ou contribuir para a perpetuação das desigualdades socioespaciais em São João da Barra, eis a hipótese desta tese.

O município em questão, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), possui uma população aproximada de 36.731 habitantes, distribuídos em uma área de 452,396 km², o que representa uma densidade demográfica de 71,96 hab./km². PREFEITURA (2022).

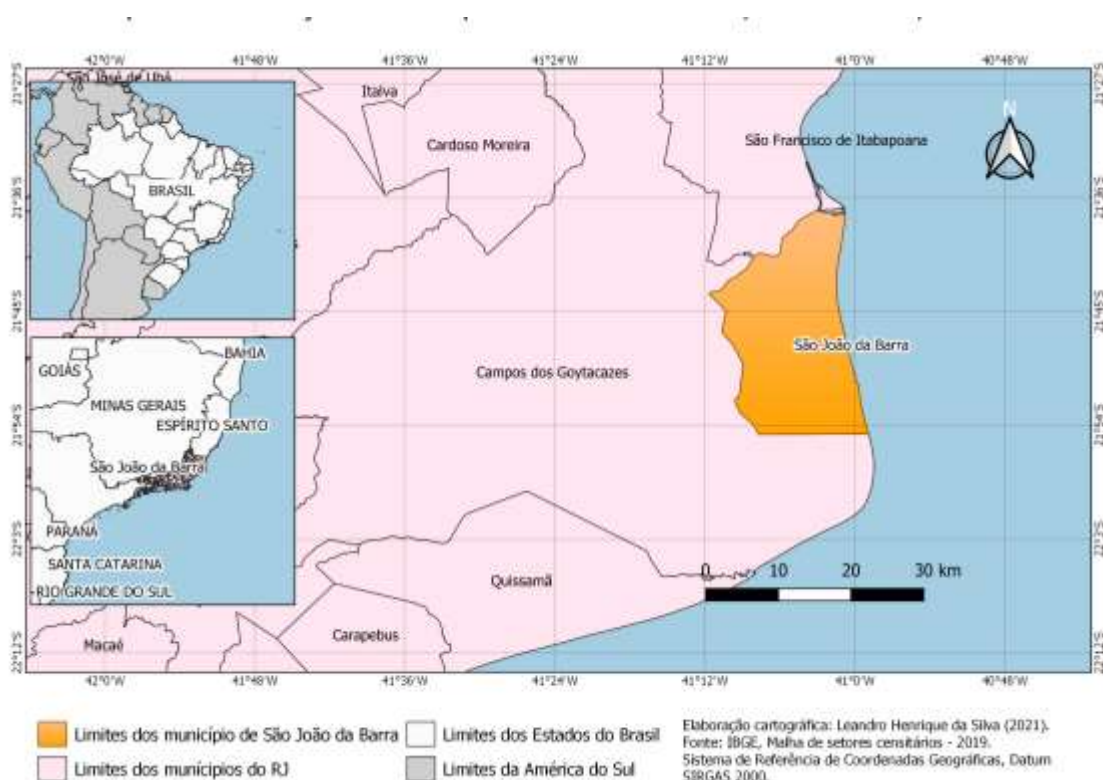
O foco da análise procura investigar, paralelamente, a relação entre o impacto das modernizações territoriais, isto é, como os usos do território nesse contexto reforçam as desigualdades e os nexos entre a organização, os níveis de

tecnologia, o trabalho e a renda no conjunto da população. Apesar de todo o investimento, todo o fluxo de capital e de infraestrutura advindas em São João da Barra, o município não vislumbrou o desenvolvimento no sentido amplo.

Essa premissa estará presente em toda a tese. Em relação à localização, São João da Barra está situado ao Norte do Estado do Rio de Janeiro e faz divisa ao Sul e Oeste com o Município de Campos dos Goytacazes, e ao Norte com o município de São Francisco de Itabapoana, que se emancipou de São João da Barra em 1996. O rio Paraíba do Sul marca a divisão entre esses dois últimos municípios.

O mapa abaixo ilustra a localização do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro.

Mapa 1 - Localização do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.



A população estudada, de acordo com a classificação do IBGE¹, será a força de trabalho ou a população em idade de trabalhar do município de São João

¹ Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência (IBGE, 2021).

da Barra. Em 2019, este município detinha o 2º lugar no Estado do Rio de Janeiro em relação ao PIB per capita, no valor de 220.707,37². Cabe questionar se o aumento da arrecadação econômica, do produto interno bruto, dentre outros indicadores, revela de fato um desenvolvimento econômico, social e territorial, isto é, se proporciona acesso aos bens necessários para uma vida digna à população.

No atual período, o Norte Fluminense se inseriu novamente no ramo portuário graças às descobertas de petróleo na Bacia de Campos, ainda na década de 1970. No passado, essa atividade portuária, da mesma forma, fora fundamental para a cidade de São João da Barra e sua relação com o Estado do Rio de Janeiro e com o mercado nacional de açúcar, de comércio naval e da distribuição do café, dentre outros.

A vila de São João da Barra foi fundada em 1677, denominada, primeiramente, São João da Praia, passando a condição de cidade somente no ano de 1850, com o nome atual. No mesmo período surgia a vila com o povoamento de Campos dos Goytacazes, em 1677, com o nome de Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tendo surgido a cidade-irmã em 1835. Com a expansão da pecuária e da produção da cana-de-açúcar, a produção precisava ser posta em circulação e a opção foi a navegação pelo rio Paraíba do Sul em direção ao porto de São João da Barra com destino à Bahia, Rio de Janeiro, dentre outros locais. São João da Barra acumulou divisas e movimentou a economia com estaleiros e produção de navios para outras Províncias (RANGEL, 2013).

O auge econômico do Porto de São João da Barra ocorreu entre 1740 e 1860 com a produção do café e a partir do grande papel de Campos dos Goytacazes no processo de abastecimento do mercado nacional desse produto. Com o aumento da produção, a rede de transporte não fora suficiente para o escoamento das mercadorias em larga escala. E, no final do século XIX, com o avanço das ferrovias e locomotiva a vapor, a economia e o papel de São João da Barra na rede urbana da época entrou em decadência. Na década de 1950, com a evolução da rede de transporte rodoviário, essa atividade portuária de São João da Barra foi paralisada permanentemente. A economia do município são-joanense, dessa forma, tornou-se dependente, praticamente, de três empresas: A companhia Açucareira Usina Barcellos, do ramo de açúcar e álcool; o Grupo Thoquino, com

²Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>. Acesso em: 12. maio de 2022.

produção de bebidas alcoólicas; e a Tecex Fiação e Tecelagem, do ramo de fios e tecidos. Entretanto, a Usina Barcellos e a Tecex encerraram suas atividades no ano de 2008, o que coincidiu com o surgimento da arrecadação dos *royalties* de petróleo da Bacia de Campos, e com a instalação do grande objeto geográfico privado relacionado ao complexo portuário do Açu (Idem, 2013).

Este trabalho se fundamenta, portanto, em um arcabouço teórico baseado nos conceitos de uso do território, divisão territorial do trabalho e modernizações elaborada por Santos (2008a,) dentre inúmeros outros (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A partir dessa base, os cinco capítulos seguintes, além desta introdução, foram elaborados para abordar diferentes aspectos relacionados à geografia e dinâmicas territoriais de São João da Barra.

No capítulo 1, serão explorados aspectos relacionados ao conceito de espaço geográfico e usos do território. Inicialmente, apresentaremos o arcabouço teórico-analítico utilizado neste estudo. Em seguida, discutiremos o papel da região na organização do espaço, seguido por uma periodização do Norte Fluminense para situá-lo na divisão territorial do trabalho atual. Por fim, analisaremos a reconfiguração dos lugares em São João da Barra.

No capítulo 2, abordaremos o território como a face política do espaço geográfico, inserido em uma região cada vez mais subordinada à divisão territorial e internacional do trabalho. Evidenciamos uma ideologia cuidadosamente construída para valorizar e integrar São João da Barra ao projeto de construção do Porto do Açu. Essa abordagem levanta questões cruciais sobre a relação entre os lugares e o território, revelando a necessidade de uma análise mais profunda sobre o uso do território no período atual.

Exploraremos, também, no capítulo 2, o tema do uso corporativo do território, com foco no caso do Porto do Açu, visando compreender as características dominantes desse processo e prosseguir na análise-síntese do espaço geográfico. Investigaremos como a implantação desse empreendimento tem influenciado a paisagem e reconfigurado a dinâmica territorial da região, avaliando os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes desse uso do território. Também examinaremos as estratégias adotadas pelas empresas envolvidas na criação da fluidez territorial, destacando as transformações que ocorrem diante da presença desses grandes empreendimentos e as relações de poder envolvidas. Propomos uma análise aprofundada da dinâmica do Porto do Açu como exemplo do uso

corporativo do território e da complexidade das políticas das empresas no período atual.

O capítulo 3 evidenciará os diversos aspectos relacionados à modernidade e suas repercussões em São João da Barra. Discutiremos o alcance e as definições do conceito de modernidade, assim como sua manifestação no contexto local. Abordaremos a seletividade territorial, ou seja, como determinadas áreas são escolhidas e transformadas pela influência da modernidade visando seu domínio.

Nesse mesmo capítulo, ainda trataremos da relação entre geografia, trabalho e renda em São João da Barra, analisando a dinâmica das formas de trabalho e sua influência na estrutura socioeconômica da região. Compreender a geografia dos processos produtivos é fundamental para entender as dinâmicas socioespaciais e as desigualdades socioeconômicas locais.

O Capítulo 4 abordará a subordinação do território por meio dos royalties do petróleo em São João da Barra, analisando os impactos dessa dependência através de dados orçamentários. Em seguida, discute a dinâmica das formas, representadas pelas empresas, e sua influência na estrutura socioeconômica e na distribuição de renda, além de diversos impactos no território e na sociedade. O capítulo finalizará sua análise ao examinar a política das empresas na relação desigual, que interfere não apenas nas questões da dinâmica do emprego, mas, também, reconfigura relações econômicas, sociais, culturais e até morais nas comunidades locais. Aborda a relação entre o poder das empresas e a reorganização das prioridades do município em favor dessas corporações.

O capítulo 5 concluirá a tese ao analisar o impacto das exportações e importações bilionárias presentes na economia de São João da Barra ao longo de décadas. Investigaremos o impacto tangível para a população local e como a transformação territorial tornou o território instável na região. Este capítulo mostrará como a construção gradual do território pela população acabou cedendo espaço a relações hierarquizadas entre empresas de nível global nas últimas décadas.

CAPÍTULO 1: USOS DO TERRITÓRIO E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: O CASO DO NORTE FLUMINENSE

Introdução

Neste Capítulo 1, serão explorados alguns aspectos relacionados ao conceito de espaço geográfico e uso do território. Inicialmente, será apresentado o arcabouço teórico-analítico utilizado no desenvolvimento desta tese. Em seguida, será discutido o papel da região na organização do espaço. Do mesmo modo, o Norte Fluminense será periodizado no intuito de situá-lo na divisão territorial do trabalho atual. Por fim, será analisada a reconfiguração dos lugares em São João da Barra.

O arcabouço teórico-analítico

Em seu livro, *A ação do homem*, Pierre George o introduz com a definição do objeto de estudo da Geografia: “o estudo da dinâmica do *espaço humanizado*”. (GEORGE, 1971, p.5, grifo do autor).

Segundo o grande geógrafo francês, da mesma forma, ao tratar das dificuldades e incertezas da Geografia, enfatiza que, “uma ciência se define por seu objeto e por seus métodos” (GEORGE, 1976, p.48). O autor explicita que o objeto da Geografia é o espaço geográfico, pois o vocábulo “espaço” é adjetivado por diversas disciplinas que o qualificam de espaço econômico, social ou cultural, dentre outros. O método, neste caso, deve adaptar-se ao objeto, caso contrário, será inadequado.

Essa afirmação acima do autor desencadeia uma velha questão (crucial) de qual seria o objeto da Geografia e como defini-lo a luz dos tempos atuais. Curry, (1996, p.21) analisou a questão e expôs a evolução dos conceitos e das diversas concepções de espaço praticadas na Geografia contemporânea e ressalva:

“Muitos dos movimentos em direção a uma compreensão da natureza dos lugares e regiões que foram feitos por grupos que antes desprezavam o assunto, se voltaram para figuras de autoridade fora da disciplina, e isso parece tornar o assunto ainda mais complicado”.

Tal assunto torna-se espinhoso e umas das razões seria justamente a adoção de método advindo de outras disciplinas no conhecimento geográfico, o que culminaria naquelas velhas dificuldades tão bem narradas por Althusser (1967), quando expôs suas críticas teóricas sobre os trabalhos de princípios marxistas. Para este autor, o conhecimento dos objetos concretos reais são um resultado de um processo de elaboração que envolve uma síntese entre conceitos teóricos e conceitos empíricos, o que supõe a construção de uma teoria e de um método para tratar esse objeto teórico resultante.

O que distinguiria o discurso teórico de uma ideologia, ainda segundo Althusser (idem), seria as relações internas entre os conceitos e os princípios. Trata-se, na realidade, da construção da teoria e de um método para tratar a realidade sempre em mutação. No campo do geógrafo, o modelo teórico a ser construído não deve ser atribuído a outra estrutura de interpretação a partir de outros campos do saber.

É o que afirmam Levy e Raffestini (1998), ao reclamarem de que a Geografia deve se constituir em uma problemática, segundo uma visão de mundo e um sistema de referência claramente explícito através de uma metodologia direcionada por uma intencionalidade. A teoria, nesse aspecto, geográfica, é a responsável por associar os fatos e de lhes conferir um significado. Não há conhecimento sem teoria. No dizer dos autores, se o objeto da Geografia é um sistema de relações do espaço, então esse sistema deve ser constituído.

A problemática proposta nesta pesquisa traz à tona a manutenção das desigualdades socioespaciais no município de São João da Barra, no litoral Norte Fluminense, a partir da configuração de sua divisão territorial do trabalho. Essa constituição do objeto teórico terá como premissas um conjunto de conceitos, quais sejam: território usado, modernizações, divisão territorial do trabalho, dinâmica dos lugares, dentre outros; e a partir da categoria central da disciplina: o espaço geográfico, aqui definido tal como Santos (2008b, p.63) o formulou, ou seja, “um conjunto indissociável, solidário e, também, contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Esse será o ponto de partida para a explicação do lugar e sua posição em relação ao território usado, a face política do espaço geográfico. O uso do território é um conceito híbrido, uma dimensão política para o espaço geográfico, sendo objetos

e ações, um dado ativo e fundamental para a interpretação da realidade social. (SANTOS, 1994) (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Os novos recortes territoriais, a interdependência dos lugares devido ao progresso da ciência, da tecnologia e informação, a interpretação do mundo não pode prescindir do dado territorial.

A geografia do mundo atual desponta como uma totalidade (SILVEIRA, 1999). Essa noção de totalidade ganha corpo, pois repousa sobre distintos sistemas técnicos, com diferentes graus de modernizações.

Outros autores, como Scott (2006), concordam que a enorme variação espacial não está ligada às condições da geografia física, mas sim em um sistema global de diferenciações locais. No atual período, o nível de articulação, muito mais do que divisões funcionais, está cada vez mais amplo. Por isso a importância da Geografia aumentou, segundo o geógrafo inglês, pois os contrastes econômicos entre diferentes lugares são reforçados por essa articulação em nível global.

O território usado é o objeto central dessas articulações, uma vez que é o mosaico onde se realizam diversos acontecimentos solidários (SANTOS, 1999). Santos (idem, p.19) esclarece que o “território é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local”.

Além disso, o território revela diversos usos pela população. Sua configuração territorial, seus objetos existentes são um convite à ação. Por um lado, os indivíduos concretos interagem com o território em sua vida cotidiana, buscando atender às suas necessidades básicas e de bem-estar, que, agora, surgem no meio artificial criado por eles mesmos, pelas empresas, sobretudo multinacionais, e as instituições. Por outro lado, o peso dos objetos, como um porto em uma pequena cidade, pode alterar a organização social e o desenvolvimento de uma região.

Para compreender essa dinâmica, inicialmente, é possível recorrer às ideias propostas por Furtado (1995), sobre o desenvolvimento como a capacidade do processo de acumulação de criar valores que se difundem na coletividade, além dos determinantes que impedem a capacidade criativa do homem na descoberta de suas próprias possibilidades. Nesse sentido, o território agora marcado pela técnica e pela informação precisas e decodificadas, se torna a arena na qual as relações sociais são vivenciadas.

Essa problemática centrada em São João da Barra envolve a economia portuária, a transformação territorial com construção do porto do Açú, a dinâmica do

setor de serviços ou do comércio no setor turístico litorâneo, os problemas ligados à especulação imobiliária com o aumento dos preços dos imóveis, a desapropriação de comunidades tradicionais ou a concentração do poder econômico nas mãos de poucos agentes.

Por isso a Geografia desempenha um papel fundamental ao teorizar sobre a influência das formas geográficas como objetos fixos, ou melhor, a infraestrutura como pousadas, hotéis, rodovias e seu papel na dinâmica do lugar, incluindo aspectos como o emprego e desenvolvimento. Essa teoria se baseia nas relações entre as variáveis do espaço geográfico em direção à construção de uma pequena teoria como diz Kerlinger (2007), por meio de uma preocupação com os processos, muito mais do que com enumeração dos fatos, como ensinou Sauer (2009).

Com a construção desse referencial teórico se pretende escapar daquela clássica crítica feita por Racine e Rouvre (1982), segundo a qual o campo disciplinar da geografia não oferece “uma’ geografia, mas um somatório de “geo-grafias”, devido à carga ideológica reinante. É consoante com Santos (2008b), quando este refere-se à especialização extrema das ciências, principalmente sociais, que acabam por distanciar uma teoria geral do espaço, tanto em relação à sua elaboração teórica como à sua realização de ordem prática.

Isso não significa ignorar o conteúdo das disciplinas vizinhas, como sociologia, economia, ciência política, e partir somente para autores geógrafos, mas sim confrontar os diferentes pontos de vista no intuito de compensar os inconvenientes de uma formação muito especializada, como sugere Grawitz (1996). Dessa forma, ao incorporar perspectivas interdisciplinares, a Geografia busca desenvolver uma abordagem mais ampla e integrada, evitando o viés ideológico e promovendo uma análise crítica sobre o espaço geográfico.

A região é estratégica para a organização do espaço

A região é, essencialmente, um dos vocábulos geográficos mais utilizados na caracterização de uma porção do espaço geográfico. Mesmo com toda ambiguidade que esse termo carrega, ainda é imprescindível na elaboração mental sintética e na ação de planejamento da realidade.

Segundo Smith (1996), a definição dos conceitos é algo extremamente importante na ciência em geral e na geografia em particular, uma vez que através de uma boa definição conceitual é possível prevenir os erros e os equívocos para o entendimento das categorias de fenômenos físicos, sociais, imaginários, etc. E o conceito de região é um deles, pois se apresenta em diferentes formas, tamanhos e disposição. Para esse autor, a Região não seria somente uma subdivisão do espaço, mas é igualmente um aspecto da existência ou uma atitude mental.

Mesmo a Região Natural, que figurava como o próprio objeto da Geografia com La Blache (1954), não deixou de fazer parte dos trabalhos dos geógrafos na divisão regional brasileira, na detecção dos limites e diferenças em uma abordagem obcecada com a homogeneidade e suas relações.

A região natural e, mais tarde incrustada com as especificidades da região histórica, foi, sem dúvida, um capítulo na evolução do pensamento geográfico mais tenaz e ainda repercute no período presente.

Tudo isso porque a questão dos limites, das superposições de divisões do trabalho, complementaridades seculares, biogeográficas ou geomorfológicas não são transformadas em “tábula rasa” e, conseqüentemente, autorizaria os acréscimos dos termos como “regiões econômicas” ou “regiões turísticas”, ou qualquer sufixo que se queira atribuir.

Pierre George (1976) já tratou da importância da região para a organização do espaço e de forma brilhante descreveu o próprio movimento do que seria uma região. Antes, já alertava para o problema da atribuição ou definição dos limites regionais como um problema insolúvel do ponto de vista científico ou mesmo um falso problema. Isso porque seria necessário primeiramente qualificar o tipo de fenômeno relacionado a Geografia que se almeja analisar. Os fenômenos geográficos, segundo o autor, pertencem a categorias diversas, tanto em natureza quanto na sua dinâmica, cuja extensão somente é possível definir de forma temporária ou fortuitamente, ou seja, “a realidade geográfica é feita de movimentos atuais e equilíbrios mais ou menos estáveis, que põem por obra as diversas heranças de sistemas de movimentos passados” (GEORGE, 1976, p.146).

A dialética da existência da região é tributária das forças do passado e das forças atuais, gestadas nas interconexões das ações históricas e rompendo os limites tal como uma onda ao erodir uma encosta. A região, como representante do movimento do espaço geográfico, é a sede dessa “agitação”, dessas pressões

advindas de todos os lugares, projetando no espaço e sendo influenciado por ele, seu perímetro ou sua escala de ação. Segundo George (1976, p. 146):

O paradoxo da região consiste em estar encerrada em limites “históricos” definidos em função de ações e relações de forças caducas e de precisar aí desenvolver sistemas de forças em embrião, nenhum dos quais, de um modo geral, encontra o seu lugar no molde herdado.

Os limites e as fronteiras, por conseguinte, surgem exatamente desse movimento constante de deformações a que está submetida uma porção da crosta terrestre. Não o contrário, os limites regionais seriam o ápice dessa cristalização histórica, junto com as convenções administrativas e do progresso da técnica. O “acordo” regional é amparado nos alicerces jurídicos e políticos, levando em conta as condições e objetivos, do direito ou do poder armamentista.

Nesse sentido, a importância da região, seguindo essas ideias do geógrafo francês, está relacionada na sua capacidade de fornecer elementos para a organização do espaço.

Outra extraordinária contribuição teórica sobre o entendimento da região repousa na contingência dos eventos do geógrafo Milton Santos. Brito (2008) já introduziu as metamorfoses pelos quais passou o conceito de região na obra miltoniana, não seria o caso aqui de reproduzir todo o tema, mas sim reforçar as distinções da região nos países subdesenvolvidos no bojo das modernizações.

O conceito de região, frequentemente explorado na obra de Santos (2008b, 2004) e inúmeras outras, se baseia, grosso modo, na influência das variáveis externas na definição de região. Nesse sentido, as regiões dos países subdesenvolvidos foram transformadas e organizadas a partir desses interesses externos. Situação completamente distinta dos países europeus, quando havia uma solidariedade entre as relações internas da sociedade e seu meio ao longo da história.

Como as modernizações, como será visto em seguida, foram seletivas e, portanto, não atingem todo o espaço no mesmo período, a história espacial do mundo subdesenvolvido é igualmente desigual (SANTOS, 2008a, BRITO, 2008).

Os motivos que alteraram o método e a realidade da região estão ligados à emergência do período técnico-científico, no processo de

internacionalização do capital e a especialização funcional por meio da divisão territorial do trabalho, o qual gerou as instabilidades das formas e conteúdo regional.

Segundo Santos (idem), não há subespaço que escape do processo de globalização e fragmentação. Contrário às ideias de supressão do espaço pelo tempo ou mesmo do fim da região, Santos (1999) evoca um dos seus conceitos mais importantes, isto é, o de evento, o qual permitiria compreender a união entre o mundo e o lugar.

Assim como fez Pierre George (1976) ao focar no problema dos limites, Santos (2008a) parte da complexidade das diferenciações dos eventos, do tempo acelerado na diferenciação dos lugares. Todo o ecúmeno oferece a extensão necessária para o fenômeno regional. A região é encarada como imprescindível para as relações globais, sem o qual esse processo não se realizaria. Como parte da noção de totalidade, e no dizer de Lévy (2008), o mérito do geógrafo Milton Santos foi o de conceber o objeto de estudo da Geografia o Mundo em seu conjunto, a questão da duração, do tempo, não é separada do espaço.

Em sua célebre definição, segue:

[...] o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (Santos 2008b, p. 247).

A Região, para Milton Santos (idem), se insere na crítica da difusão técnica entre os países do Norte e do Sul, convergindo para uma globalização desigual. No plano regional, o número de eventos ditados por grandes empresas multinacionais, por exemplo, contribui para a corporatização do território e, conseqüentemente, com a desigualdade socioespacial.

O Norte Fluminense e as pequenas cidades que o formam, como em São João da Barra foco deste estudo, criadas em um contexto socioespacial pré-globalização, devem adaptar-se às novas demandas externamente formuladas (CORRÊA, 2006). O poder político e econômico de que as corporações dispõem

garante-lhes importante papel como agentes da gestão do território a partir de práticas espaciais por elas engendradas.

A divisão territorial do trabalho e a dinâmica do Norte Fluminense

Para Piquet (2001), a região Norte Fluminense é caracterizada como petrodependente. Uma região que foi dominada pela produção açucareira e com base em mão de obra de baixa qualificação, pelos baixos níveis salariais, dentre outros fatores, viu na chegada da Petrobrás um novo momento histórico para seu desenvolvimento regional. Com isso, uma divisão territorial do trabalho nova se instalou na região Norte Fluminense.

A região Norte Fluminense é composta por nove municípios, atualmente, pelos municípios de: Campos dos Goytacazes, São Fidélis, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabú e Macaé.

O mapa abaixo apresenta o Estado do Rio de Janeiro a partir de suas mesorregiões.

Mapa 2 - Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, 2019.



Fonte: <https://www.ceperj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-das-Regioes-de-Governo-e-Municipios-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro-2019-CEPERJ.pdf>.

O papel de cada cidade muda ao longo do tempo e com as modernizações no território. Numa região, as cidades se distribuem, portanto, em alguns tipos caracterizados por certo papel econômico mais ou menos influenciados pela história. No entanto, seria desconhecer gravemente a realidade geográfica ou negligenciar a verdadeira personalidade peculiar a cada cidade. A inserção geográfica da cidade em sua região repercute na maneira pela qual ela cumpre o seu papel com relação a esta última (ROCHEFORT, 1998).

O conceito de divisão territorial do trabalho será crucial nessa análise, uma vez que leva em conta a materialidade de um lado e, de outro, os modos de organização e regulação desses objetos. A cada forma de distribuição do trabalho, teríamos uma região ou um conjunto de lugares distintos devido as formas herdadas do passado. Nesse sentido, o Norte Fluminense é caracterizado por uma estrutura econômica que se desenvolveu em torno de determinadas atividades, como a produção de açúcar, o setor sucroalcooleiro e a indústria petrolífera.

Essa divisão territorial do trabalho no Norte Fluminense implicou na concentração de determinadas atividades econômicas nessa região, resultando em uma configuração espacial específica. Além disso, essa divisão também implica na existência de relações de interdependência entre o Norte Fluminense e outras regiões, seja no fornecimento de insumos, na circulação de mercadorias ou na busca por mercados consumidores.

Portanto, o conceito de divisão territorial do trabalho de Santos e Silveira (2001), ancorado no conteúdo técnico e artificializado do espaço, enriquece a compreensão da formação do Norte Fluminense como uma região que possui uma estrutura econômica particular, moldada pela especialização produtiva e pelas relações de interdependência com outras regiões. Isso porque o território condiciona as ações dos diversos atores e sua constituição depende das mudanças ou não dos objetos que o compõem.

Essa compreensão é fundamental para analisar os processos de desenvolvimento regional, as desigualdades socioespaciais e as dinâmicas econômicas que ocorrem nessa área específica do estado do Rio de Janeiro.

A partir desta perspectiva de análise, a região Norte Fluminense é resultado de um longo processo de maturação e se confunde com os grandes ciclos econômicos que ocorreram no Brasil: o primeiro o ciclo do açúcar no século XIX, baseado na mão de obra escravizada. O segundo grande ciclo açucareiro já em uma modelo mercantil-capitalista no final do século XIX e XX; e o último grande ciclo ligado à indústria de petróleo no século XXI mais intensamente.

É necessário explorar, mesmo que brevemente, cada uma dessas etapas a fim de identificar a dinâmica regional acompanhada de um momento de transformação na região, principalmente quando ocorre uma modernização no território.

No século XIX, os investimentos na indústria açucareira impulsionaram, inicialmente em Campos dos Goytacazes e posteriormente em São João da Barra, o desenvolvimento dos sistemas de transporte fluvial e ferroviário, além de ter estimulado o comércio. O efeito modernizador se intensifica com a inauguração em Campos dos Goytacazes da primeira rede pública de energia elétrica da América Latina. (SILVA; CARVALHO, 2004).

Após a abolição da escravatura em 1888, as fundações da economia colonial no Norte Fluminense foram abaladas. E isso não foi um fato restrito à

Economia ou à Política, mas com grande influência do meio técnico já em plena expansão (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Por décadas, essa economia se baseou na produção de alimentos e açúcar, tanto para suprir as necessidades internas das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais quanto para exportação.

No entanto, com o fim do sistema escravagista e a transição para uma economia mercantil-exportadora, a região entrou em declínio, ou como descreveu George (1976), o “acordo” regional se desfez. A região não conseguiu adaptar-se às mudanças sociais e econômicas ocorridas tanto globalmente quanto em outras regiões do Brasil durante o final do século XIX e início do século XX.

Desse modo, a dinâmica econômica do Norte Fluminense não se adequou aos requisitos necessários para uma economia de mercado moderna. O desenvolvimento da região foi prejudicado (ou articulado para que assim o fosse pela modernização e sua aderência aos novos padrões de consumo), uma vez que dependia quase exclusivamente da exportação de produtos primários, especialmente o açúcar, sem ter sido estabelecidas as bases internas para um desenvolvimento econômico que atendesse as características regionais herdadas.

Já o segundo período de expansão econômica da região, sempre segundo Silva e Carvalho (2004), transcorrido no século XX, foi impulsionado pelos investimentos na estruturação do setor industrial de produção de açúcar e álcool, resultando na criação de várias usinas de açúcar no Norte Fluminense. A característica distintiva desse segundo ciclo econômico é que a produção de açúcar continuou a ser o principal impulsionador do crescimento da economia regional no século XX, assim como no século XIX.

A questão fundamental reside no fato de que, no século XX, com o avanço do processo de industrialização no campo, as estruturas produtivas tradicionais, caracterizadas pela produção artesanal e de baixa eficiência realizada nos engenhos e engenhocas da região, entraram em declínio.

A industrialização do processo de produção de açúcar, inicialmente com o surgimento das centrais açucareiras e posteriormente das usinas, resultou na criação de novas relações de produção na região, que, efetivamente, substituíram a estrutura produtiva do século XIX. Isso afetou significativamente o setor de subsistência (responsável pela produção de alimentos).

No início do século XX, a expansão da cultura da cana-de-açúcar reduziu drasticamente a produção das culturas tradicionais da Região Norte Fluminense,

como milho, arroz, mandioca, feijão e frutas regionais. Essa situação foi parcialmente contrabalançada pelas políticas governamentais de incentivo à produção agrícola na região durante a década de 1910.

Em mais uma etapa da periodização, agora na década de 1920, a região do Noroeste Fluminense se inseriu de forma marcante na economia nacional e conseguiu se prolongar no tempo e no espaço graças à expressiva produção de café. Itaperuna, como principal município produtor, destacou-se como um dos principais polos cafeeiros do país. A modernização e expansão das usinas de açúcar foram igualmente responsáveis pelo crescimento da região, com volumes cada vez maiores de produção e o fortalecimento do parque industrial açucareiro. As políticas de incentivo à produção agrícola e a estabilidade da renda da população rural contribuíram para a consolidação do Noroeste Fluminense como um centro produtivo de destaque. Esse ciclo de desenvolvimento, sustentado pelo café, pelo açúcar e pelos investimentos na agroindústria, impulsionou a economia da região e marcou sua inserção no panorama econômico do país, o que sustentou esse segundo ciclo da expansão da economia açucareira.

As políticas voltadas para o estímulo da produção cafeeira, estabelecidas a partir do convênio de Taubaté e, posteriormente, pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) na década de 1930, negligenciaram o café produzido no Noroeste Fluminense. Por não atender aos requisitos de qualidade para exportação, a produção da região foi excluída das medidas de incentivo do governo. Essa exclusão agravou-se com a perda de competitividade em relação à produção paulista. Ao longo dos anos, a produção regional do café tornou-se insignificante em termos de geração de renda. O mesmo ocorreu com as culturas tradicionais, como milho, mandioca, arroz, feijão e hortaliças. A redução dos incentivos governamentais a partir de 1930, combinada com a concorrência de outras regiões do estado do Rio de Janeiro, resultou na desestruturação do setor de subsistência que ainda persistia na região, mas seu edifício fora abalado de forma contundente.

Apesar do crescimento contínuo da produção de açúcar ao longo da maior parte do século XX, a indústria sucroalcooleira começou a demonstrar sinais de declínio na década de 1950, quando muitas usinas mudaram de proprietários. As crises macroeconômicas dos anos 1960, que resultaram no golpe militar de 1964 e na implementação de políticas restritivas; as crises dos anos 1970, com os choques do petróleo de 1973 e 1979, juntamente com a crise da dívida externa dos anos

1980, conhecida como a década perdida, afetaram de forma significativa a indústria sucroalcooleira da região.

Nesse contexto, é possível identificar a influência de fatores econômicos e políticos no declínio da indústria sucroalcooleira no Norte Fluminense. As mudanças de proprietários das usinas sugerem uma reestruturação do setor, possivelmente relacionada à busca por maior eficiência produtiva e controle sobre os meios de produção. Além disso, as crises macroeconômicas enfrentadas pelo país nas décadas de 1960, 1970 e 1980 contribuíram para o enfraquecimento do setor sucroalcooleiro, afetando tanto a demanda quanto as condições de produção.

É importante destacar que essas transformações econômicas não ocorreram isoladamente, mas sim inseridas em um contexto mais amplo de mudanças sociais, políticas e tecnológicas. As crises econômicas mencionadas foram apenas alguns dos eventos que desencadearam transformações na indústria sucroalcooleira, evidenciando a vulnerabilidade do setor diante das flutuações do mercado e das conjunturas políticas. Essas alterações representam desafios para a economia regional, que precisa encontrar formas de se adaptar e diversificar suas atividades produtivas.

Nos anos 1970, as atividades relacionadas ao setor sucroalcooleiro representavam cerca de 70% da renda gerada na região, o que gerava uma forte dependência dos ciclos de produção e dos preços do açúcar e do álcool. Isso tornava a região altamente vulnerável às flutuações desses setores. Com a implementação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), como uma medida para mitigar os impactos da crise energética do petróleo, os proprietários das usinas buscaram créditos de maneira indiscriminada, ampliando, significativamente, a capacidade produtiva da região. No entanto, com a recessão econômica ocorrida na década de 1980 e o aumento das taxas de juros, muitos proprietários das usinas enfrentaram falências, resultando no fim desse segundo ciclo de expansão.

O início do século XXI foi visto com otimismo em relação às perspectivas econômicas que se delineiam para a região no início do século XXI. É destacada a possibilidade de um novo ciclo econômico que já apresenta efeitos visíveis nos indicadores econômicos e sociais. Apesar do declínio evidente da indústria sucroalcooleira histórica do Norte Fluminense no final dos anos 1970, a partir dos anos 1980 é possível observar o surgimento de novos setores ou a modernização de atividades tradicionais, contribuindo para a revitalização da economia regional.

Elementos como a produção de petróleo e cerâmica na indústria, o crescimento do setor de serviços, especialmente na área da educação, e, mais recentemente, o foco do setor agrícola na produção de frutas são indicadores que apontam para a existência de um novo ciclo de crescimento econômico, ainda em fase inicial de expansão.

Esse novo ciclo, agora baseado em atividades industriais, tem impulsionado uma onda de industrialização em Macaé com efeitos positivos que se estendem aos municípios vizinhos, como Rio das Ostras, Carapebus e Quissamã. Além dos efeitos multiplicadores gerados pelos investimentos na indústria petrolífera, os consideráveis recursos provenientes dos royalties repassados ao Rio de Janeiro e às prefeituras nas proximidades da Bacia de Campos permitem o aumento dos gastos públicos, fortalecendo o ciclo de expansão da região. No caso de Macaé, esses recursos estão sendo direcionados para o desenvolvimento de infraestrutura urbana, funcionando como um atrativo adicional para a atração de novas empresas para a região (SILVA; CARVALHO, 2004).

São João da Barra: a reconfiguração dos lugares

Segundo Lamego, (1946, p.100) há poucos municípios brasileiros (e em nenhum dos fluminenses) em que a restinga apresenta tamanha importância como elemento geográfico, especialmente, São João da Barra, onde a área coberta pela planície arenosa é enorme.

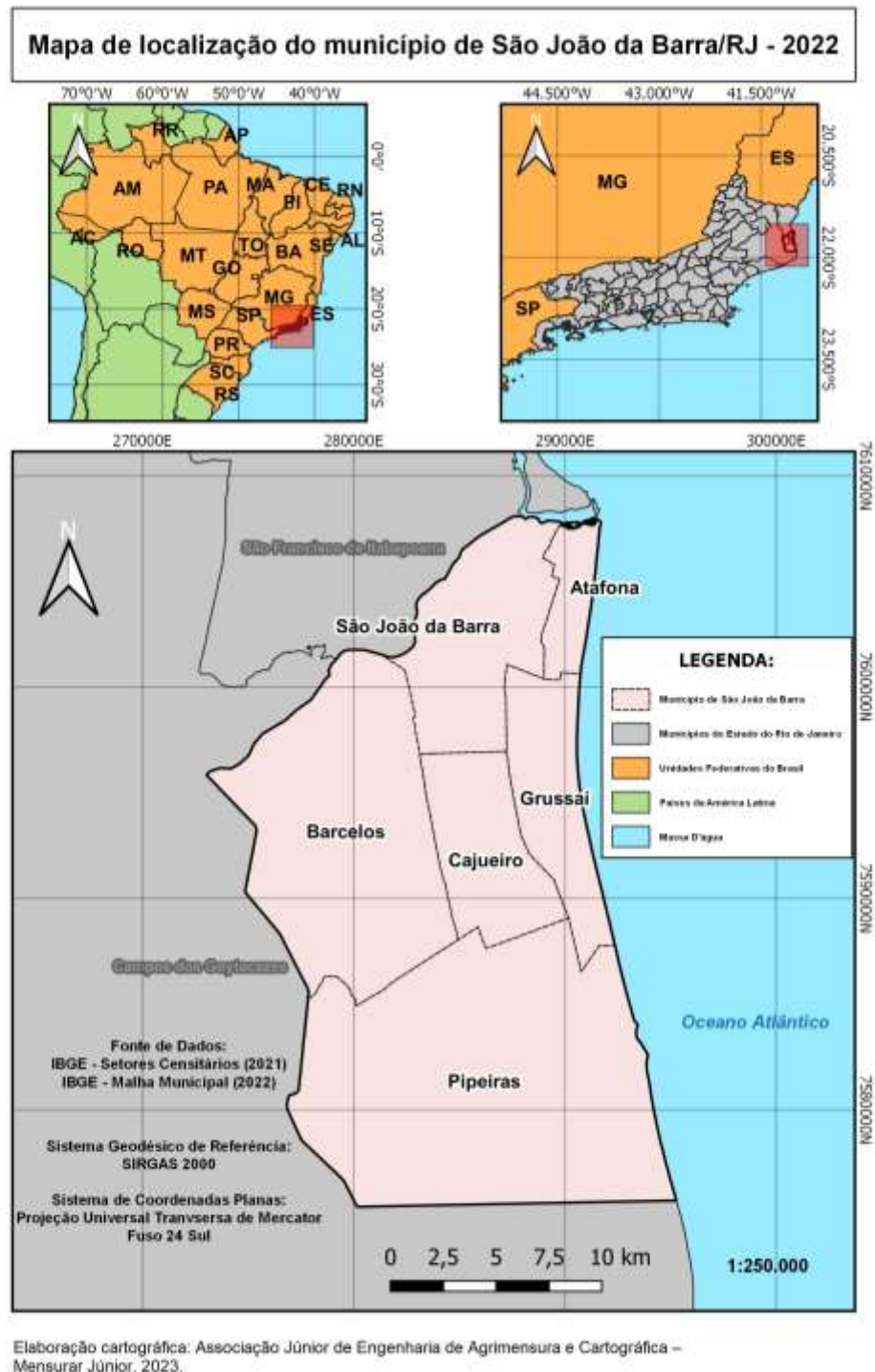
A restinga é um ecossistema associado à Mata Atlântica e, geralmente, é caracterizada como faixas arenosas recentes e instáveis nas regiões litorâneas, onde a vegetação pode ser rasteira ou até mesmo ausente. No estado do Rio de Janeiro, há aproximadamente 1.194,3 km² de área de restinga, dos quais 46% correspondem a cerca de 552 km² na região de São João da Barra. Essa região abriga alguns complexos lagunares, incluindo a Lagoa de Iquipari e Grussaí (ESTUDO TÉCNICO BÁSICO, 2022).

O Município de São João da Barra está situado na Região Norte Fluminense, a qual é constituída por nove Municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú, Macaé, Quissamã, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e São Fidélis, os quais juntos representam

22% da extensão total do Estado do Rio de Janeiro e possuem uma população de 849.515 habitantes (IBGE, 2010).

O território de São João da Barra está dividido em seis distritos, conforme figura 3 abaixo: São João da Barra, Atafona, Barcelos, Cajueiro, Grussaí e Pipeiras. Com uma população de pouco mais de 36 mil habitantes, conforme o Censo do IBGE de 2021, o município apresenta uma densidade demográfica de 71,96 hab./km², sendo a quarta maior população e a segunda maior densidade em sua região geográfica imediata (IBGE, 2021). Quanto à economia, o PIB per capita estimado de São João da Barra era de R\$220.707,37, o que o coloca como o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2021).

Mapa 3 - Localização por distritos do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.



São João da Barra é cortado pelo Rio Paraíba e com ele liga-se todo o seu passado político, histórico, social e econômico dos são-joanense (LAMEGO, 1946).

O papel de São João da Barra desde a época colonial foi a de fornecer uma saída para os produtos provenientes de Campos dos Goytacazes. Na vida colonial as duas vilas se completavam, entretanto, São João da Barra era dependente exclusivamente do comércio de Campos (Idem, 1946). A produção agrícola é quase nula pelo fato da existência da planície de restingas. Por isso, como seu porto, serviu de escoadouro de toda produção do açúcar da planície. São João se inseriu como satélite à vida comercial de Campos.

Sol (2015) analisou, do ponto de vista das modernizações no território, como o Norte Fluminense deslocou suas atividades do setor tradicional canavieiro para um novo paradigma logístico-industrial. Os investimentos, inclusive o da Petrobrás na região, possuem as características da nova inserção do Brasil, com grande produtor de *commodities*, na economia internacional.

O Superporto do Açu, localizado no município de São João da Barra, buscou ampliar e fomentar esse direcionamento das características dessa região através da mineração, da siderurgia, dos estaleiros e tem uma sinergia com o setor petrolífero, já que terá uma unidade de purificação de petróleo, o que agrega valor, dando um grande lucro ao produto. O discurso da EBX, na época, era de que o investimento, principalmente no escoamento do minério que vem de Minas Gerais, na limpeza/purificação do petróleo extraído do pré-sal na Bacia de Campos, na cadeia de empresas intermediárias com a instalação de terminais de granéis sólidos e líquidos, seria um corredor de exportação para outros produtos e *commodities*.

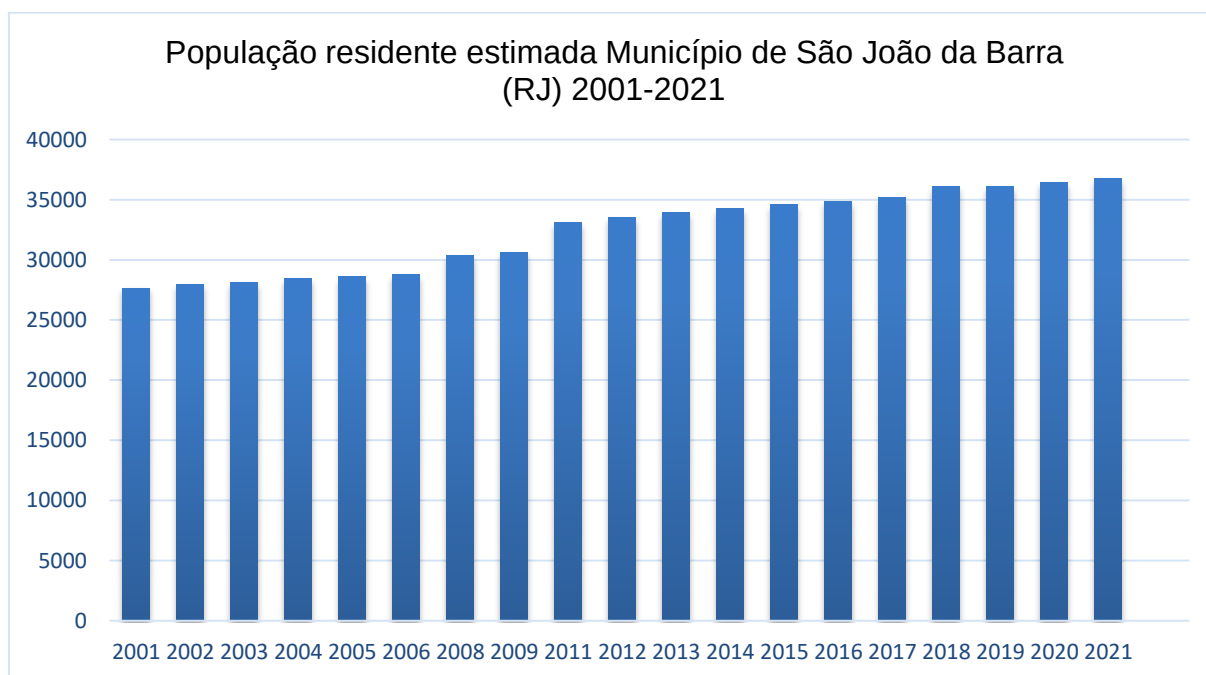
Esses grandes objetos, partindo de decisões políticas, segundo Silveira (2010), cristalizam no território e atribuem valores distintos às formas de trabalho e às regiões. Essa tecnosfera, no dizer de Santos (2008b), isto é, todo o aparato de ciência e tecnologia para a recepção de novos eventos são precedidos de um longo discurso de “preparação” da região para acolher novas variáveis modernas, ou seja, uma psicosfera.

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; [...] A psicosfera reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicosfera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas.

O exemplo mais emblemático pode ser visitado em uma matéria de jornal de 2011, em que a manchete enfatizava o evento da construção das obras do Porto de Açu como o grande chamariz para o desenvolvimento da região Norte Fluminense e, especificamente, para o município de São João da Barra. O destaque ficou a cargo do aumento da população municipal para mais de 250 mil habitantes, além da instalação de diversas empresas com investimentos de quase 70 bilhões de reais e com a criação de mais de 50 mil empregos (GLOBO, 2011).

Em 2021, a população de São João da Barra tinha pouco mais de 36.731 (IBGE, 2021). Muito distante dos 250 mil projetados na época da construção do Porto. Os dados sobre crescimento populacional abaixo permitem contrapor, inicialmente, a promessa de um crescimento significativo devido à construção do Porto do Açu.

Gráfico 1 - População residente estimada Município de São João da Barra (RJ) 2001-2021.



Fonte: IBGE - Estimativas de População³. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579#resultado>. Acesso em 20 jan. 2022.

³ O ano de 2010 não aparece na tabela do IBGE.

Ao longo do período analisado, de 2001 a 2021, a população de São João da Barra teve um aumento gradual, porém não tão expressivo quanto o previsto na matéria de jornal em 2011. A população passou de 27.663 habitantes em 2001 para 36.731 habitantes em 2021. Embora haja um crescimento absoluto, não foi alcançado o número projetado de mais de 250 mil habitantes.

Analisando os dados ano a ano, é possível observar que o crescimento populacional não foi uniforme ao longo do tempo. Houve anos com aumento mais significativo, como em 2011, quando a população aumentou em aproximadamente 2.500 habitantes em relação ao ano anterior. No entanto, em outros anos, o crescimento foi mais discreto ou até mesmo negativo, como em 2020, quando houve um acréscimo de apenas 321 habitantes em comparação com o ano anterior.

Considerando a promessa de crescimento populacional e a instalação de diversas empresas com investimentos significativos, esperava-se que o impacto do Porto de Açu fosse mais perceptível no crescimento demográfico do município. É importante ressaltar que a análise da população por si só não permite uma conclusão definitiva sobre o impacto do Porto de Açu no desenvolvimento do município. Outros indicadores socioeconômicos, como emprego, renda, beneficiários de programas sociais, abertura de empresas, dentre outros, também devem ser considerados para uma avaliação abrangente.

Além disso, chama à atenção a quantidade da população vivendo na pobreza, conforme tabela abaixo.

Quadro 1 - Número de beneficiários do Cadastro Único (2022)

Localidade	População (Estimativa IBGE, dezembro de 2021)	Famílias Cadastradas	Famílias em situação de Extrema Pobreza	Famílias em situação de Pobreza	Famílias de Baixa Renda
BRASIL	213.317.639	37.118.686	19.197.806	3.306.740	7.134.963
RIO DE JANEIRO	17.463.349	2.721.165	1.673.435	192.984	373.355
RIO DE JANEIRO/RJ	6.775.561	838.912	507.973	67.923	115.130
SÃO JOÃO DA BARRA/RJ	36.731	10.530	7.005	541	1.387

Fonte: Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD/MC)
Referência: julho de 2022

O número de famílias cadastradas no CadÚnico⁴ foi de 10.530, totalizando cerca de 28% da população vivendo na pobreza ou extrema pobreza. Muito maior do que a média nacional de, aproximadamente, 17% e da estadual e da capital com 15% e 12%, respectivamente.

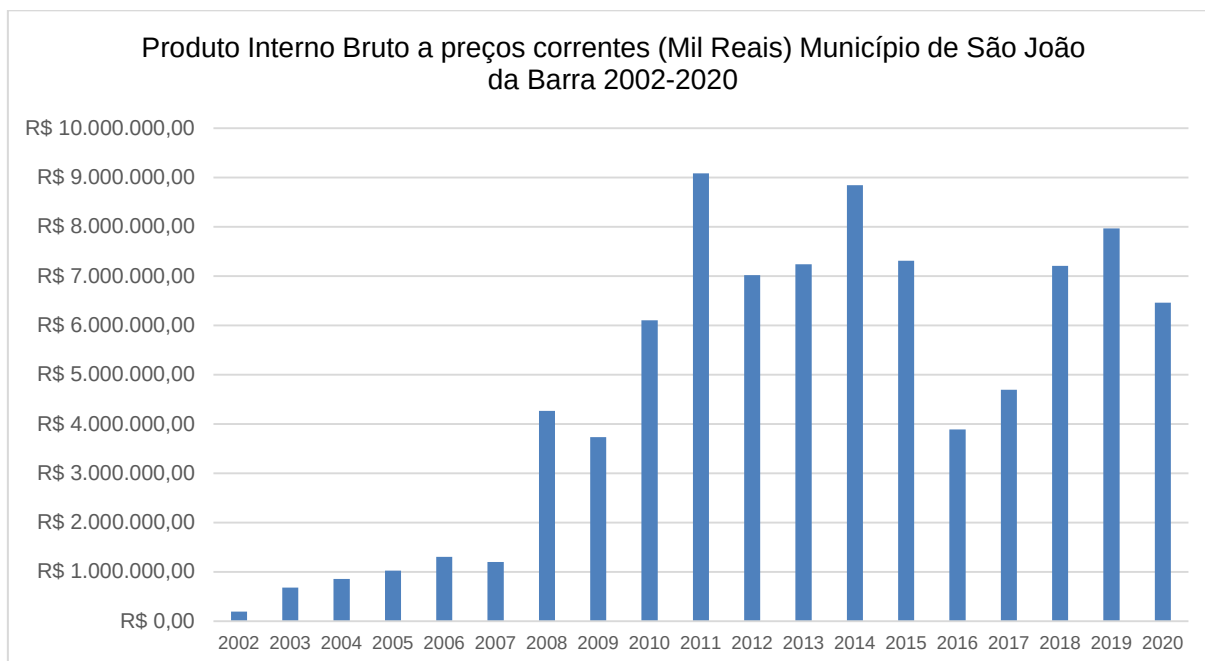
Com base nos dados fornecidos pela tabela acima, sobre a situação socioeconômica de São João da Barra em comparação com o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil como um todo, é possível destacar a diferença significativa em termos de indicadores de pobreza e baixa renda. Essa análise reforça a ideia, inicialmente aqui proposta, de que a vinda do Porto de Açu não trouxe o desenvolvimento esperado ao município, ou seja, não resultou na melhoria das condições socioeconômicas da população.

Para ilustrar que o processo de acumulação nem sempre produz as transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda, como ensina Furtado (2014), será analisado abaixo o gráfico 01 que trata da evolução do Produto Interno Bruto (PIB)⁵ do município de São João da Barra:

⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda.

⁵ O Produto Interno Bruto (PIB) é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

Gráfico 01 - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) Município de São João da Barra 2002-2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. 2002-2020.

Baseado no gráfico é possível destacar alguns pontos relevantes. O primeiro é o crescimento constante entre 2002 e 2006, quase triplicando nesse período. Em segundo, houve em 2008 um salto expressivo no PIB, atingindo o valor de R\$ 4.264.896,00. Esse aumento significativo está relacionado à implantação do Porto de Açu e aos investimentos associados a ele. A partir de 2010, observa-se um aumento substancial no PIB de São João da Barra, atingindo seu pico em 2011, com o valor de R\$ 9.081.763,00. Esse período coincide com o destaque dado pela manchete mencionada anteriormente, que enfatizava o desenvolvimento trazido pela construção do Porto de Açu.

No entanto, a partir de 2012, o PIB do município começa a diminuir, passando por altos e baixos nos anos seguintes. Em 2016, há uma queda acentuada, chegando a R\$ 3.890.155,00. Nos anos subsequentes, o PIB de São João da Barra se recupera em certa medida, mas ainda não atinge os patamares anteriores, permanecendo em torno de valores inferiores a R\$ 8 milhões.

Essa análise mostra que, embora tenha havido um crescimento notável do PIB de São João da Barra em determinados períodos, o desenvolvimento

econômico esperado não se manteve consistente ao longo do tempo, indicando, por sua vez, a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender como São João da Barra se inseriu nessa nova divisão territorial do trabalho.

CAPÍTULO 2: A DIVISÃO TERRITORIAL E INTERNACIONAL DO TRABALHO: O CASO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Introdução

No capítulo 1, o território foi abordado como a face política do espaço geográfico em meio a um complexo de eventos interligados, inserido em uma região cada vez mais subordinada à divisão territorial e internacional do trabalho. Foi evidenciada uma ideologia cuidadosamente construída, uma verdadeira psicosfera com o intuito valorizar e aderir São João da Barra ao projeto de construção do Porto do Açu. Essa abordagem levanta questões cruciais sobre a relação entre os lugares e o território, revelando a necessidade de uma análise mais profunda sobre o uso do território no período atual.

Neste capítulo será explorado o tema do uso corporativo do território tendo como estudo o caso do Porto do Açu. O objetivo é compreender as características dominantes desse processo e prosseguir na dialética da análise-síntese do espaço geográfico.

Será investigado como a implantação desse empreendimento tem influenciado a paisagem e reconfigurado a dinâmica territorial da região. Serão avaliados os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes desse uso corporativo do território, além de examinar as estratégias adotadas pelas empresas envolvidas.

Ao longo do capítulo será discutida a criação da fluidez territorial, evidenciando as transformações que ocorrem diante da presença desses grandes objetos e as relações de poder que permeiam tais processos. Assim, o capítulo propõe uma análise aprofundada da dinâmica do Porto do Açu como um exemplo emblemático do uso corporativo do território e da complexidade da política das empresas no atual período.

Grandes objetos e a valorização dos lugares

Como pensar a totalidade do território usado? (SILVEIRA, 2009, 2014). Um dos caminhos possíveis reside na consideração do território como uma rede de divisões de trabalho e sua consequente imbricação com a divisão territorial do trabalho, em que há regiões e cidades com acúmulos de funções e outras completamente esvaziadas.

A especialização de uma cidade ou região está diretamente ligada à divisão do trabalho, mas, também, com sua interdependência, como já descrevia Broek, (1972, p. 101). Não haveria especialização produtiva, por exemplo, do turismo no litoral ou o escoamento de minério, se não houvesse ligação com outros lugares, troca de bens e serviços, isto é, a interação exige reciprocidade, sendo dependente, portanto, da circulação.

A situação de um lugar nessa teia de circulação possui grande influência no chamado caráter do lugar, seu grau de acessibilidade ou de isolamento. A natureza do fenômeno terá um peso distinto se o lugar se encontra no centro ou em uma situação marginal. A receptividade às inovações varia de acordo com as características do lugar, ou seja, as inovações podem ter mais êxito em áreas fronteiriças do que no centro, pois a primeira pode estar menos onerada pelas tradições, interesses consolidados do que a segunda. Fatos que não devem ser ignorados na análise geográfica (BROEK, idem).

Um exemplo da importância da interdependência e da circulação pode ser exemplificado no Porto do Açu, em São João da Barra. Esse complexo portuário, inaugurado em 2014, é considerado um dos maiores investimentos privados em infraestrutura do país.

A presença do porto contribuiu para a especialização produtiva da região em atividades relacionadas à logística, com a instalação de empresas que realizam operações de armazenamento, movimentação e distribuição de cargas, conforme foto abaixo. Além disso, o porto possibilitou a conexão da região com outros mercados, tanto nacionais quanto internacionais, ampliando as possibilidades de trocas comerciais e atraindo novos investimentos para a região.

Fotos 2 – Porto do Açú na praia do Açú em São João da Barra.



Localização do Porto do Açú na praia do Açú, pertencente ao 5º distrito do município de São João da Barra. Fonte: <https://revistaoe.com.br/porto-do-acu-terminal-ii/>.

O Porto do Açú é um exemplo concreto de como a interdependência e a circulação são fatores importantes para o desenvolvimento regional e a especialização produtiva. Entretanto, por que as obras de grande porte, e aqui incluímos o Porto do Açú, são considerados por Santos (2007, p.25) como um “cavalo de Tróia” ou “catedrais no deserto”, denominação feita Lipietz (1988, p.103)?

De acordo com Santos (idem), o sistema de transporte é fundamental para integrar o espaço e, da mesma, forma, constitui um elemento essencial do planejamento capitalista. No passado, o sistema se interessava, majoritariamente, pelas rotas responsáveis por ligar os centros de produção e consumo. No período atual, essa preocupação se estendeu para as redes de ramais. Acrescentar fluidez ao território, reduzir tempo e distâncias seriam os principais ingredientes para a especialização agrícola e para a difusão do consumo. Nesse contexto, o aumento de eventos estimularia as trocas regionais e, por conseguinte, a difusão do dinheiro e o favorecimento da concentração capitalista. O mapa abaixo ilustra as principais vias de acesso ao município de São João da Barra.

Mapa 4 - Principais vias de acesso ao município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, 2022.



O mapa acima mostra as vias de acesso através das rodovias municipais, estaduais e federais, o que reflete a complexa rede viária que conecta o município a distintas escalas geográficas. Essa rede desempenha um papel crucial na integração do território e da organização territorial.

A extensa rede viária, que abrange desde estradas locais até rodovias que se estendem pela rede nacional de transportes, representa de forma tangível os esforços do planejamento capitalista em busca de uma integração espacial específica. Focalizando em redes de ramais e priorizando a fluidez territorial, redução de tempos e distâncias, esse sistema desempenha um papel crucial no escoamento de produtos, delineando a divisão territorial do trabalho que concentra o capital na região. Essa infraestrutura de transporte, portanto, é um dos principais motores das dinâmicas socioeconômicas na região e um fator determinante na receita local.

É fundamental reconhecer que o Estado desempenha um papel central na configuração das condições de produção em qualquer localidade. É o Estado, por conseguinte, que “dá a forma” a essas condições, sendo o planejamento e a gestão da infraestrutura de transporte uma expressão significativa dessa influência estatal (STORPER; WALKER, 1983).

O problema seria o volume dos investimentos de igual ou ainda maior realizado pelo Estado, por exemplo, a fim de garantir aquela fluidez e todo o aparato técnico necessário para a instalação de grandes objetos geográficos, todo um conjunto de oportunidades para o investimento das empresas, o que conduziria o país, a região, em uma situação de dependência em relação ao aprofundamento do capital, ainda mais os países subdesenvolvidos, com pouca margem para investimentos ou margem rígida (SANTOS, 2007).

A fragmentação das atividades e do trabalho, aliada aos avanços tecnológicos, sistemas de transporte e comunicação, tem sido um fator crucial para a evolução e a materialização da divisão territorial do trabalho. A partir da divisão do trabalho, na qual diferentes tarefas são atribuídas a diferentes indivíduos dentro de um processo produtivo, surge a necessidade de organizar essas atividades em diferentes locais geográficos.

Segundo Scott (2006), com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, bem como a expansão do mercado global, as atividades produtivas podem ser fragmentadas e dispersas em diferentes regiões do mundo, de acordo

com suas vantagens comparativas e competitivas. Essa divisão territorial do trabalho implica na especialização de certas áreas ou regiões em determinadas atividades, levando em consideração fatores como recursos naturais, infraestrutura, mão de obra e condições favoráveis ao negócio.

A interconexão entre diferentes áreas geográficas e a fluidez do território possibilitam a formação de redes de produção e circulação global, nas quais as empresas buscam otimizar a eficiência e reduzir os custos ao aproveitar as vantagens oferecidas por diferentes lugares. Ou no dizer de Santos (2002, p.88), quando trata da globalização do território:

É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares.

Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho é impulsionada pelas dinâmicas de mercado, pela busca por lucratividade e pela competição acirrada entre empresas e regiões. Santos (idem) destaca o papel fundamental que a geografia econômica desempenha na distribuição de valor e na criação de mais-valia. O chão, ou seja, o território, torna-se um depósito de fluxos de riqueza, à medida que as decisões políticas e as técnicas utilizadas nele afetam diretamente a capacidade das empresas de gerar lucro e competir. Essa visão reforça a ideia de que a produtividade e a competitividade não estão apenas relacionadas à estrutura interna de cada empresa, mas, também, à localização geográfica dessas empresas. Assim, cada lugar ganha um papel relevante na contabilidade das firmas, com diferentes valores atribuídos a elas. A menção à "guerra fiscal" destaca a competição global entre lugares, onde regiões e países buscam atrair empresas oferecendo incentivos fiscais e condições vantajosas. Isso demonstra como as estratégias territoriais impactam diretamente as dinâmicas econômicas e o desenvolvimento desigual entre lugares.

Entretanto, como que se chega da divisão do trabalho a divisão territorial do trabalho, isto é, para a atual configuração territorial em que a característica predominante é a adaptação às demandas dessas empresas globais?

De acordo com Marx (2010, p.408), a divisão territorial do trabalho é uma extensão da divisão social do trabalho, que se intensificou significativamente com o surgimento do mercado mundial e do sistema colonial. Essa divisão territorial ocorre quando diferentes ramos de produção são confinados em áreas específicas de um país. Em São João da Barra, podemos observar essa dinâmica em relação à construção e funcionamento do Porto do Açu.

A implantação do Porto do Açu representa uma forma de divisão territorial do trabalho, na qual o município se torna especializado em atividades relacionadas à logística, armazenamento, movimentação e distribuição de cargas. Essa especialização está inserida em uma estratégia mais ampla de integração global da produção, na qual diferentes regiões se especializam em atividades específicas para aumentar a eficiência e produtividade em escala global.

Nesse contexto, São João da Barra passa a desempenhar um papel determinado pela lógica do capital globalizado, que busca explorar os recursos locais, a mão de obra e a infraestrutura disponível para maximizar os lucros. Essa relação de subordinação territorial pode resultar em desigualdades sociais e econômicas, já que a ênfase na atividade portuária pode gerar uma dependência econômica em relação a essa atividade específica e uma vulnerabilidade diante das flutuações do mercado global.

Portanto, a transição da divisão do trabalho para a divisão territorial do trabalho é impulsionada pela fragmentação e dispersão das atividades produtivas em diferentes territórios, resultado dos avanços tecnológicos, busca por redução de custos e vantagens competitivas. Essa dinâmica evidencia a complexidade das relações entre os lugares, as atividades econômicas e as transformações territoriais.

Por outro lado, é importante, da mesma forma, contrapor a ideia de livre iniciativa e políticas de desenvolvimento local propagadas pela literatura liberal com as determinações geográficas, sociais e econômicas que permeiam as atividades das pessoas e das empresas (BRANDÃO, 2012). Embora a literatura liberal enfatize a liberdade de ação e a capacidade de empreender, é fundamental reconhecer que no contexto do capitalismo, essas iniciativas criativas e empreendedoras enfrentam determinantes significativos.

No sistema capitalista, as oportunidades econômicas estão intrinsecamente ligadas às estruturas e relações de poder existentes. A divisão territorial do trabalho e as desigualdades regionais influenciam a distribuição

desigual de recursos e oportunidades entre diferentes localidades. Portanto, as chances de sucesso e prosperidade para as iniciativas econômicas são condicionadas pelo contexto em que estão inseridas, incluindo fatores como acesso a capital, infraestrutura, mercado consumidor e políticas governamentais.

Além disso, as dinâmicas do capitalismo, com sua busca incessante por acumulação e competitividade, tendem a concentrar recursos e poder nas mãos de grandes corporações e elites econômicas. Isso cria barreiras significativas para pequenos empreendedores e iniciativas locais, dificultando sua capacidade de competir no mercado e criando mais pobreza.

Desse modo, embora haja espaço para formas criativas de economia e iniciativas empreendedoras no capitalismo, é importante reconhecer que elas são moldadas e limitadas pelas determinações geográficas, sociais e econômicas do sistema. A busca por desenvolvimento local e equidade requer uma análise crítica das estruturas e relações de poder existentes, assim como a implementação de políticas e práticas que visem a reduzir as desigualdades estruturais e criar oportunidades mais igualitárias para todas as pessoas e empresas.

Nesse contexto é fundamental reconhecer que a desigualdade é uma característica intrínseca ao sistema de produção capitalista. A desigualdade surge como resultado do funcionamento normal das economias capitalistas e não pode ser eliminada sem uma transformação fundamental nos mecanismos do capitalismo (PEET, 1975). Assim, ao analisar a divisão territorial do trabalho em São João da Barra e a implantação do Porto do Açu, é necessário considerar as implicações sociais, econômicas e ambientais dessa dinâmica.

A característica essencial do espaço geográfico reside em seu valor, que não pode ser negligenciado. Conforme enfatizado por Santos (2008b, p.317), “o espaço se manifesta como um conjunto de virtualidades de valor desigual”, disputado constantemente pelos diferentes agentes, sejam eles empresas, instituições ou pessoas. Nesse contexto, a valorização dos lugares impulsionada pelo uso corporativo do território revela desigualdades regionais, tensões territoriais e conflitos decorrentes da concentração de poder e da exploração dos recursos locais.

A especialização dos lugares para desempenhar funções específicas na divisão territorial do trabalho não é uma mera consequência natural, mas sim resultado de virtualidades artificiais meticulosamente construídas para garantir a

rentabilidade dos capitais em uma competição incessante (SANTOS, 2008b). Essa dinâmica fica evidente no caso do Porto do Açu, onde a empresa, respaldada por normas, leis e decretos, se apossou de quase um terço do município de São João da Barra, contando com o apoio de diversas esferas governamentais.

No entanto, é essencial realizar uma avaliação crítica dos impactos sociais e ambientais decorrentes da industrialização e das atividades logísticas no Norte Fluminense. É necessário compreender quem são os principais beneficiados por essas transformações e quais são os processos enfrentados pelas comunidades locais em sua busca diária pela sobrevivência. O uso corporativo do território, com sua abrangência e influência significativas, deve ser analisado com cautela, considerando não apenas as narrativas oficiais, mas, também, os interesses, as desigualdades socioespaciais geradas e as consequências para as populações afetadas.

Desigualdades socioespaciais e uso corporativo do território: o caso do Porto do Açu

Em relação às desigualdades espaciais, sua definição precisa é uma tarefa árdua e, ao mesmo tempo, complexa, devido à variedade de aspectos envolvidos nesse tema. No entanto, considerando a hipótese defendida nesta tese de que a divisão territorial do trabalho implementada no Norte Fluminense exerce uma influência significativa na perpetuação das desigualdades socioespaciais, é pertinente examinar as tentativas anteriores de conceituação dessas desigualdades.

O geógrafo David Slater (1975) propôs uma classificação preliminar do tema, sugerindo que, ao abordar as desigualdades espaciais, é possível identificar várias tipologias e, ao mesmo tempo, embasar as definições com indicadores socioeconômicos relevantes para o planejamento.

De acordo com Slater (1975), algumas tipologias são necessárias para uma análise mais aprofundada das diferenças. A primeira delas é a desigualdade intrarregional, que se refere às variações dentro de regiões específicas. Algumas pesquisas mostraram que essas desigualdades podem ser graves, embora recebam menos atenção na literatura. Embora alguns defendam a consideração do espaço como uma superfície, a categorização funcional da desigualdade espacial com base em unidades administrativas ainda é necessária devido à realidade socioeconômica.

Tratar o espaço como uma superfície pode levar a uma investigação abstrata que é inadequada para lidar com os problemas práticos de planejamento territorial em sociedades subdesenvolvidas.

A disparidade no crescimento e desenvolvimento de cidades e regiões é, em grande parte, uma consequência da diferenciação espacial promovida pelo capital. Enquanto os territórios selecionados para a expansão capitalista passam por processos de homogeneização e padronização, aqueles que não são alcançados por atividades econômicas que fazem parte da fronteira de expansão do capitalismo experimentam um relativo "atraso", resultando em heterogeneidade espacial. Enquanto nos territórios considerados "avançados" ocorre a concentração do capital e a convergência de processos, nos demais territórios ocorre a dispersão do capital e a divergência de processos (MEDEIROS JUNIOR, 2015).

Segundo Medeiros Júnior (2015, p.6), o Estado do Rio de Janeiro recebeu significativos investimentos ao longo da primeira década do século XXI, totalizando cerca de R\$ 100 bilhões. Esses investimentos continuaram a crescer, conforme pesquisas recentes, com um volume estimado de cerca de R\$ 235,6 bilhões para o período de 2014-2016. O setor predominante na recepção desses investimentos é o de petróleo e gás, representando mais da metade do volume total. Em termos regionais, algumas regiões do Estado foram privilegiadas com esses investimentos, como a região Metropolitana, o Médio Paraíba, o Norte Fluminense, a Costa Verde, a região Serrana e o Noroeste Fluminense. Cada uma dessas regiões concentra investimentos em setores específicos, como desenvolvimento urbano, energia, siderurgia, construção naval, transporte/logística, entre outros. Esses investimentos têm contribuído para a criação de desigualdades intrarregionais, com algumas regiões se beneficiando mais do que outras em termos de desenvolvimento econômico e infraestrutura.

Outra forma de desigualdade diz respeito à distinção clássica entre áreas urbanas e rurais em termos de produção, atividades econômicas, infraestrutura, entre outros aspectos. No entanto, a definição e delimitação do termo "urbano" são problemáticas devido a diferentes definições internacionais e mudanças nos limites da cidade ao longo do tempo. A desigualdade entre áreas urbanas e rurais é frequentemente analisada com base em indicadores de bem-estar social, como leitos hospitalares per capita, taxas de matrícula na educação e incidência de

doenças infecciosas, e, muitas vezes, é mais acentuada do que a desigualdade entre regiões.

Por outro lado, a desigualdade entre diferentes cidades, conhecida como desigualdade interurbana, refere-se às disparidades no acesso a serviços públicos, emprego, lazer e outros fatores que influenciam o bem-estar. Segundo Slater (idem), o planejamento econômico tem tentado reduzir essas desigualdades, limitando o crescimento de grandes centros urbanos e incentivando o desenvolvimento de cidades de porte intermediário. A importância dessa forma de desigualdade varia de acordo com o nível de urbanização e é mais comum em países latino-americanos do que em países africanos.

Da mesma forma há a desigualdade interrural, que é um tipo de desigualdade espacial que geralmente recebe pouca atenção, mas é significativa em sociedades predominantemente rurais. Ela é observada como diferenças nos níveis de renda, saúde e educação entre diferentes áreas rurais, como uma plantação e uma área de agricultura de subsistência. Estudos mostram que a desigualdade interrural é acentuada e deve ser considerada no planejamento rural com programas elaborados para sua erradicação a longo prazo.

Slater (idem) chama atenção para a desigualdade intraurbana, como às diferenças no padrão de vida entre áreas residenciais dentro de uma cidade. O crescimento de favelas no Terceiro Mundo tem enfatizado a persistência destas disparidades e tornado os planejadores e burocratas mais conscientes da pobreza. Estas desigualdades são reflexo das desigualdades econômicas e persistirão enquanto estas persistirem.

E, por último, a desigualdade intrarrural é uma forma de desigualdade espacial que se refere a contrastes internos acentuados nas condições de vida dentro de uma unidade rural, como uma *hacienda*. Por exemplo, na América Latina, ainda há grandes diferenças nas condições de vida entre a casa do morador das *hacienda* e as cabanas dos trabalhadores sazonais. Indicadores socioeconômicos relevantes incluem renda per capita, estrutura de emprego, capacidade de geração de eletricidade, investimento público, poupança privada e tributação. Indicadores sociais incluem taxas de mortalidade infantil, acesso a serviços públicos e taxas de alfabetização. Segundo Slater (idem), as tipologias da desigualdade espacial são importantes como base para o desenvolvimento da teoria e para a elaboração de políticas de planejamento para lidar com a diversidade e variedade do problema.

O Porto do Açu, em sua construção e operacionalização, desempenha um papel significativo na ampliação e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Isso ocorre devido à sua contribuição para a divisão do trabalho, aumentando as interdependências e envolvendo um maior número de atores no processo de concentração do capital. Além disso, o impacto do Porto ultrapassa a realidade local do Norte Fluminense, impondo novas formas de cooperação e controle em uma escala regional e global.

O Norte Fluminense, por sua vez, é uma região que ao longo da história tem sido marcada por diferentes ciclos econômicos como já visto. Desde a produção de açúcar até a atividade agropecuária e a exploração de petróleo e gás, cada ciclo deixou suas marcas na paisagem e na cultura local. A construção do Complexo Portuário do Açu em São João da Barra representa mais um desses ciclos, trazendo consigo transformações significativas para a região. Essa sucessão de padrões econômicos e sua influência na região reforçam a importância de investigar como o Porto do Açu contribui para as desigualdades socioespaciais na área.

O Porto do Açu, em operação desde 2014, é atualmente controlado pela holding Prumo Logística Global S.A., que, por sua vez, é controlada pelo fundo de investimentos americano e outro árabe (descrição a seguir). Além disso, o complexo portuário conta com a parceria de aproximadamente 20 empresas estrangeiras, formando um complexo portuário-industrial com nove terminais, tanto em áreas *onshore* quanto *offshore*. Suas operações abrangem a exportação de minério de ferro, grãos, líquidos, gases e containers (ASSAD, 2019).

O papel da Geografia, conforme descrito por Pierre George (1976), é detectar a desigualdade do espaço diante do movimento, o qual é resultado de um conjunto de forças que opõem resistências (forças de inércia) e impulsos técnicos ou políticos provenientes de especulações e escolhas presentes em diversos planos, que vão desde a busca pelo máximo lucro até preocupações estratégicas e políticas. Por isso há importância da construção de uma imagem global derivada de uma determinada fração do espaço.

As desigualdades regionais também podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país. Essas desigualdades têm sua causa motriz encontrada fora da região, o que explica a sua durabilidade e caráter cumulativo ao longo do tempo (SANTOS, 2008a).

Para ilustrar essa variável externa nos lugares, segue um quadro com informações sobre algumas empresas e entidades relacionadas ao Porto do Açu. Esse quadro oferece uma visão abrangente das empresas envolvidas e suas respectivas sedes, além das áreas de atuação. A partir dessa análise, é possível observar como a divisão territorial e internacional do trabalho se relaciona com o território cada vez mais corporativo:

Quadro 2 - Empresas ligadas à atuação do Porto do Açu em São João da Barra, 2023.

Empresas	Descrição	Sede
PORTO DO AÇU OPERAÇÕES	Administradora e proprietária do porto. Responsável pela gestão e desenvolvimento.	Estados Unidos / Bélgica
VAST INFRAESTRUTURA	Oferece infraestrutura e serviços de transbordo de petróleo	Brasil
BP (THE BRITISH PETROLEUM COMPANY)	Fornecer combustíveis para transporte e geração de energia, lubrificantes para motores e equipamentos industriais, serviços de varejo e produtos petroquímicos para itens de uso diário	Reino Unido
OCEANPACT	Desenvolve e implementa serviços nas áreas de meio ambiente, operações submarinas e apoio logístico e engenharia.	Brasil
TECHNIPFMC	Fornecer tecnologia para a indústria de energias tradicionais e novas; projetos, produtos e serviços integrados.	Reino Unido
NOV	Fornecer tecnologia para a indústria global de energia, visando produção de energia.	Estados Unidos
ACTEON	Segmento de amarrações e âncoras	Reino Unido
EDISON CHOUEST OFFSHORE	Setor de transporte marítimo	Estados Unidos
RESERVA CARUARA	Reserva Particular de Patrimônio Natural criada pela Porto do Açu	Brasil
VIX	Setor de logística customizadas, movimentação de cargas e logística urbana.	Brasil
ESTAÇÃO DO AÇU	Centro de conveniência dedicado aos clientes do Açu, com salas comerciais, lojas e um centro médico.	Brasil

GNA – GÁS NATURAL	Responsável pela construção e implementação de parque termelétrico a gás no Porto do Açu.	Brasil
FERROPORT	Responsável pelo transporte de minério de ferro do Porto do Açu	Brasil
ANGLOAMERICAN	Empresa global responsável pelo planejamento, construção e mineração de metais e minerais	Reino Unido
DOME GRAN IHC	Setor de reparo naval, construção, montagem e operação portuária	Brasil / Holanda
AEROPART	Instalação de Heliporto do Açu	Brasil
AMBIPAR	Gerencia resíduos industriais	Brasil
VIBRA	Distribuição e comercialização de combustíveis derivados de petróleo, biocombustíveis, além de lubrificantes, emulsões asfálticas e produtos químicos	Brasil
GRUPO MINAS GUSA	Setor siderúrgico com fabricação de ferro gusa	Brasil
AÇU HOTEL	Localizado dentro do complexo industrial e portuário possui 64 quartos para atuar em hospedagem corporativa	Brasil
BAKER HUGHES	Serviços e produtos para campos petrolíferos	Estados Unidos

Fonte: Conheça o Porto do Açu. Disponível em: <https://www.prumologistica.com.br/pt/conheca-o-porto-do-acu/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

O quadro acima revela a presença de empresas de diferentes países, como Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica e Holanda, evidenciando a natureza global e internacional do Porto do Açu. Essas empresas desempenham papéis distintos, desde a administração e gestão do porto até a oferta de infraestrutura, serviços de transbordo de petróleo, tecnologia para a indústria de energias tradicionais e novas, transporte marítimo, logística, gestão de resíduos, distribuição de combustíveis, siderurgia, hospedagem corporativa e serviços para campos petrolíferos ampliarem as áreas de atuação e o escopo das atividades no território.

Essa diversidade de atores reflete a complexidade da divisão territorial do trabalho, em que diferentes empresas e entidades contribuem com suas especialidades e recursos para impulsionar as atividades no Porto do Açu. Além disso, a presença de empresas, como BP e AngloAmerican, que atuam no fornecimento de combustíveis e na mineração de metais e minerais, evidencia a

relevância econômica e estratégica do porto, principalmente visando o setor de *commodities*.

Essas empresas também estão envolvidas em diversos setores, como meio ambiente, logística, reparo naval, construção e operação portuária, destacando a diversificação das atividades e serviços oferecidos no Porto do Açu.

Do ponto de vista geográfico, a presença dessas empresas estrangeiras e nacionais, com suas áreas de atuação específicas, ressalta a influência do capital corporativo na configuração e funcionamento do território. O Porto do Açu se torna um ponto de concentração de investimentos e atividades econômicas, gerando interdependências e impactos socioespaciais na região.

Toda essa tecnosfera é comanda de fora pelo fundo de investimento EIG⁶ e o grupo acionista Mubadala Investment Company⁷. O primeiro norte-americano e o segundo proveniente dos Emirados Árabes Unidos.

Vale lembrar, como demonstrou, Goldenstein e Seabra (2011) na década de 1980, que o modo de produção capitalista pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e, conseqüentemente, redefinições da proporção e do significado social e territorial desta divisão. Além disso, no caso brasileiro em geral, a divisão territorial do trabalho se apresenta sob o controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores de produção mais avançados, e aqui está o ponto crucial, hierarquicamente subordinados ao capital internacional de caráter monopolístico.

O problema reside no modo de inserção dessa nova divisão territorial e internacional do trabalho, alheia às heranças do território, das condições socioeconômicas do lugar, da apropriação dos objetos fixos e dos fluxos

⁶ EIG Partners LLC é uma empresa global de investimentos institucionais fundada em 1982. Ela se especializa em investimentos privados no setor de energia e infraestrutura relacionada à energia em âmbito global. Com sede em Washington, D.C., nos Estados Unidos, a EIG Partners tem escritórios adicionais em Houston, Londres, Sydney, Rio de Janeiro, Hong Kong e Seul. Ao longo de sua história de 41 anos, a empresa comprometeu cerca de US\$ 44,3 bilhões em projetos ou empresas no setor de energia, totalizando aproximadamente 400 projetos em 42 países, abrangendo todos os seis continentes. Seus clientes incluem importantes fundos de pensão, seguradoras, fundações e fundos soberanos dos Estados Unidos, Ásia e Europa. Fonte: <https://fsinvestments.com/company/>

⁷ A Mubadala Investment Company é um fundo de investimento estratégico com sede em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Fundado em 2002, o Mubadala é um dos maiores fundos soberanos do mundo. Sua missão é impulsionar o crescimento econômico sustentável e diversificado de Abu Dhabi, investindo em setores estratégicos, como petróleo e gás, aviação, energia renovável, indústria, tecnologia e infraestrutura. O Mubadala busca criar parcerias estratégicas e investir em projetos que gerem valor financeiro e impacto social positivo. Com um portfólio diversificado, o Mubadala investe em várias regiões ao redor do mundo e colabora com empresas e governos para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico. Fonte: <https://www.mubadala.com/>

constitutivos do território, desencadeando aquilo que Santos (2008b, 2006) denominou de coporativação do território, isto é, o processo pelo qual o território aliena sua materialidade ou as adapta para os fins particulares das empresas, sobretudo as multinacionais.

Atualmente, o Complexo Portuário do Açu representa este enclave que invadiu a área, transformando-a e expandindo-a para acelerar a fluidez. A especialização produtiva, nesse sentido, é tanto resultado como causa do aumento da densidade do espaço de fluxos, incluindo o crescimento dos sistemas de transporte, comunicação e finanças. Isso leva à coexistência de diferentes agentes, que possuem diferentes níveis de poder e influência (SILVEIRA, 2011).

Um território fluído

Segundo Santos (2006), o mundo contemporâneo é marcado pela rapidez e pela fluidez. O autor destaca a existência de uma fluidez virtual, proporcionada pelos avanços tecnológicos, como os sistemas de informação, e uma fluidez efetiva, que ocorreria quando essa fluidez potencial é utilizada na prática pelas empresas e instituições dominantes. No entanto, essa fluidez não é acessível a todos, apenas alguns atores têm a capacidade de aproveitá-la, tornando-se detentores reais da velocidade.

A presença do Porto do Açu e as transformações ocorridas em São João da Barra exemplificam esse cenário fluído e rápido. O Porto, como representante de um empreendimento de grande escala, tem como objetivo principal induzir a fluidez e a velocidade nos processos de comércio e logística, visando atender tanto seus interesses particulares quanto os das multinacionais às quais está submetido. Nesse contexto, o Porto faz parte de um amplo sistema de objetos interconectados, conforme descrito por Santos (2008b, p. 219):

Cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistemicamente. Um grande supermercado ou *shopping center* seriam incapazes de existir se não fossem servidos por vias rápidas, estacionamentos adequados e acessíveis, sistemas de transportes públicos com horários regulares e conhecidos e se, no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação. Esse é o caso dos grandes edifícios, dos armazéns, dos silos etc. Os portos, a rede rodoviária de um país, e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos.

Assim, a infraestrutura necessária para viabilizar essa fluidez é instalada estrategicamente nos lugares considerados de maior importância, o que cria uma seletividade espacial e uma clara divisão entre os espaços caracterizados pela velocidade e os espaços mais lentos. Essa dinâmica acarreta transformações territoriais, onde determinados locais são privilegiados em termos de acesso e conexões, enquanto outros são deixados em uma posição mais periférica ou desfavorecida nesse processo de modernização e desenvolvimento.

Na figura abaixo é possível visualizar no mapa de São João da Barra a distribuição dos dutos responsáveis pelo escoamento de minérios da região.

Mapa 5 - Dutos do Município de São João da Barra, 2019.



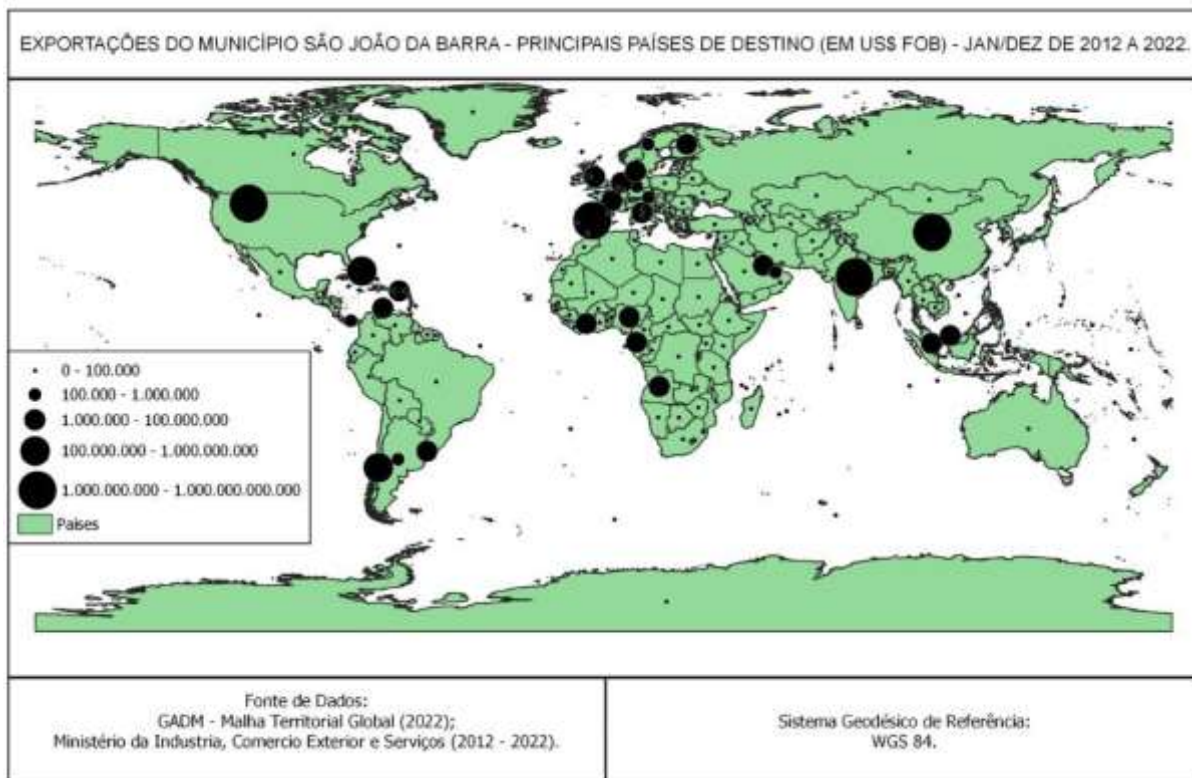
No mapa de dutos é possível, inicialmente, visualizar a localização do mineroduto Minas-Rio. O sistema é gerido pela Empresa britânica Anglo American com uma previsão de atingir a capacidade anual de produção de mais de 26 milhões de toneladas de minério de ferro. O duto Minas-Rio inclui uma mina de minério de

ferro e planta de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, sendo o maior mineroduto do mundo com 529 km de extensão e que atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses. O resultado é escoado para o Porto do Açu, no qual a Anglo American é parceira da Prumo logística com 50% de participação (AMERICAN, 2014).

No contexto dos Terminais de Uso Privado (TUP), esses estão vinculados ao Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal, que mobilizou cerca de 200 bilhões de reais, destinados a serem investidos pela iniciativa privada e por meio de parcerias público-privadas. Especificamente em São João da Barra, quatro terminais foram instalados, recebendo, aproximadamente, 1,6 bilhões de reais. Um exemplo é o terminal Brasil *Port*, responsável pela movimentação de cargas utilizadas pela indústria offshore de Óleo & Gás. Esse terminal manipula diversos produtos, como graneis líquidos e sólidos, resíduos, diesel, lubrificantes, entre outros (NETTO, 2015).

Essa infraestrutura logística, composta pelo mineroduto e terminais portuários, desempenha um papel crucial na dinâmica econômica e territorial de São João da Barra, conectando a região aos fluxos globais de commodities e delineando seu posicionamento estratégico no contexto nacional e internacional, sobretudo, para as empresas instaladas na região. O mapa abaixo revela as trocas comerciais realizadas através das exportações pelo Porto do Açu em direção a diferentes países.

Mapa 6 - Principais países de destino das exportações de São João da Barra – 2012-2022.



Elaboração cartográfica: Associação Júnior de Engenharia de Agrimensura e Cartografia - Mensurar Júnior, 2022.

O mapa acima mostra a dinâmica da balança comercial do país em relação, primeiramente, ao destino das exportações para diferentes países a partir do Porto do Açu em São João da Barra.

Observando o mapa, é possível visualizar a amplitude dos principais destinos de exportação de São João da Barra, com os Estados Unidos, Índia e países europeus, destacando-se como parceiros comerciais proeminentes. A tabela abaixo, que apresenta um volume total de exportações de aproximadamente 10,5 bilhões de dólares ao longo do período analisado, contribui para uma melhor compreensão dessa diversificação da distribuição geográfica.

Tabela 1 – Principais destinos de exportações (em dólares) a partir de São João da Barra – 2012 – 2022.

Países de destino das Exportações	Valor total FOB (US\$)		%
Estados Unidos	US\$	4.009.205.379,00	38,14%
Índia	US\$	2.311.320.488,00	21,99%
Espanha	US\$	2.269.064.629,00	21,58%
China	US\$	1.222.618.742,00	11,63%
Chile	US\$	249.581.238,00	2,37%
Bahamas	US\$	104.943.657,00	1,00%
Malásia	US\$	70.403.167,00	0,67%
Uruguai	US\$	65.752.341,00	0,63%
Itália	US\$	61.886.842,00	0,59%
Ilhas Virgens, (Americanas)	US\$	25.205.319,00	0,24%
Outros	US\$	123.135.208,00	1,17%
Total	US\$	10.513.117.010,00	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Dentre os dez principais países de destino totalizando mais de 10,5 bilhões de dólares negociados nos últimos 10 anos, os Estados Unidos se destacam absorvendo mais de um terço das exportações totais, evidenciando uma robusta relação comercial. A Índia, como o segundo principal destino, contribui com pouco mais de 20%, solidificando-se como outro importante parceiro comercial para o município. Na Europa, a Espanha figura como destaque, com valores próximos aos registrados no continente indiano.

A China, como o quarto maior destino, representa quase 12% das exportações e, quando combinada com os três principais parceiros, esses quatro países respondem por aproximadamente 93% do total exportado. Na América do Sul, destacam-se o Chile e o Uruguai, menos de 3% do total, além de outros 16 países, com pouco mais de 1% somados.

Em relação aos principais produtos de exportação, o Ministério do Comércio Exterior fornece os seguintes dados presente na tabela abaixo:

Tabela 2 - Principais produtos exportados por São João da Barra – 2012-2022

Descrição dos produtos de exportação, São João da Barra 2012-2022	%
Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	22,58%
Metais comuns e suas obras	17,98%
Produtos do reino vegetal	11,20%
Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	9,67%
Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras	8,58%
Produtos minerais	7,95%
Animais vivos e produtos do reino animal	4,25%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; Suas partes e acessórios.	4,16%
Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	3,97%
Matérias têxteis e suas obras	2,89%
Mercadorias e produtos diversos	1,45%
Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	1,26%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras.	0,99%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria.	0,99%
Material de transporte	0,90%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras.	0,72%
Calçado, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; Penas preparadas e suas obras; Flores artificiais; Obras de cabelo.	0,27%
Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; Obras de tripa.	0,18%
Total	100%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 jun. 2023.

A análise dos principais produtos exportados por São João da Barra entre os anos de 2012 e 2022 revela uma diversidade significativa nas categorias de

produtos, refletindo a complexidade e abrangência das atividades econômicas do município.

O setor dominante é o de Máquinas e Aparelhos, Material Elétrico e suas Partes, que representa mais de 20% do total exportado, indicando uma presença robusta no setor de tecnologia e equipamentos elétricos.

Em segundo lugar, o setor de Metais Comuns e Suas Obras contribui com 17,98% do total, sugerindo uma participação robusta na indústria metalúrgica local. Este destaque ressalta a importância da metalurgia como uma âncora econômica para São João da Barra.

A terceira posição é ocupada pelos Produtos do Reino Vegetal com 11,20%, abrangendo uma variedade que vai de alimentos a insumos industriais. No âmbito de alimentos, bebidas e tabaco, a contribuição de 9,67% destaca a importância desse setor no comércio global. Os Produtos Minerais com 7,95% revelam a presença na indústria de mineração e processamento, mostrando uma diversificação adicional nas atividades econômicas do município.

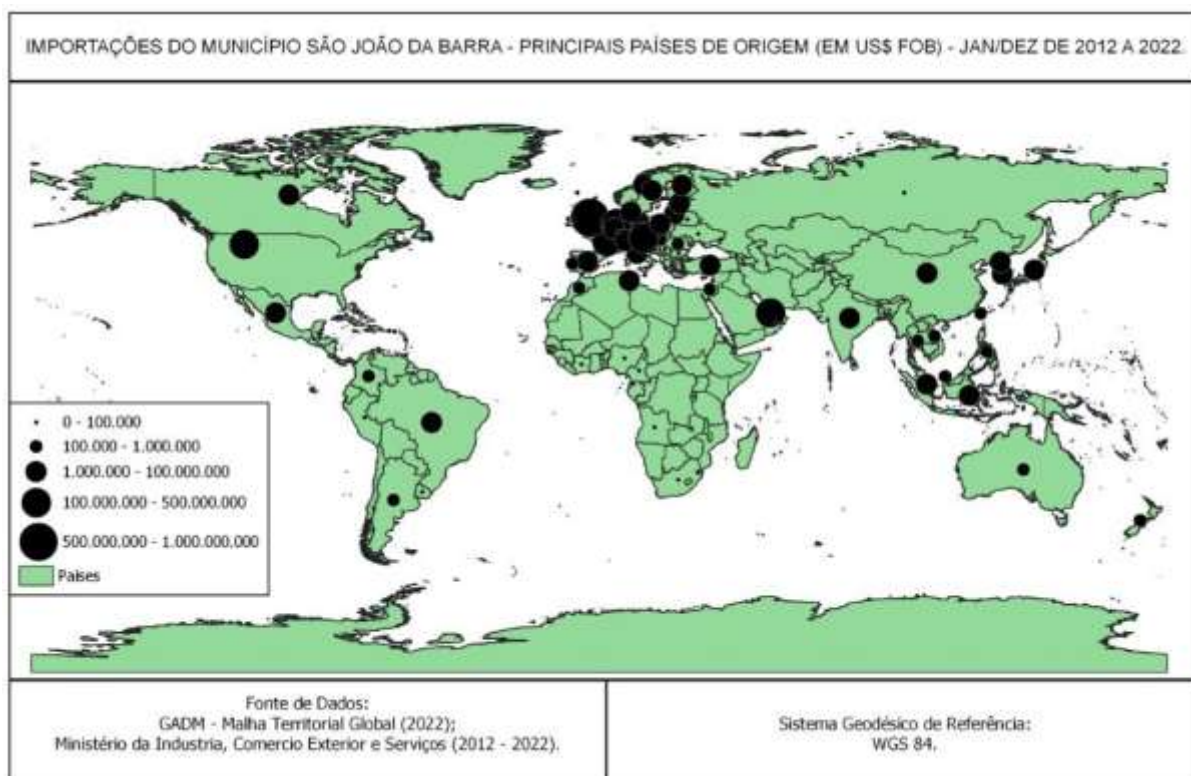
Outro destaque é a presença de Animais Vivos e Produtos do Reino Animal com 4,25%, indicando atividades relacionadas à agropecuária e reforçando a diversidade da base econômica.

Finalmente, a contribuição de Instrumentos e Aparelhos de Ótica, Fotografia ou Cinematografia; Instrumentos Médico-Cirúrgicos com 4,16% destaca a participação na indústria de precisão, revelando uma economia multifacetada que vai além dos setores tradicionais.

Essa análise inicial destaca a ampla gama de setores econômicos nos quais São João da Barra está envolvido, desde tecnologia e metalurgia até alimentos e mineração.

Já em relação à localização dos países de origem das importações, o mapa abaixo mostra os diferentes países com os quais São João da Barra negociou no período de 2012 a 2022.

Mapa 7 - Países de origem das importações em São João da Barra – 2012-2022.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 jun. 2023.

O mapa das importações em São João da Barra revela uma marcante concentração, com a maior parte das transações comerciais oriundas do continente europeu. Além disso, apresentam uma diversidade de países de origem, refletindo a abrangência das transações comerciais realizada com São João da Barra e, ao mesmo tempo, aponta para uma complexidade das relações comerciais com uma gama de produtos, insumos e serviços em mercados globais.

A tabela abaixo complementa as informações com acréscimos da lista de países de origem das importações e com os valores negociados em dólares ao longo do período de 10 anos.

Tabela 3 – Principais países de origem das importações (em dólares) para São João da Barra – 2012 – 2022

Principais países de origem das importações	Valor total FOB *US\$)		%
Alemanha	US\$	567.887.038,00	16,68%
Reino Unido	US\$	551.112.725,00	16,19%
Emirados Árabes Unidos	US\$	458.433.022,00	13,47%
Estados Unidos	US\$	416.666.535,00	12,24%
França	US\$	325.859.343,00	9,57%
Países Baixos (Holanda)	US\$	238.853.511,00	7,02%
Áustria	US\$	104.537.534,00	3,07%
Noruega	US\$	99.049.559,00	2,91%
Dinamarca	US\$	93.151.541,00	2,74%
Japão	US\$	92.075.309,00	2,70%
Outros	US\$	456.293.597,00	13,40%
Total	R\$	3.403.919.714,00	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Os dados revelam que a Alemanha e o Reino Unido se destacam como os principais parceiros comerciais, representando, respectivamente, 16,68% e 16,19% do valor total das importações. Em seguida, os Emirados Árabes Unidos contribuem significativamente com 13,47%, evidenciando uma presença marcante no cenário das importações locais.

Os Estados Unidos e a França também têm participação considerável, representando 12,24% e 9,57%, respectivamente. Nota-se uma diversificação adicional nos parceiros comerciais, com os Países Baixos (Holanda), Áustria, Noruega, Dinamarca e Japão, contribuindo com percentuais variados, mas todos expressivos em relação ao total.

A análise do valor total FOB (*free on board*) indica que São João da Barra movimentou cerca de US\$ 3.5 bilhões em importações durante o período considerado. Esse montante expressivo sublinha a importância do comércio internacional para o município e destaca sua conexão com diversas economias globais.

Além disso, a categoria "Outros" representa 13,40% do total, evidenciando a diversidade de países não listados individualmente.

Em relação aos produtos importados, a tabela abaixo possui a descrição dos principais itens negociados no período de 2012 e 2022.

Tabela 4 - Principais produtos importados por São João da Barra – 2012-2022

Descrição dos produtos de importação, São João da Barra 2012-2022	%
Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	31,62%
Metais comuns e suas obras	23,39%
Material de transporte	22,46%
Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras	12,58%
Produtos minerais	5,49%
Matérias têxteis e suas obras	1,99%
Mercadorias e produtos diversos	1,05%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; Suas partes e acessórios	0,74%
Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	0,50%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras	0,18%
Total Geral	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 jun. 2023.

A análise dos produtos de importação em São João da Barra no período de 2012 a 2022 revela uma concentração significativa em algumas categorias específicas. A categoria Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; e o setor de Aparelhos de gravação ou reprodução de som destaca-se como a mais significativa, representando, aproximadamente, um terço do total das importações. Em seguida, observa-se uma presença substancial nas categorias Metais comuns e suas obras e Material de transporte, que juntas contribuem para mais de 45% do total importado. As categorias subsequentes, como Plásticos e Borracha, Produtos

minerais e Materiais têxteis e suas obras, também apresentam participações consideráveis, contribuindo para a diversificação do perfil de importações do município. Vale notar que as demais categorias, como instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia e obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras, embora representem proporções menores, ainda contribuem para a variabilidade dos produtos importados.

Essas trocas comerciais também geram impactos territoriais, sociais e econômicos na região de São João da Barra. A presença do complexo portuário implica em mudanças nas dinâmicas locais, como o aumento do fluxo de pessoas, a diversificação das atividades econômicas e a criação de empregos diretos e indiretos. Ao mesmo tempo, isso poderia levar, Segundo Santos(2008b), a um aumento da fluidez dos fatores hegemônicos e da regulação dos processos produtivos, o que poderia desfavorecer algumas regiões ou classes sociais em relação a outras.

A respeito disso, assevera Santos (2008c, p.57):

Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área. Esse processo pode conduzir à estagnação ou mesmo ao desaparecimento das cidades pequenas.

Qual é a causa subjacente da estagnação de determinados lugares, onde a disparidade entre a criação de riqueza e a persistente pobreza se torna evidente, ao mesmo tempo em que esses mesmos lugares se tornam dependentes de grandes objetos ou empresas multinacionais? Essa dinâmica ocorre porque o mercado globalizado busca estabelecer-se e expandir-se através da fluidez mencionada anteriormente, mas não, necessariamente, integrando, efetivamente, os lugares.

Hymer (1983) demonstrou de maneira exemplar como as empresas multinacionais podem trazer capital e tecnologia para países em desenvolvimento, como o Brasil. No entanto, essa relação também envolve a manutenção e reprodução da dependência desses países, muitas vezes persistindo de período a

período. Ao finalizar um projeto, é possível que o país anfitrião esteja tão atrasado quanto estava no início.

Conforme observado por Hymer (idem), as multinacionais difundem o capital e a tecnologia, mas, ao mesmo tempo, mantêm a centralização por meio de sua rede verticalmente integrada, o que reflete no que ocorre internamente na própria empresa. Essa dinâmica pode inviabilizar o desenvolvimento local, uma vez que dificulta o controle social e político sobre as decisões econômicas, de acordo com o economista americano.

Além disso, a implantação do Porto do Açu resultou em mudanças ambientais e sociais abruptas para a população local, gerando uma coexistência de ritmos e velocidades distintos, o que em termos geográficos significa, nesta tese, o rompimento dos laços com o lugar baseado em solidariedades orgânicas herdadas.

Diversos atores possuem o poder de influenciar e moldar o território de acordo com seus interesses e necessidades, o que gera uma tensão territorial.

A divisão territorial do trabalho no Norte Fluminense, especialmente em São João da Barra, onde está localizado o Porto do Açu, trouxe consigo uma série de problemas que afetaram a região. Entre os principais conflitos que surgiram, destacam-se:

- Deslocamento e remoção de comunidades locais: A implementação do Porto exigiu o deslocamento e remoção de comunidades tradicionais e de pescadores, impactando suas formas de vida e subsistência (PRADO; ROCHA, 2015); (ALVARENGA, 2013), (GUEDES FALCÃO; REIS MOTA, 2015), (PRADO, 2014).

- Pressão sobre os recursos naturais: A intensificação das atividades portuárias e industriais aumentou a demanda por recursos naturais, como água e energia, gerando pressão sobre o meio ambiente local (QUINTSLR, 2014).

- Desigualdades socioeconômicas: O desenvolvimento econômico concentrado em torno do Porto resultou em desigualdades socioeconômicas, com benefícios e oportunidades limitadas para determinados grupos, enquanto outros enfrentam dificuldades e exclusão (PEREIRA, 2018), (RANGEL; PIQUET; CASTRO, 2020), (PIQUET; RANGEL; CASTRO, 2019).

- Impactos ambientais: A construção e operação do Porto podem causar impactos negativos no meio ambiente, como poluição do ar e da água, degradação

de ecossistemas e perda de biodiversidade (LÄMMLE; BULHÕES, 2019), (RAMOS; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2019).

- Conflitos e disputas territoriais: A chegada do Porto e as transformações na região desencadearam conflitos e disputas territoriais entre diferentes grupos e interesses, como a questão por terras e recursos (MONIÉ, 2015), (ASSAD, 2019).

- Dependência econômica: A especialização produtiva em determinados setores, como a indústria petrolífera e o setor sucroalcooleiro, levou a uma dependência econômica excessiva dessas atividades. A grande empresa multinacional, como esse grande objeto geográfico, usa seu próprio sistema técnico para redefinir a capacidade de ação de outras empresas médias e pequenas. Além disso, quando esses setores enfrentam crises ou dificuldades, toda a região é impactada negativamente, resultando em desemprego, redução da atividade econômica e desequilíbrio nas contas públicas. E o Estado, por outro lado, tenta resolver esses problemas com políticas de desenvolvimento local, *clusters* e outros modelos de forma paliativa (SILVEIRA, 2009).

É importante ressaltar que esses problemas não são exclusivos do Norte Fluminense ou de São João da Barra, mas são intrínsecos ao sistema capitalista e reforçados nessas regiões que passam por processos de especialização produtiva e dependência de determinadas atividades econômicas.

Do ponto de vista histórico, mais uma vez Broek (1972) esclarece que cada lugar tem sua sucessão de padrões, expressa em características dominantes bem como recessivas. As mutações ou inovações do modo de vida indicariam as modificações futuras. Por isso é necessário analisar o impacto das modernizações nos lugares, conforme o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: AS MODERNIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS EM SÃO JOÃO DA BARRA

Introdução

No Capítulo 2, foram abordados temas como as operações logísticas no Porto do Açú, o papel do Estado na garantia da fluidez, as desigualdades regionais e a presença de empresas internacionais. Também foram discutidos o caráter enclave do porto, a fluidez do território e os conflitos territoriais presentes. Esses tópicos buscaram compreender as transformações territoriais e as complexidades decorrentes do uso corporativo do território.

Neste capítulo serão explorados diversos aspectos relacionados à modernidade (ou modernizações) e suas repercussões nessa porção do território. Será discutido o alcance e as definições do conceito de modernidade, assim como a forma como ela se manifesta no contexto de São João da Barra. Um dos pontos abordados será a seletividade territorial, ou seja, como determinadas áreas são escolhidas e transformadas pela influência da modernidade.

O alcance e as definições de modernidade

Segundo Delaney (2005), é essencial situar o território considerando suas especificidades históricas. Para tanto, é importante abordar, ainda que de forma breve, as distinções entre modernidade, pré-modernidade e até mesmo pós-modernidade. Essas distinções trazem uma camada adicional de complexidade, uma vez que existem disputas sobre como qualificar o que é considerado moderno e o que não é. No entanto, essa complexidade adicional pode ser produtiva ao contribuir para o entendimento da configuração territorial na qual a vida social se desenvolve.

Tal empreitada se inicia com a contribuição de diversos autores, incluindo Delaney (2005), Latour (1994), Martinelli (2010), Ortega y Gasset (1967), Gomes (2010) e outros que refletiram sobre a modernidade para contextualizá-la na discussão em análise. Essa discussão está relacionada à dinâmica do território

usado em meio uma divisão territorial e internacional do trabalho específica do Norte Fluminense.

Em termos gerais, a distinção entre modernidade e suas qualificações, como pré-modernidade ou pós-modernidade, está estreitamente ligada à dimensão temporal. O pré-moderno é geralmente compreendido como o período anterior à era atual, enquanto o moderno representa um contínuo "agora", ainda que em constante processo de transformação. No que diz respeito à implementação da modernidade ou da modernização, é possível identificar bolsões isolados nos quais as variáveis modernas encontram certa resistência, embora esses casos sejam considerados cada vez menos numerosos, porém não menos significativos.

A modernidade é frequentemente considerada como um futuro inevitável, sendo uma questão de tempo até alcançar os rincões de todo o Planeta. No entanto, essa formulação, geralmente, despreza a heterogeneidade radical das culturas "pré-modernas", incluindo o território e sua configuração territorial. O que torna essas outras culturas pré-modernas é simplesmente o fato de serem diferentes das culturas modernas, compartilhando traços e características distintas da modernidade (DELANEY, 2005).

De forma semelhante, Latour (1994, p. 15) ressalta a passagem do tempo como um parâmetro para a definição da modernidade, conforme suas palavras:

"Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras 'moderno', 'modernização' e 'modernidade' aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos".

Do ponto de vista geográfico e, especialmente, no discurso político, uma região deixa de ser apreciada como moderna se não atrai os grandes objetos, como o porto em São João da Barra, ou todos os eventos que apontam em direção ao progresso associados aos sentidos da modernização.

O trabalho de Latour (idem) é de fundamental importância para a Geografia, pois permite investigar o território usado como um híbrido de natureza e cultura, onde há objetos não-humanos e humanos amalgamados. Segundo o pensador francês, os Modernos, em linhas gerais, consideram os objetos e ações

notadamente separados uns dos outros, devido ao projeto de purificação crítica da qual se alimentam.

Por outro lado, conceber a modernidade não apenas como uma condição ou momento temporal, mas como um tipo particular (e peculiar) de formação cultural, permite, segundo Delaney (2005), enxergar analiticamente formas de território distintamente modernas sob uma luz diferente. Seu entendimento de “modernidade” se refere a um modo de vida particular (uma “episteme” ou um modo culturalmente distinto de pensar, sentir e ser) que começou a emergir como uma transformação cultural bastante local na Europa ocidental a partir do segundo milênio do cristianismo.

Martinelli (2010, p. 5) partilha da mesma visão ao enfatizar que a modernidade é “o conjunto de processos de transformação em larga escala mediante os quais uma determinada sociedade tende a adquirir as características econômicas, políticas, sociais e culturais consideradas próprias da modernidade”.

A modernidade é um processo historicamente determinado, e através dos complexos processos de imperialismo, colonialismo, capitalismo mundial, a alfabetização veio, nas décadas intermediárias do século XX, para abranger de forma totalizante, ainda que bastante desigual, o planeta como um todo. Está associada igualmente à saturação global do sistema internacional de Estados (e processos burocráticos associados as práticas do Estado), com filosofias políticas liberais e com uma gama de filosofias e ideologias conflitantes que surgiram em reação ao liberalismo. Também está associado a um tipo distintamente moderno de eu (o indivíduo); com o capitalismo como um sistema global de produção, distribuição e consumo; e, fundamentalmente, com um estilo particular de conhecimento ligado mais estreitamente com a ciência natural. Entre os outros traços característicos desta formação cultural complexa e distinta são transformações tecnológicas rápidas e contínuas, especialmente conexão com comunicação, transporte, produção econômica, consumo e guerra (DELANEY, 2005).

Entretanto, Gomes (2010), mais preocupado com a inserção do conhecimento geográfico na modernidade, ressalta que há dificuldade em se considerar um ponto marcante na história para tratar seja das origens ou da localização precisa do fenômeno moderno. Esse processo envolveria novos códigos valorativos em diversas esferas da vida social, e o discurso científico seria a base

desses códigos de valores da modernidade; o que seria o início da explicação com que as transformações tecnológicas obtivessem uma robusta dimensão, uma vez que parte da ideia de progresso, a qual reside no centro de um processo sem fim de inovação permanente, de uma contínua criação do novo. A criação do símbolo da modernidade seria exatamente essa capacidade de se diferenciar e contrastar com a organização econômica e social, política e cultural da sociedade precedente (MARTINELLI, 2010).

A ascensão do individualismo, do racionalismo e do utilitarismo, segundo o sociólogo italiano, advém do fato de que a sociedade moderna não negaria à História, já que a comparação com o passado seria um termo necessário; entretanto, a modernidade não encontra no passado um modelo particular para ser imitado ou mesmo uma lição a ser aprendida. Ou, como caracterizou, no início do século XX, Ortega y Gasset (1967, p.31) ao dizer que a marca do nosso tempo é a recusa ao passado:

"Esta grave dissociação de pretérito e presente é o fato geral de nossa época e nela vai incluída a suspeita, mais ou menos confusa, que engendra a inquietude peculiar da vida nestes anos. Sentimos que de repente ficamos sós sobre a terra os homens atuais, que os mortos não morreram de brincadeira, mas completamente; que já não nos podem ajudar. O resto do espírito tradicional evaporou-se. Os modelos, as normas, as pautas não nos servem. Temos de resolver nossos problemas sem colaboração ativa do passado, em pleno atualismo - sejam de arte, de ciência ou de política[.]."

O filósofo espanhol, ao descrever o símbolo moderno como o homem-massa, revelou, dentre outras coisas, a fragilidade de se ancorar da ideia no progresso, uma vez que pode haver retrocesso civilizatório, já que a civilização é artifício e não uma entidade natural.

Em grande parte do século XX, e continuamente no período atual, o foco tem sido nos processos de modernização e noções relacionadas, como "desenvolvimento", entendido como processos históricos através dos quais os países subdesenvolvidos, "Terceiro Mundo", poderiam alcançar o Ocidente industrializado (ou "avançado") em um arco de tempo e dentro de certas normas estruturais do capitalismo global.

Ao mesmo tempo em que, de uma perspectiva genérica, as sociedades pré-modernas buscavam se assemelhar ao Ocidente para se tornarem modernas, é

importante destacar que essa busca por conformidade envolvia não apenas a adoção de formas modernas, mas, também, uma reorganização política e espacial, especialmente no que diz respeito à soberania e à propriedade. Essas transformações abrangiam uma série de questões complexas que demandavam uma adaptação peculiar às formas modernas.

A Geografia não ficou imune a esse processo histórico, seja durante o período colonial ou no pós-colonial, especialmente na África e na América Latina. Nessas regiões, houve uma ocupação do espaço soberano e uma abertura favorável ao mercado capitalista de forma geral, o que impactou diretamente as questões relacionadas aos direitos sobre a terra. Além disso, é importante ressaltar o papel desempenhado pelos órgãos repressivos do Estado-Nação da época moderna nesse contexto.

É o que Quijano (1988, p. 9) classificou como “pressão pela modernização” exercida na América Latina durante a maior parte do século XX e, especialmente, desde o final da Segunda Guerra Mundial. Para o pensador peruano, a modernização ocorrida na América Latina possui certas características que a distingue de outras regiões. Em primeiro lugar, há uma pressão cuja base é externa, ou seja, ações vinculadas a interesses a partir de agentes não latino-americanos. Em segundo lugar, as modernizações aparecem como uma proposta na qual seria impossível recusar, uma vez que parte de um modelo de sucesso nos modos de produzir, no estilo e hábitos de consumo, na cultura e na maneira pela qual os sistemas de organização social e político são organizados, numa palavra: em um paradigma exitoso de modernização ocorrido na Europa desde o século XVIII.

Aliás, Quijano (1988) advoga o oposto da ideia de que a América Latina teria sido sempre passiva e teria recebido tardiamente os vetores da modernidade. Ao contrário, foi a partir da América Latina que se constituiu, da mesma forma, a produção dessa modernidade, como resultado, dentre outros fatores, da conquista e incorporação do que seria a América em um mundo dominado pela Europa e da possibilidade de expansão da lógica capitalista mundial. Trata-se da própria hipótese do autor de que com a descoberta da América Latina pela Europa se produziu uma profunda revolução no imaginário europeu e, igualmente, no imaginário um mundo europeizado na dominação. A partir do espectro temporal, esse episódio proporcionou um deslocamento do passado, como sede de uma era de ouro que

havia sido perdida para sempre, mas que encontrou uma nova oportunidade para o futuro, uma era para conquistar ou construir (QUIJANO, 1988).

Já Santos (2008a) conjuga a análise temporal junto com a investigação dos elementos do espaço. O autor prefere falar em modernizações, uma vez que representam um período marcado “... pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”. (SANTOS, 2008a, p. 31). Trata-se, portanto, das modernizações, ou seja, períodos sucessivos da história econômica onde ocorre a difusão de uma inovação para o subsistema dominado se adequar.

Por isso o estudo sobre as condições herdadas do passado e formas atuais devem ser objeto de análise conjuntamente com as variáveis modernas e suas marcas no território. O vínculo entre os agentes externos e internos, território e modernização é crucial para se entender os problemas atuais.

O que se passou na América Latina com relação a entrada das variáveis modernas nessa região do Globo enseja as discussões sobre o seu próprio desenvolvimento em sentido amplo sob o seu processo de subjugação seja econômico, social, cultural ou territorial.

Há quase meio século, Santos (2008a) já caracterizava as modernizações nos países subdesenvolvidos, suas particularidades e alertava para a impossibilidade de realizar um paralelismo entre o fenômenos econômicos urbanos na Europa e nos países da América Latina, dentre outras coisas.

Um território seletivo

No contexto analisado, a modernização territorial na região Norte Fluminense, com ênfase em São João da Barra, revela uma dinâmica complexa e contraditória. Historicamente marcada pela atividade de pecuária e de produção de cana-de-açúcar, nos séculos XIX e XX, a região passou a ser dominada pela exploração petrolífera a partir da década de 1980, representando mais de 80% da produção nacional (CRUZ, 2003).

Estudos como o de Cruz (2003) destacam a relação entre a dinâmica regional e a apropriação dos recursos por parte das elites locais, caracterizando um regionalismo que tende a fechar a região. Apesar das modernizações trazidas pelos

investimentos no setor petrolífero e a consequente geração de renda por meio dos royalties, isso não foi suficiente para reduzir os índices de pobreza, desemprego e desigualdade social. A região Norte Fluminense, frequentemente rotulada como "região-problema", continua sendo acionada pelos atores locais na disputa pela apropriação e uso dos recursos (CRUZ, 2003).

Outro ponto de vista é que essa apropriação das classes dominantes em "fechar" o território inviabiliza a penetração de formas diferenciadas e geração de valor e de novas relações de produção, na medida em que através da dominação política conseguem reproduzir a relação social de dominação predominante (GOLDENSTEIN; SEABRA, 2011).

No atual período, a região Norte Fluminense tornou-se alvo de grandes investimentos, como o Complexo do Porto de Açu, buscando fortalecer a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de commodities. (RANGEL; PIQUET; CASTRO, 2020). No entanto, essa nova etapa de acumulação capitalista, baseada na extração de petróleo e no escoamento mineral, tem levado ao desenvolvimento desigual do Estado do Rio de Janeiro, tanto em aspectos econômicos, como investimentos e geração de lucros, quanto em aspectos sociais e territoriais que não foram beneficiados por esses processos (MEDEIROS JUNIOR, 2013).

Apesar dos investimentos significativos em infraestrutura e exploração de recursos naturais na região, é imprescindível reconhecer que os desafios relacionados à desigualdade social e territorial persistem de forma contundente. Além disso, problemas ambientais e a dependência econômica desses investimentos também se apresentam como obstáculos ao chamado pleno desenvolvimento regional. Diante desse cenário complexo, é necessária uma análise crítica e reflexiva sobre o impacto da inserção de grandes objetos na paisagem, considerando tanto os potenciais quanto as limitações que esses empreendimentos podem acarretar.

É importante, nesse sentido, apesar dos investimentos e da visível transformação da paisagem, avaliar os indicadores socioeconômicos da região Norte Fluminense, bem como do município de São João da Barra, a fim de obter uma visão ampla sobre os investimentos realizados na região.

A ideia de território seletivo, inspirada em Santos (2008a), destaca que os indivíduos não têm as mesmas oportunidades de acesso a diferentes bens e

serviços, resultando em diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Essas disparidades estão fortemente relacionadas às enormes diferenças de renda, levando a uma seletividade econômica e desigualdade social em relação à aceitação das modernizações.

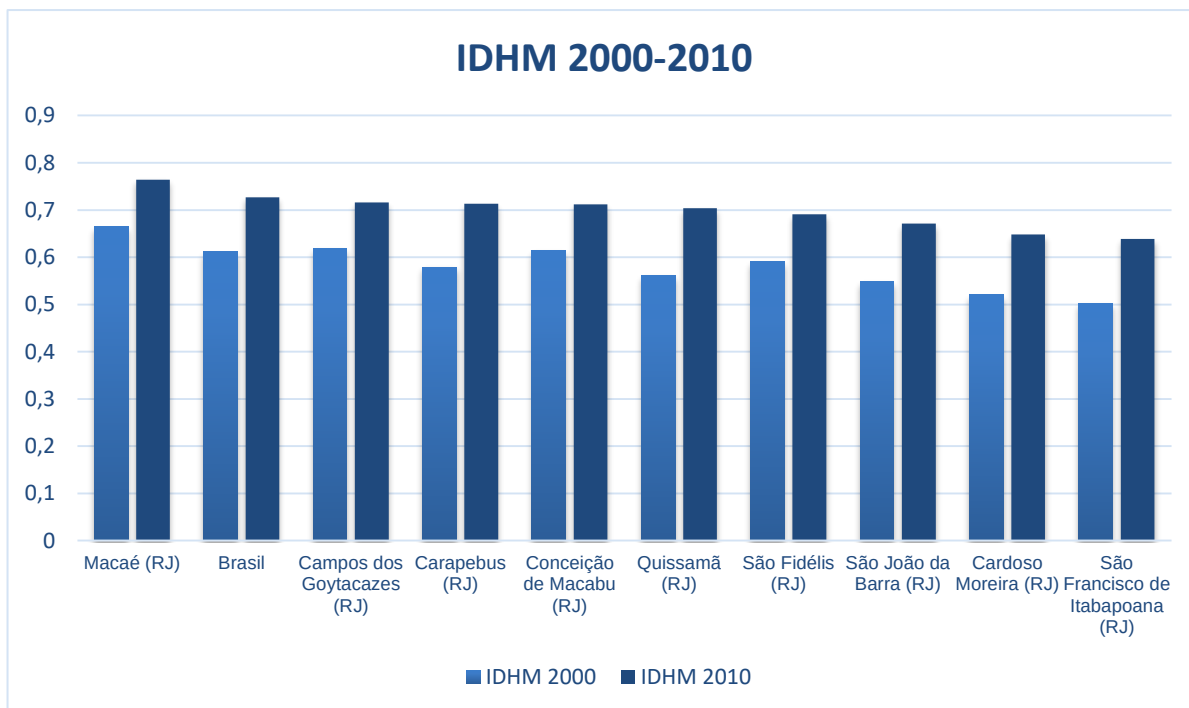
Nesse contexto, será abordado o tema dos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma adaptação do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora esses índices não expressem a totalidade das dinâmicas sociais, são eles que serão utilizados para fomentar políticas públicas.

O IDHM busca medir o desenvolvimento humano com base em indicadores de saúde, educação e renda, e é produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro. O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Além disso, também será considerado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), realizado pelo Sistema FIRJAN, que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. O IFDM foi criado em 2008 e é baseado, exclusivamente, em estatísticas públicas oficiais disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. A análise desses indicadores permitirá uma visão mais abrangente do desenvolvimento regional e sua relação com a equidade e o bem-estar das comunidades.(PEIXOTO et al., 2021).

No gráfico abaixo é mostrado a evolução do IDHM ao longo dos dois últimos censo do IBGE.

Gráfico 2 - Evolução do IDHM da região Norte Fluminense – 2000-2010.



Fonte: Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

A análise do gráfico sobre a evolução do IDHM ao longo dos censos mostra que a maioria dos municípios da região apresentou um aumento significativo no índice entre os anos 2000 e 2010, refletindo avanços no desenvolvimento humano.

Em geral, tanto o Brasil como os municípios estudados tiveram um crescimento positivo no IDHM nesse período. O IDHM nacional subiu de 0,612 para 0,727, indicando um avanço no desenvolvimento humano em âmbito nacional.

No caso dos municípios específicos da região Norte Fluminense, como Campos dos Goytacazes, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, também houve um aumento significativo no IDHM. Em média, esses municípios apresentaram um crescimento de cerca de 0,15 pontos no índice, o que representa um progresso significativo nas dimensões de saúde, educação e renda. Esse crescimento no IDHM pode estar relacionado a diversos fatores, como investimentos em políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, avanços na área de educação, aumento da expectativa de vida, entre outros.

O município de São João da Barra, no entanto, quando estabelecido o filtro em ordem decrescente do IDHM no ano de 2010, se encontra em uma posição quase nos últimos lugares em comparação com os demais municípios da região e do país. Com um IDHM de 0,671, o município fica abaixo da média nacional (0,727) e de outros municípios da região, como Macaé (0,764), Campos dos Goytacazes (0,716), Carapebus (0,713) e Conceição de Macabu (0,712).

O último dado mais contundente sobre São João da Barra refere-se ao IDHM, que em 2010 ocupava a 76ª posição no ranking estadual, conforme tabela abaixo. Esse dado evidencia a necessidade de uma análise mais aprofundada e abrangente dos efeitos reais desses investimentos sobre a qualidade de vida da população local e a equidade social.

Quadro 3 - Ranking do IDHM8 – Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2010

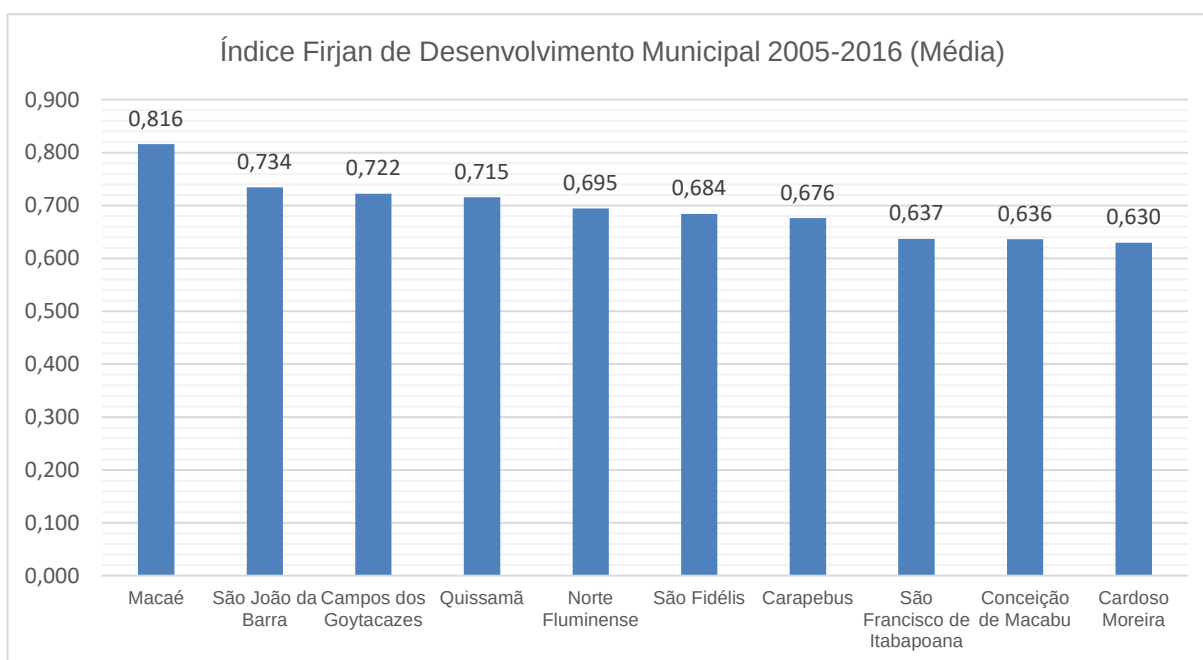
1º - Niterói	0,837	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	23º - Itaperuna	0,730	47º - Conc. de Macabu	0,712	70º - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72º - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26º - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73º - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51º - Saquarema	0,709	73º - Queimados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51º - Cantagalo	0,709	75º - Sapucaia	0,675
7º - Macaé	0,764	30º - Três Rios	0,725	51º - Magé	0,709	76 - Paty do Alferes	0,671
8º - Iguaçu Grande	0,761	31º - Angra dos Reis	0,724	54º - Pirai	0,708	76º - São João da Barra	0,671
9º - Mangaratiba	0,753	32º - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55º - Quissamã	0,704	78º - Laje do Muriaé	0,668
9º - Nilópolis	0,753	33º - Paracambi	0,720	56º - Macuco	0,703	78º - Santa M. Madalena	0,668
11º - Petrópolis	0,745	34º - São João de Meriti	0,719	57º - Paraíba do Sul	0,702	80º - Trajano de Moraes	0,667
11º - Nova Friburgo	0,745	35º - Santo Ant. de Pádua	0,718	58º - Cachoeiras de Macacu	0,700	81º - Bom Jardim	0,660
11º - Miguel Pereira	0,745	35º - Araruama	0,718	59º - Guapimirim	0,698	81º - São J. V. R. Preto	0,660
14º - São Gonçalo	0,739	37º - Campos dos Goytacazes	0,716	60º - Porciúncula	0,697	83º - Duas Barras	0,659
15º - Valença	0,738	38º - Itaguaí	0,715	61º - Carmo	0,696	83º - Japeri	0,659
16º - Mesquita	0,737	38º - Pinheiral	0,715	62º - Itaboraí	0,693	83º - Varre-Sai	0,659
16º - Itaiaia	0,737	40º - Vassouras	0,714	62º - Paraty	0,693	86º - Tanguá	0,654
18º - Mendes	0,736	41º - Porto Real	0,713	64º - Aperibé	0,602	86º - Silva Jardim	0,654
19º - Cabo Frio	0,735	41º - Miracema	0,713	65º - Cambuci	0,691	88º - São José de Ubá	0,652
20º - Barra do Pirai	0,733	41º - Nova Iguaçu	0,713	65º - São Fidélis	0,691	89º - Cardoso Moreira	0,648
20º - Arraial do Cabo	0,733	41º - Carapebus	0,713	67º - Quatis	0,690	90º - São Seb. do Alto	0,646
22º - Bom J. do Itabapoana	0,732	41º - Itaocara	0,713	68º - Itaiva	0,688	91º - São F. Itabapoana	0,639
23º - Teresópolis	0,730	41º - Seropédica	0,713	69º - Com. Levy Gasparian	0,685	92º - Sumidouro	0,611

Fonte: (JANEIRO, 2021).

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira.

A análise abrangente dos dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre os anos de 2005 e 2016, para os municípios da região Norte Fluminense, ao longo dos anos, revela uma série de tendências e padrões interessantes. Cada município apresenta uma trajetória única de desenvolvimento, com variações nos índices que refletem as complexas dinâmicas sociais e econômicas, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Região Norte Fluminense, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2005-2016 (Média)



Fonte: IFDM – Anos Anteriores (Nova Série Histórica) <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em 03 ago. 2023.

Macaé, por exemplo, demonstrou um nível inicial já elevado em 2005, mantendo-se, consistentemente, acima da média regional. No entanto, houve uma ligeira diminuição nos últimos anos, indicando possíveis desafios no sentido de manter o progresso alcançado.

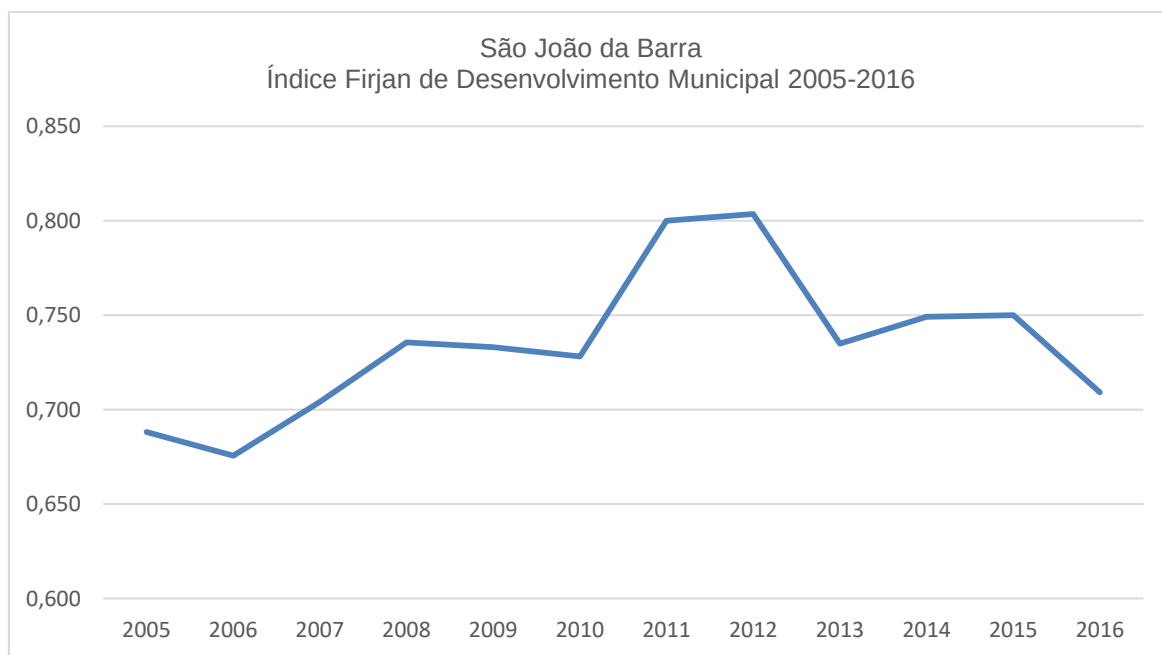
São João da Barra, apesar de começar com um índice relativamente mais baixo em 2005, exibiu uma tendência de crescimento gradual, atingindo um ponto de estabilidade após 2012. Este padrão pode refletir esforços locais de melhoria,

embora a taxa de aumento possa ser mais moderada em comparação com outros municípios.

Campos dos Goytacazes demonstrou uma trajetória média de crescimento contínuo, com um aumento notável em seu índice ao longo dos anos. Esse progresso constante pode ser resultado de políticas de desenvolvimento bem-sucedidas e investimentos em áreas-chave.

No contexto mais amplo do Norte Fluminense, observa-se uma evolução positiva na média do IFDM ao longo dos anos. Após a tabela sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para diversos municípios ao longo dos anos, é preciso analisar a evolução específica do município de São João da Barra, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, São João da Barra, 2005-2016.



Fonte: IFDM – Anos Anteriores (Nova Série Histórica) <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em 03 ago. 2023.

Analisando os valores do IFDM para São João da Barra ao longo dos anos, observamos as seguintes tendências:

Entre os anos de 2005 e 2008, o IFDM de São João da Barra apresentou um aumento gradual, passando de 0,688 para 0,736. Isso indica uma melhoria no desenvolvimento municipal nesse período.

A partir de 2009, o índice apresentou uma certa estabilidade, oscilando entre 0,733 e 0,750 até o ano de 2015. Essa estabilidade sugere um período de relativa consistência nas dimensões de emprego e renda, educação e saúde analisadas pelo IFDM.

No entanto, a partir de 2016, observamos uma leve queda no IFDM de São João da Barra, atingindo o valor de 0,709. Essa queda pode indicar uma possível reversão ou desaceleração nas melhorias do desenvolvimento municipal.

Em comparação com outros municípios da região, São João da Barra apresenta um desempenho variado. Embora tenha apresentado um aumento gradual em seus índices nos primeiros anos, a estabilidade e posterior queda podem indicar uma dependência sobre os investimentos e as mudanças territoriais desencadeadas desde a instalação do Porto do Açu, mas o não acompanhamento dos fatores para um desenvolvimento socioeconômico consistente, sobretudo em relação à criação de emprego.

Uma geografia do trabalho?

Seguindo a linha de raciocínio proposta por Pierre George (1988), é relevante abordar a importância do estudo da dinâmica diferenciada do emprego e sua relação com a política de gestão territorial.

A expansão do Porto do Açu e suas atividades podem ter impactos significativos sobre as formas de trabalho tradicionais da região, bem como a oferta de novas oportunidades de emprego. Nesse sentido, é fundamental explorar como as formas de trabalho perdidas, possivelmente relacionadas a setores mais tradicionais da economia local, estão sendo substituídas por oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento do porto e da cadeia de atividades associadas.

Bastaria, para essa análise ser frutífera, a simples adjetivação do objeto de estudo da Geografia, como o espaço do emprego, ou melhor, do desemprego? Como abordar o trabalho pela Geografia? O que tem sido feito?

Nos últimos vinte anos, no campo da Geografia, tem sido observada uma crescente preocupação em estabelecer relações entre conceitos como trabalho e sua interação com o espaço geográfico. As distintas vertentes geográficas, como a geografia comercial, econômica, urbana, entre outras, possuem uma sólida tradição no âmbito do pensamento geográfico. Da mesma forma, a aplicação de adjetivos em seus campos de pesquisa é notória, e as tendências a especialização extrema de seus subcampos é crescente (SILVA, 2021).

Segundo Castree (2007), a abordagem da questão do trabalho no campo da geografia teve sua origem na Geografia Crítica, na década de 1970, especialmente por meio dos trabalhos dos geógrafos de enfoque econômico, com ramificações na geografia populacional através das questões sobre migrações.

O autor reconhece a relevância da geografia para os trabalhadores e, simultaneamente, estes são vistos como agentes geográficos ativos capazes de influenciar a configuração do ambiente humano. Ainda que estejam inseridos em uma complexa interação de elementos, esses trabalhadores desempenham um papel significativo na construção do espaço. Daí a justificativa para a existência das "geografias" do trabalho.

No entanto, essa geografia do trabalho abarca uma variedade de abordagens analíticas e coexiste em um contexto de metodologias ecléticas. Na verdade, para o autor, há o interesse em ir além das discussões sobre produção e emprego assalariado, das estruturas sindicais no contexto geográfico, da localização do mercado de trabalho e dos impactos das jornadas diárias em locais distantes, especialmente nas cidades. Ainda que novos temas tenham sido incorporados a essa geografia do trabalho, suas abordagens metodológicas permanecem ancoradas em enfoques de natureza cultural pós-modernista ou pós-estruturalista, ou mesmo em uma combinação de marxismo, feminismo, abordagens antirracistas no trabalho, entre outros, nos quais o poder e as relações sociais ocupam um papel central. Em última análise, a dimensão política, associada a geógrafos de orientação política progressista, como exemplificado por Neil Smith, de acordo com a perspectiva de Castree (2007), encontra sua singularidade na produção não apenas de uma geografia da classe trabalhadora em si (como sua regulação aprimorada), mas, também, no desenvolvimento de conhecimento para os trabalhadores, não se limitando apenas a um entendimento sobre eles.

Por outro ângulo, Storper e Walker (1983) apresentam uma abordagem alternativa para repensar a concepção tradicional do trabalho, que é frequentemente tratado como uma mercadoria de qualidades fixas, trocada nos “mercados de trabalho” por salários e utilizada pela indústria para alcançar seu “potencial marginal”. Contrastando com a teoria da localização, que, muitas vezes, considera o trabalho como apenas mais um “fator de produção” de pouca relevância para a distribuição geográfica das atividades, os autores propõem uma reavaliação da localização industrial como uma estratégia adotada pelas empresas para lidar com o componente humano do trabalho.

Nesse contexto, a interação entre emprego e localização ao longo do tempo assume um papel central, evidenciando como as decisões de localização das indústrias estão ligadas às dinâmicas do mercado de trabalho. Essa perspectiva abre espaço para analisar mais profundamente como o desenvolvimento do Porto do Açu pode influenciar a divisão territorial do trabalho na região. Ao considerar a estratégia patronal de interação com o trabalho e as implicações da localização industrial, torna-se crucial examinar como as mudanças econômicas afetam a distribuição espacial das atividades laborais e como o Porto do Açu pode redefinir a relação entre emprego e localização, reconfigurando a geografia do trabalho na área circundante.

Já Herod (2014, 2013, 2001) busca elevar a classe trabalhadora a um primado teórico mais consistente em relação às análises espaciais. O autor explora os “ajustes espaciais” assegurados pelos trabalhadores organizados ou não, responsáveis em parte pela sua própria reprodução social. Igualmente, examina as influências dos trabalhadores na configuração espacial, ou seja, na manipulação da organização geográfica, a fim de atender seus proveitos, mesmo em condições não necessariamente revolucionárias, mas sim como agentes ativos naquilo que o autor chama de produção do espaço através de seus respectivos atos políticos, principalmente as atividades ligadas às organizações como os sindicatos e suas articulações globais.

Para Herod (idem), portanto, os trabalhadores são agentes geográficos por excelência. Ele ilustra sua tese com inúmeros exemplos de trabalhadores que lutam para trazerem empregos para locais específicos ou garantir que eles não os abandonem. Um dos exemplos refere-se ao sindicato que representa os estivadores ao longo da costa Leste dos Estados Unidos (*International Longshoremen's*

Association – ILA) (dentre outros locais) para restringir certos tipos de trabalho para áreas à beira-mar. A partir de 1950, com a conteirização que erradicou milhares de empregos e mudou a lógica geográfica do emprego na indústria, o sindicato conseguiu estabelecer um acordo para ter direito a embalar contêineres proveniente de mais de um expedidor, deixando aqueles pertencentes a um único expedidor passar intacto pelo cais.

Mesmo com a inovação tecnológica, os trabalhadores conseguiram fechar alguns armazéns fora do cais e realocar o trabalho para suas instalações à beira-mar. A associação desenvolveu, segundo Herod (idem), uma abordagem espacial estratégica pela localização do trabalho na indústria local.

Em São João da Barra houve situações semelhantes? Como está estruturado o trabalho nesse município? Como que a divisão territorial do trabalho influencia a dinâmica do emprego nesta região? É o que será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: A SUBORDINAÇÃO DO TERRITÓRIO E A DINÂMICA DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA

Introdução

Este capítulo aborda a subordinação do território por meio dos royalties do petróleo em São João da Barra, analisando os impactos dessa dependência através de dados orçamentários. Em seguida, discute a dinâmica das formas, representadas pelas empresas, e sua influência na estrutura socioeconômica e na distribuição de renda, além de diversos impactos no território e na sociedade. O capítulo finaliza sua análise ao examinar a política das empresas na relação desigual, que interfere não apenas nas questões da dinâmica do emprego, mas, também, reconfigura relações econômicas, sociais, culturais e até morais nas comunidades locais. Aborda a relação entre o poder das empresas e a reorganização das prioridades do município em favor dessas corporações.

Um território subordinado

A modernização, no sentido dado por esta tese, significa a geração de um efeito de especialização, como revelou Santos (2008), isto é, uma possibilidade de dominação.

Essa dominação ou subordinação tem estrita ligação com os recursos distribuídos pelo território e, particularmente, para o município de São João da Barra. Na tabela a seguir é possível visualizar a origem dos recursos financeiros transferidos diretamente pela União ao referido município.

Tabela 5 – Transferências das participações pela produção de petróleo e gás natural do município de São João da Barra – 1997-2022.

Origem transferência		Valores	%
AFM/AFE	R\$	2.587.074,73	0,07%
AJUSTE FUNDEB	R\$	3.151.663,45	0,08%
Cessão Onerosa	R\$	1.581.329,78	0,04%
CIDE-Combustíveis	R\$	1.260.246,41	0,03%
FEX	R\$	1.478.465,52	0,04%
FPM	R\$	286.799.396,71	7,21%
FUNDEB	R\$	376.309.736,49	9,45%
FUNDEF	R\$	18.989.735,36	0,48%
ITR	R\$	5.533.952,86	0,14%
LC 173/2020 (PFEC)	R\$	3.368.968,56	0,08%
LC 176/2020 (ADO25)	R\$	938.761,54	0,02%
LC 87/96 (Lei Kandir)	R\$	3.545.781,23	0,09%
Royalties	R\$	3.274.491.274,98	82,27%
Total Geral	R\$	3.980.036.387,62	100,00%

Fonte: Detalhamento de Recursos Transferidos por UF e Município. Disponível em: <https://portal.datransparencia.gov.br/transferencias/>. Acesso em: 19 maio. 2023.

A tabela mostra informações gerais das principais fontes de recursos financeiros destinados para o município de São João da Barra e suas respectivas porcentagens em relação ao total geral no período de 1997 a 2022.

Os royalties do petróleo representam a principal e mais substancial fonte de financiamento, contribuindo com uma significativa parcela, aproximadamente 82,27% do total de recursos. Esse fato demonstra a extrema relevância da indústria petrolífera na economia de São João da Barra e, por extensão, da região.

As transferências federais, por sua vez, englobam recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Essas transferências desempenham um papel fundamental

no financiamento dos serviços públicos e da educação em São João da Barra, somando cerca de 10% do montante total de repasses.

É possível identificar, na tabela apresentada, os recursos oriundos da Lei Kandir (LC 87/96), que estabelece isenções de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Esse aspecto representa, aproximadamente, 10% do total de recursos federais. Vale ressaltar a existência de uma legislação complementar, a LC 176/2020 (ADO25), relacionada à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADO), que lida com o pagamento de compensações financeiras aos Estados e municípios em relação à Lei Kandir.

Outras fontes de receita, embora menos representativas, merecem destaque. A Ajuda Financeira aos Municípios e a Assistência Financeira ao Estudante consistem em transferências de recursos do governo federal para os municípios e podem também abranger assistência financeira a estudantes, como bolsas de estudo. Por outro lado, a Cessão Onerosa refere-se a recursos provenientes da exploração de petróleo e gás natural em áreas de mesmo nome, os quais são compartilhados entre Estados e municípios.

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a comercialização de combustíveis, embora represente uma parcela menor desses recursos, caracteriza-se como um imposto federal sobre a venda de combustíveis no Brasil. O Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) tem o propósito de compensar estados exportadores de produtos primários ou semielaborados, enquanto o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) corresponde a um imposto federal sobre propriedades rurais.

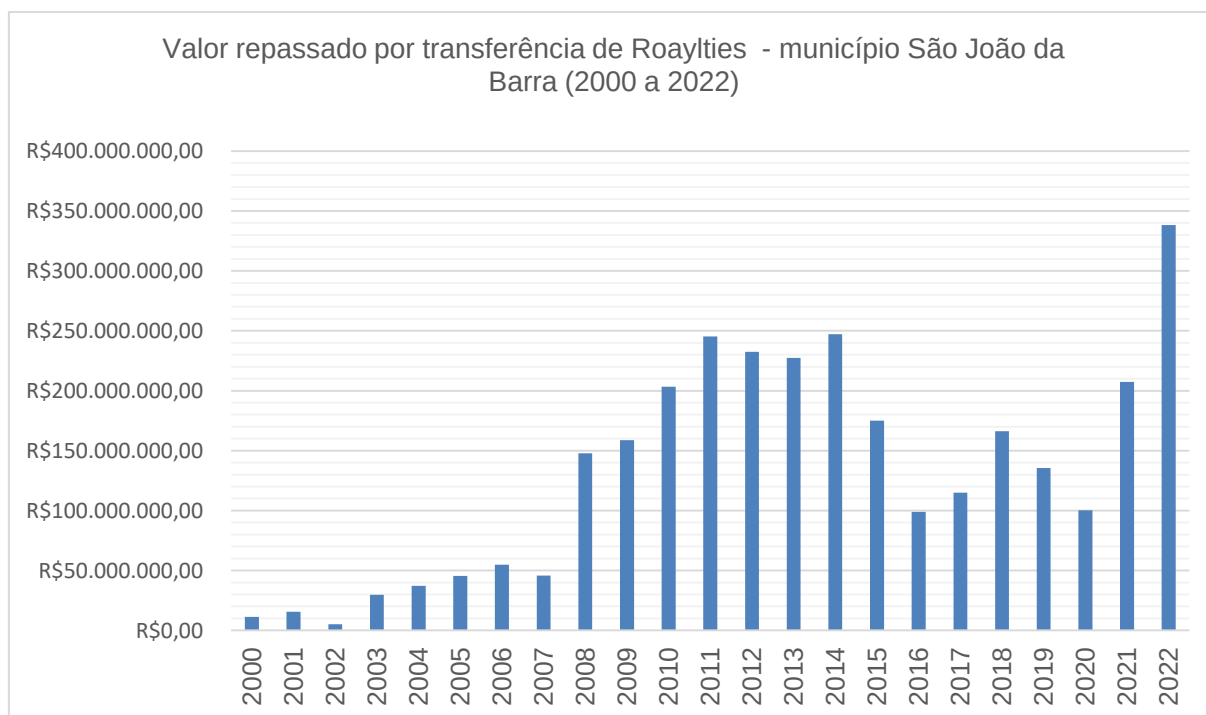
Por fim, a Lei Complementar nº 173 de 2020 estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, envolvendo transferências de recursos a Estados e municípios durante a pandemia.

Essa estrutura de financiamento, em que os royalties do petróleo predominam, revela a forte dependência de São João da Barra em relação à indústria petrolífera. Essa dependência impacta diretamente a divisão territorial do trabalho, uma vez que a economia local e as oportunidades de emprego estão intimamente ligadas às atividades da indústria de petróleo e gás. Qualquer alteração significativa na indústria ou na distribuição de recursos pode ter implicações profundas na dinâmica socioeconômica e nas desigualdades em São João da Barra.

Em relação aos quase 4 bilhões de reais recebidos no período analisado, de 1997 a 2022, provenientes de uma variedade de fontes de recursos, tais como transferências federais, royalties, impostos, fundos específicos (FUNDEB e FUNDEF) e recursos de legislações específicas (Lei Kandir), entre outras fontes, os royalties se destacaram como o principal financiador da estrutura econômica e social de São João da Barra. É crucial, portanto, avaliar as implicações dessa distribuição de fontes de receita no contexto da subordinação do território em nível local.

O Gráfico abaixo apresenta os repasses exclusivos de royalties para o município, abrangendo o período de 2000 a 2022.

Gráfico 5 - Valor repassado por transferência de Royalties - município São João da Barra (2000 a 2022)



Fonte: Tesouro Transparente. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em 15 fev. 2023.

Este gráfico oferece uma representação visual da evolução dos repasses de royalties ao longo dos anos, possibilitando uma análise detalhada das tendências e variações temporais. Essa análise é de suma importância para a compreensão do

impacto dos royalties na economia local, na dinâmica da divisão territorial do trabalho e nas desigualdades socioespaciais em São João da Barra.

Entre os anos 2000 e 2008, observa-se um crescimento gradual e consistente nos valores dos royalties. A partir de 2008, há um aumento significativo em comparação com os anos anteriores. O período de 2009 a 2014 é caracterizado por flutuações, com um pico notável em 2010. No entanto, em 2015, os valores caem abruptamente.

No período de 2015 a 2018, testemunhou-se a maior queda nas receitas de royalties, atingindo um ponto baixo de cerca de 99 milhões de reais em 2016. Isso coincide com a crise política que se instalou no país e culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A partir de 2019 até 2022, os valores dos royalties começam a se recuperar, apresentando um crescimento gradual. A partir de 2020, ocorre um aumento mais expressivo, e em 2022, os valores atingem um patamar de cerca de 338 milhões de reais no ano.

A análise dos dados revela tendências e questões fundamentais para São João da Barra. Em primeiro lugar, o município experimenta um ciclo de receita caracterizado por períodos de crescimento, seguidos de quedas acentuadas e posterior recuperação. Isso demonstra uma instabilidade territorial fundada em uma lógica financeira externa à região.

Em segundo lugar, destaca-se a alta dependência dos royalties provenientes da indústria do petróleo, uma fonte de financiamento que impacta diretamente a economia municipal. Essa dependência significa que São João da Barra está intrinsecamente ligada ao desempenho do setor petrolífero, tornando-se vulnerável a flutuações no mercado global de petróleo.

Em terceiro lugar, a falta de diversificação econômica é evidente, o que acentua a questão da subordinação territorial do ponto de vista financeiro. A ausência de uma economia diversificada torna o município excessivamente dependente das atividades relacionadas ao petróleo, às empresas que operam na região e ao Porto do Açu. Vale ressaltar que essa dependência não é a causa, mas sim a consequência de uma gestão territorial deliberada, gestada pelas empresas em detrimento da economia local.

Essas considerações lançam luz sobre a dinâmica do emprego em São João da Barra, uma vez que a oscilação na receita de royalties tem um impacto

direto no mercado de trabalho. A dependência do setor petrolífero significa que a economia local é influenciada pelas estratégias e operações das empresas atuantes na região, incluindo o Porto do Açú. Portanto, é fundamental explorar como essas empresas moldam a dinâmica do emprego e como as flutuações na receita de royalties se refletem na criação e manutenção de postos de trabalho em São João da Barra. Essa análise mostrará como a economia e o emprego no município estão interconectados e como a subordinação territorial se manifesta no contexto local.

A dinâmica das formas e sua influência na estrutura socioeconômica

Segundo Santos (2007), as formas geográficas são consideradas um cavalo de Troia⁹ para os países em desenvolvimento, uma vez que facilitam a penetração e a consequente expansão do capital em países subdesenvolvidos. As formas têm a capacidade de gerar novos relacionamentos e afetar a estrutura econômica, tanto no mundo rural quanto urbano. No meio urbano, projetos de renovação podem atuar como fator para a especulação e expulsar os pobres da área, substituindo suas atividades por atividades de alta intensidade de capital.

As formas se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro em economias subdesenvolvidas, mas sua contrapartida é a superexploração e empobrecimento das populações locais. Santos (2007) ressalta a importância de tratar as estratégias de planejamento como um conjunto global e coerente de empreendimento, em vez de algo pontual. A dinâmica das formas, portanto, influencia profundamente a estrutura socioeconômica, gerando concentração de mercado e terra, monopólios rurais e crescimento econômico concentrado que gera pobreza.

Em São João da Barra, observamos uma manifestação vívida do fenômeno descrito por Santos (2007). A introdução do Porto do Açú e sua expansão ao longo dos anos são exemplos claros de como as formas geográficas podem ser instrumentos para a penetração do capital em regiões subdesenvolvidas. A

⁹ O Cavalo de Troia foi um grande cavalo de madeira construído pelos gregos durante a Guerra de Troia, como um estratagema decisivo para a conquista da cidade fortificada de Troia, cujas ruínas estão em terras hoje turcas. Tomado pelos troianos como um símbolo de sua vitória, foi carregado para dentro das muralhas, sem saberem que em seu interior se ocultava o inimigo. À noite, guerreiros saem do cavalo, dominam as sentinelas e possibilitam a entrada do exército grego, levando a cidade à ruína.

construção do Porto, além de projetos de renovação urbana associados, facilitou a entrada de investimento estrangeiro e a introdução de tecnologia de ponta na região.

No entanto, como destacado por Santos (idem), essa transformação territorial traz consigo impactos significativos na estrutura socioeconômica local. A expansão do Porto levou à concentração de terra e recursos em torno do empreendimento, muitas vezes às custas das populações locais, que enfrentaram pressões imobiliárias, deslocamento e perda de suas atividades tradicionais. Além disso, a crescente integração da região na economia global, embora tenha promovido crescimento econômico, gerou desigualdades socioeconômicas, com benefícios concentrados em determinados setores e grupos, enquanto outros enfrentaram superexploração e empobrecimento.

Assad (2019) enfatiza o papel crucial do Estado, atuando em diversas escalas, desde o âmbito local ao nacional, como um indutor fundamental na viabilização do Porto do Açú em São João da Barra. Ela destaca que o Estado age de forma ágil, modificando e revisando legislações, emitindo decretos executivos e direcionando recursos públicos para obras de infraestrutura que são essenciais para a operação e o desenvolvimento do porto.

Segundo Assad (2019, p. 64), o Estado desempenhou um papel crucial não na expropriação de terras para o projeto do Porto do Açú, juntamente com o processo de reconcentração de terras, ou seja, na reconfiguração da estrutura fundiária, que, muitas vezes, resulta em concentração de terras nas mãos de poucos atores econômicos ou corporações envolvidas no empreendimento.

Essa observação ressalta a estreita relação entre o poder público e o setor privado, onde o Estado desempenha um papel importante em criar as condições favoráveis para investimentos privados, mas, também, suscita preocupações sobre o impacto social e a distribuição de benefícios e custos desse desenvolvimento, bem como o equilíbrio entre interesses privados e públicos na configuração territorial.

O processo de implantação do Porto do Açú em São João da Barra ocorreu, principalmente, no 5º distrito (o distrito de Pipeiras, conforme mapa da figura 02 do capítulo 01), e impactou significativamente a população local e suas atividades econômicas tradicionais. Diversos grupos sociais e atividades foram afetados, e é importante destacar esses impactos:

1. Agricultores: muitos agricultores que possuíam pequenas e médias propriedades baseadas na atividade agropecuária familiar foram diretamente afetados. Cerca de 1.403 lotes, totalizando aproximadamente 70 milhões de metros quadrados, foram desapropriados. Isso resultou na ruptura das relações de vizinhança e comunitárias, bem como na desestruturação das práticas agrícolas locais, impactando negativamente a reprodução social dessas comunidades.

2. Pescadores Artesanais: cerca de 58% do perímetro costeiro do município passou a ser controlado pelo Porto do Açu, afetando as atividades de pesca. Isso levou a mudanças nas rotas de pesca e na distribuição das áreas de pesca, causando impactos na subsistência dessas comunidades.

3. Populações Removidas: além das desapropriações de terras, algumas famílias foram removidas e reassentadas ilegalmente na "Vila da Terra". Elas não receberam as devidas indenizações e tiveram seu direito de propriedade violado.

4. Impactos Ambientais: a construção do Porto do Açu resultou em diversos impactos ambientais, incluindo o assoreamento de lagos e rios, erosão costeira crescente devido à construção de espigões de pedra, aumento do nível de salinidade em áreas de água doce e terras contíguas, o que poderia levar à desertificação da região.

5. Movimento de Resistência: em resposta aos impactos, os agricultores formaram a Associação dos Proprietários Rurais e de Imóveis do Município de São João da Barra (ASPRIM) para lutar por seus direitos. O movimento utilizou estratégias como o fechamento de estradas e bloqueios de acesso a propriedades alvo de desapropriações. Eles conseguiram promover medidas legais, como Ações Cíveis Públicas, movidas pelo Ministério Público, que questionaram as arbitrariedades cometidas pelo empreendedor (ASSAD, 2019).

Em resumo, a implantação do Porto do Açu em São João da Barra impactou agricultores, pescadores, e diversas comunidades locais, causando mudanças significativas em suas atividades econômicas e no modo de vida. Isso resultou em resistência por parte desses grupos, que buscaram proteger seus direitos e seu território em face dos desafios impostos pelo desenvolvimento do porto.

A dinâmica das formas geográficas em São João da Barra tem, de fato, influenciado profundamente a estrutura socioeconômica da região. A concentração de investimento em torno do Porto do Açu, embora tenha trazido desenvolvimento,

também gerou desafios significativos relacionados à desigualdade e ao impacto nas populações locais. Como que esses eventos impactaram a dinâmica do emprego no município?

A política das empresas, usos do território e a dinâmica do emprego

A política das empresas e os investimentos públicos são temas de grande relevância na geografia econômica, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento regional. Segundo o pensamento de Santos (1997), a política dos Estados está sendo realizada através e como uma extensão da política das empresas, em que estas passaram a ter um papel mais ativo na condução das normas e na tomada de decisões sobre investimentos públicos. Esse fenômeno pode ser observado em diversas regiões do mundo, incluindo o Norte Fluminense e a cidade de São João da Barra.

A partir da perspectiva Santos (1997), é importante destacar a necessidade de se considerar o espaço geográfico como um elemento fundamental na análise das políticas das empresas e dos investimentos públicos. O território usado e as relações que se estabelecem nele são determinantes para a compreensão dos processos econômicos e políticos que ocorrem em uma determinada região, ainda mais no Norte Fluminense, em que as empresas de petróleo e gás têm uma forte presença e exercem uma grande influência sobre a economia local.

O espaço geográfico é tudo menos neutro; ele exerce uma influência significativa no impacto e na natureza do desemprego, e, por sua vez, o desemprego pode moldar o próprio espaço. Essa interação é uma dimensão, muitas vezes, negligenciada na análise da qualidade do desemprego, que, frequentemente, se concentra em números econômicos e aspectos comportamentais, desconsiderando a perspectiva geográfica. No entanto, a realidade do emprego e do desemprego está intrinsecamente ligada ao território nacional (MONTAGNÉ VILLETTE, 2000).

Na escala local, o papel de uma única empresa pode ter um impacto muito mais significativo no desemprego do que uma atividade única em âmbito regional. Quando uma empresa domina todo um espaço geográfico, sua influência na estrutura da atividade econômica é substancial.

Esse cenário levou pesquisadores, como Storper e Walter (1983), a abordarem a localização industrial e a questão do emprego como parte de uma estratégia patronal para tratar com o trabalho. A interação entre emprego e localização ao longo do tempo é, portanto, um resultado direto da divisão territorial do trabalho. Além do trabalho em si, vários outros fatores influenciam a localização das empresas no espaço, incluindo:

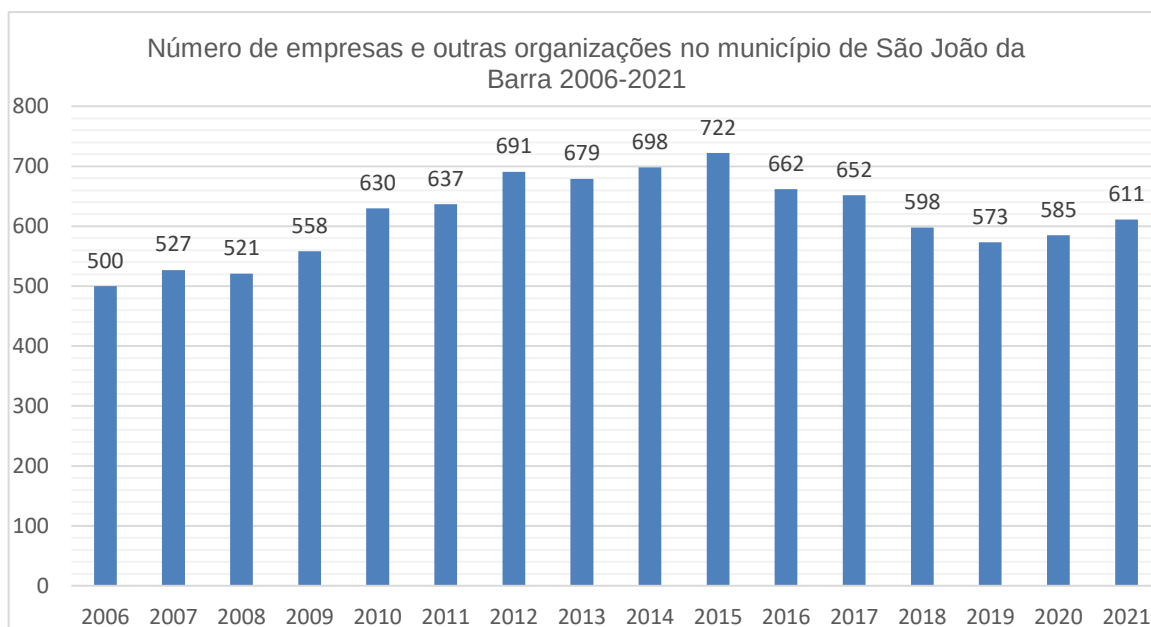
- Circulação: envolve questões de transporte, comunicação, acesso a mercados geográficos amplos e padrões de produção padronizados. Novas técnicas frequentemente reduzem o peso das mercadorias e facilitam a circulação.

- Produção: a automação separa os locais de produção e de trabalho, permitindo que diferentes unidades estejam geograficamente separadas. Isso dá às empresas a flexibilidade de buscar localizações mais vantajosas e de reduzir custos com matérias-primas.

- Organização: grandes corporações frequentemente têm o poder de escolher as melhores posições em termos de circulação e produção, permitindo-lhes otimizar sua eficiência geográfica.

Na tabela abaixo é possível visualizar o número de empresas instalada em São João da Barra ao longo do tempo, em um período de, aproximadamente, 15 anos.

Gráfico 6 - Número de empresas e outras organizações no município de São João da Barra 2006-2021.

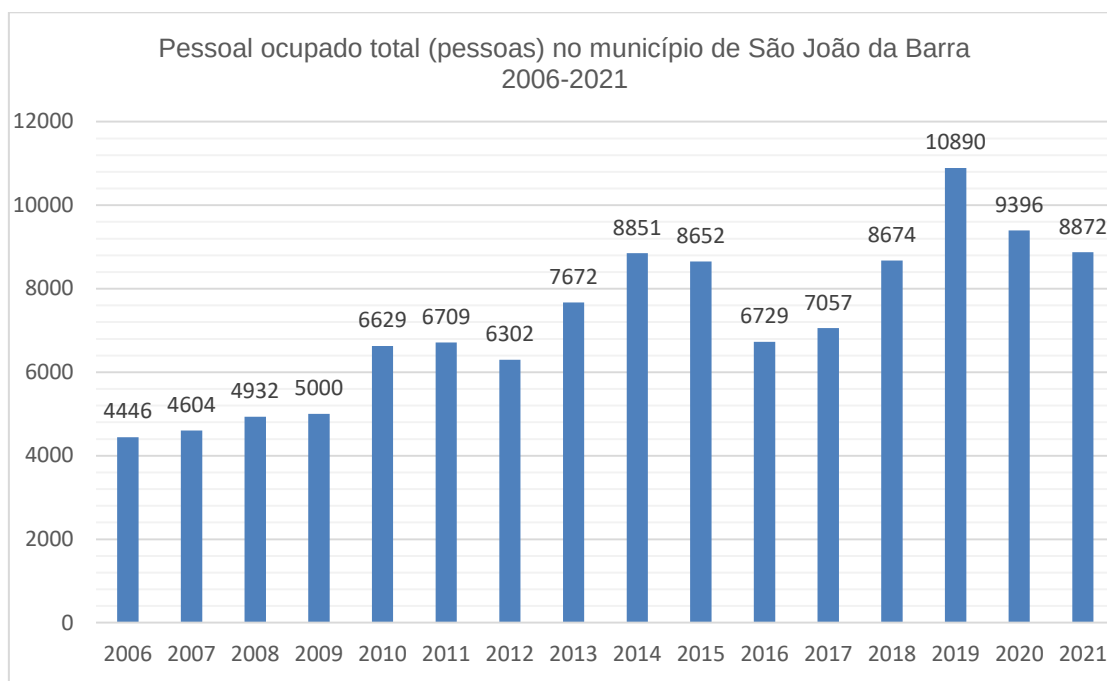


Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/993#resultado>. Acesso em: 20 jan. 2022.

O gráfico apresenta dados sobre o número de empresas e outras organizações em São João da Barra, RJ, ao longo dos anos de 2006 a 2021, com uma segmentação por ano de fundação. Em relação aos números, houve um crescimento entre 2006 e 2015 de forma consistente. A partir de 2016, ocorre uma queda no número de empresas com um grande declínio no ano de 2017. A partir de 2019, o número de empresas volta a se estabilizar, embora seja inferior aos níveis anteriores.

O número de empresas seguiu os eventos de instalações do Porto do Açú e demandou mão de obra ao longo do tempo. A tabela abaixo demonstra o pessoal ocupado total no período de 2006 a 2021.

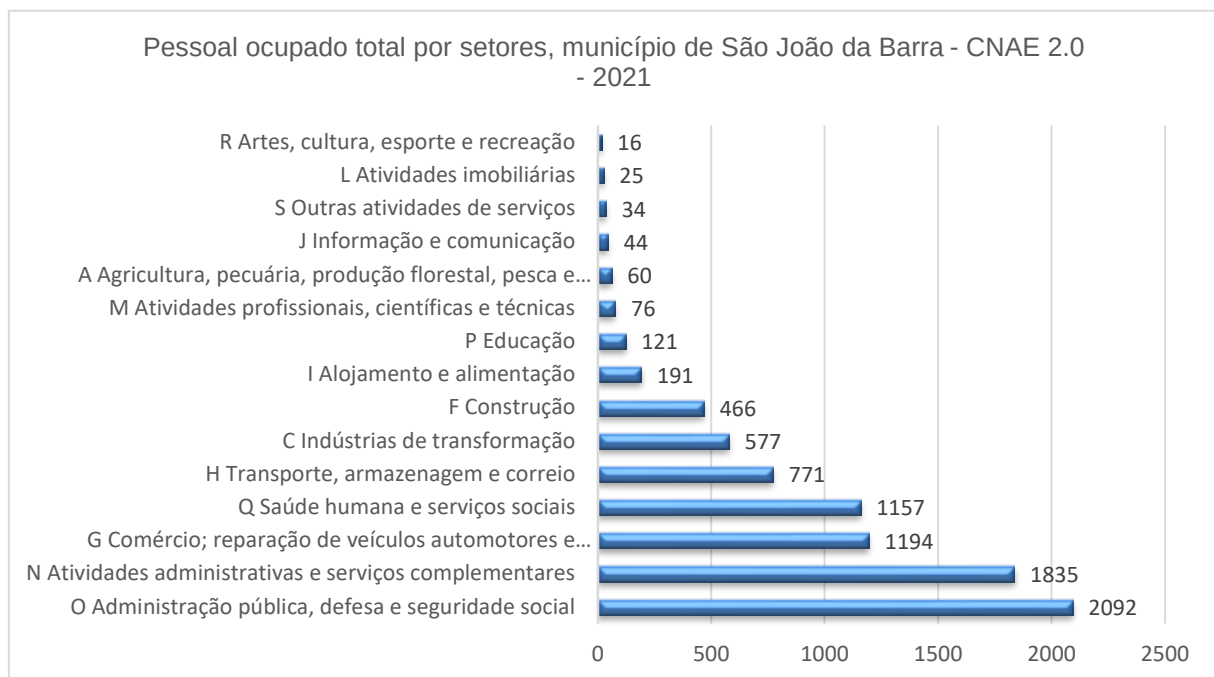
Gráfico 7 - Pessoal ocupado total (pessoas) no município de São João da Barra 2006-2021.



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela6449/#resultado>. Acesso em: 20 jan. 2022.

O gráfico acima apresenta dados sobre o pessoal ocupado total em São João da Barra, RJ, nos anos de 2006 a 2021, com uma segmentação anual. De 2006 a 2015 há um aumento significativo do pessoal ocupado, saindo de 4.446 para 8.851 pessoas. O pico foi em 2019, com 10.890 pessoas ocupadas. Já o pessoal ocupado no ano de 2021 concentrou-se, majoritariamente, nos seguintes setores abaixo, conforme figura 5:

Gráfico 8 - Pessoal ocupado total município de São João da Barra 2021.



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela6449/#resultado>. Acesso em: 20 jan. 2022.

A análise dos números destaca os principais setores que desempenham papéis distintos na economia de São João da Barra. O setor público, com ênfase na administração, desponta como o principal empregador, indicando uma presença expressiva de funcionários públicos e sugerindo uma possível dependência desse segmento na dinâmica econômica municipal.

O setor comercial voltado para a reparação de veículos demonstra uma predominância de pequenos e médios negócios nessa categoria. Após, há o setor de saúde e serviços sociais, com considerável presença no município, destacando a importância desses serviços na região. No cenário de transporte, com ocupação relativamente alta, observa-se uma intensidade no uso de mão de obra, alinhando-se com as discussões sobre fluidez territorial apresentadas no capítulo 2. Vale ressaltar que a baixa presença no setor imobiliário não significa ausência de atividades, com novas mudanças nas formas e conteúdo do espaço geográfico.

Em relação à dinâmica de fluxo de contratação dos trabalhadores formais nos últimos 10 anos, a tabela abaixo mostra o saldo entre os trabalhadores admitidos e desligados com os seguintes números:

Tabela 6 - Saldo de empregos formais no município de São João da Barra – 2009-2019

IBGE Grande Setor	Admitidos	Desligados	Total
02-Construção Civil	22.612	-20.336	2.276
04-Serviços	7.614	-6.460	1.154
01-Indústria	3.876	-3.395	481
03-Comércio	3.063	-3.124	-61
05-Agropecuária, extrativismo vegetal, cacá e pesca	270	-349	-79
Total	37.435	-33.664	3.771

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65 2009-2019. Acesso em 12 nov. 2022.

A tabela fornece uma visão abrangente das dinâmicas sobre admissões e desligamentos nos grandes setores econômicos, de acordo com o IBGE, proporcionando um panorama do mercado de trabalho. Destaca-se a Construção Civil, que apresentou um saldo positivo em um período longo analisado. Esse cenário pode estar associado à expressiva contratação de trabalhadores durante a instalação do Porto do Açúcar e ao subsequente reordenamento territorial em São João da Barra, alinhado aos novos ditames das empresas, especialmente, as internacionais que se estabeleceram na região.

Além disso, observa-se um aumento moderado no emprego na Indústria, indicando um impacto positivo nesse setor. No entanto, o setor de Comércio apresenta saldo negativo, o que pode indicar as dificuldades dos pequenos comerciantes diante da concorrência das grandes redes, tanto do atacado como do varejo. Essa dinâmica pode estar relacionada às transformações na estrutura econômica do município, influenciada pela divisão territorial do trabalho, como exemplo, a importação de peixes presentes nos pequenos restaurantes em detrimento da produção local.

Assim, a análise dos dados sugere uma interconexão entre as variações do mercado de trabalho e os processos resultantes da divisão territorial do trabalho. Silveira (2011) já alertava sobre a formação de desigualdades entre diversos agentes presentes no território devido à presença cada vez mais intensa do espaço de fluxos, do aumento dos transportes, comunicações e atividades financeiras.

Essa perspectiva ressalta que o aumento da conectividade e das trocas no espaço geográfico não ocorre de maneira uniforme. Pelo contrário, gera diferenciações e hierarquias entre os agentes que participam desses fluxos. Alguns têm maior capacidade de influenciar e direcionar esses processos, enquanto outros podem ficar em posições mais periféricas ou subalternas.

Além disso, há essa discrepância entre as expectativas geradas durante a instalação do Porto do Açu e a atual realidade do emprego no município, que aponta para uma desproporção evidente. Revela-se como se a região não estivesse efetivamente participando ou usufruindo dos supostos benefícios do desenvolvimento, conforme proclamado por uma psicosfera intencionalmente moldada para antecipar as decisões das empresas ao escolherem se estabelecer na localidade. Este cenário sugere que as empresas, ao se instalarem, não apenas ocupam o espaço geográfico, mas, também, utilizam o território como um recurso estratégico, influenciando não apenas a dinâmica econômica, mas, também, a percepção e a realidade do emprego na comunidade.

A reflexão de Santos (1997) destaca a profunda influência das grandes empresas no tecido social, econômico e político dos lugares onde se estabelecem. Ele ressalta que a presença dessas empresas transforma o panorama do emprego, além de reconfigurar as relações econômicas, sociais, culturais e morais nas comunidades locais. Além disso, o autor chama a atenção para o impacto nas finanças públicas, apontando para a reorganização das prioridades orçamentárias em favor dessas corporações.

Santos (idem) mostra a dinâmica desigual que se estabelece, onde as empresas, muitas vezes nômades, em busca de condições mais favoráveis, exercem uma forma de chantagem sobre o poder público. A concessão de benefícios e a adaptação da infraestrutura para atender às demandas das empresas podem criar um desequilíbrio no orçamento público, comprometendo a capacidade do governo de atender às necessidades sociais mais amplas.

Essa observação está ligada com a preocupação de Santos (idem) sobre a "semente da ingovernabilidade". Isso sugere que a submissão excessiva aos interesses das grandes empresas pode levar a uma situação em que o poder público se torna subordinado e arrastado por essas entidades, potencialmente comprometendo a capacidade de governança e a busca pelo bem comum, ou em outros termos, deteriorando a capacidade em fornecer os bens e serviços mínimos

necessários aos indivíduos no território. Algumas dessas transformações e suas consequências envolvendo empresas, finanças públicas e as novas formas e conteúdo do espaço local serão vistos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5: AS CONSEQUÊNCIAS DA ATUAL DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DA BARRA

Introdução

Este último capítulo visa refletir como se manifesta no território e na economia de São João da Barra o movimento bilionário gerado pelas exportações ao longo de uma década, somando cerca de 10 bilhões em exportações e aproximadamente 3,5 bilhões em importações. Qual o impacto tangível para a população local? Em que medida a transformação territorial, especialmente por meio dos dutos de escoamento de minério de ferro, contribuiu para o desenvolvimento do município em foco? Estas são questões cruciais que norteiam esta pesquisa, baseada na hipótese de que a atual divisão territorial no Norte Fluminense acentuou as desigualdades espaciais na região.

Um território instável: finanças públicas, royalties e configuração territorial

A configuração territorial, ao menos no contexto brasileiro, não sofre influência direta de grandes fenômenos naturais, como furacões ou terremotos. Em vez disso, o foco geográfico recai sobre o valor social atribuído aos objetos e ações que compõem o espaço geográfico, como delineado por Santos (2008b). Essa relação entre objetos e ações obedece a uma lógica, uma dinâmica que está ancorada na política do período vigente.

Toda repartição dos recursos de uma região, ou seja, sua divisão territorial do trabalho, levam, inevitavelmente, a responder a uma finalidade. Ou como diz Santos (2008, p.165):

“Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição.”

Anteriormente, a "personalidade regional", conforme expresso por La Blache (1954), emergia da interação entre cultura, técnicas e o meio circundante. Contudo, na contemporaneidade, essas práticas evoluíram para um intrincado conjunto de objetos e ações que são intencionalmente institucionalizados, visando proporcionar vantagens competitivas às empresas por meio da incorporação estratégica desses recursos em seus processos produtivos. Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho emerge como um reflexo dinâmico dessa complexa interação, no qual os recursos são alocados de acordo com as necessidades e estratégias do momento. E, ao mesmo tempo, essa configuração territorial influencia o processo social.

Frequentemente, os cientistas sociais partem do homem para chegar ao homem e utilizam da representação da Terra como “o palco onde se desenvolve a atividade do homem, sem refletir que o mesmo palco tem vida” (La Blache) (idem, p.29).

A análise da dimensão espacial joga luz sobre a investigação econômica, social, política ou cultural em um mundo repleto de rugosidades, isto é, no dizer de Santos (2004, p. 172), aqueles elementos passivos que “condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social”. São chamadas de rugosidades esses resquícios do passado que se apresentam na paisagem atual como remanescentes das combinações do capital e do trabalho, dentre outras coisas, ao longo do tempo.

O Norte Fluminense, no contexto mais recente, foi inserido em uma divisão territorial calcada nos ativos “naturais” de exploração intensiva, pois possui cidades altamente especializadas na produção e transporte do petróleo, as quais são beneficiadas por repasses volumosos de toda sorte de participações e, especialmente, dos *royalties*.

Conforme o capítulo anterior, o orçamento desses municípios estão praticamente subordinados aos recursos advindos das esferas federal e estadual para darem continuidade aos serviços públicos essenciais à população.

Diferentemente de cidades como Campos dos Goytacazes, que se destaca na divisão territorial do trabalho como um centro produtor de informação, e Macaé, reconhecida como um polo de operações para a extração de petróleo, resultado de uma especialização territorial coordenada pelo Estado e grandes empresas multinacionais na região, São João da Barra não alcançou o mesmo patamar. Sua vocação concentra-se mais no transporte e exportação (SILVA, 2015).

Neste contexto, é necessário analisar como a alocação dos royalties do petróleo impacta a configuração territorial de São João da Barra, considerando a distribuição desses recursos e seu reflexo na dinâmica socioeconômica local.

Segundo o Diário Oficial do município de São João da Barra do ano de 2022, em seu anexo de metas fiscais, apresenta a seguinte tabela de previsões de receitas orçamentárias:

Tabela 7 – Metas orçamentarias de receitas, São João da Barra, 2022.

Especificação		Receitas Correntes
ARRECADADA	2020	R\$ 438.518.867,07
	2021	R\$ 638.827.111,60
ORÇADA	2022	R\$ 466.165.240,80
	2023	R\$ 645.215.382,72
PREVISÃO	2024	R\$ 660.829.594,98
	2025	R\$ 670.742.038,90

Fonte: São João da Barra (2022).

A Lei nº 927 de 2022 dispõe sobre as diretrizes a serem observadas para a elaboração da Lei Orçamentária do município de São João da Barra no exercício de 2023. Na prática, planeja onde será gasto o dinheiro captado nas diversas esferas com impostos, repasses estaduais, royalties, dentre inúmeros outros.

A previsão de arrecadação tem evoluído ao longo do tempo e apresentou um aumento de mais de 50% na previsão. O fato é que em 2023, por exemplo, a arrecadação superou em muito a previsão, tendo alcançado cerca de 800 milhões de receitas (R\$799.013.145,02 reais, SÃO JOÃO DA BARRA (2023a).

Já a tabela abaixo apresenta as metas de despesas para o ano de 2023.

Tabela 8 - Metas orçamentárias de despesas, São João da Barra, 2022.

Especificação		Despesas Correntes
EXECUTADA	2020	R\$ 386.591.185,27
	2021	R\$ 400.815.589,71
ORÇADA	2022	R\$ 350.409.059,50
	2023	R\$ 500.604.806,28
PREVISÃO	2024	R\$ 512.719.442,59
	2025	R\$ 521.020.352,35

Fonte: São João da Barra (2022).

Já a previsão sobre as despesas encerrou o ano de 2023 com o valor aproximado de 430 milhões de reais, substancialmente abaixo do montante inicialmente previsto. Há um descompasso entre previsão e execução orçamentária que resulta da complexidade inerente à formulação das metas municipais, as quais estão intimamente ligadas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO desempenha um papel crucial no planejamento municipal, abarcando não apenas metas fiscais, mas, também, diretrizes para a alocação estratégica de recursos, a gestão de dívidas, bem como outros elementos fundamentais para a saúde financeira do município. SÃO JOÃO DA BARRA (2023b).

Esses elementos, muitas vezes subestimados, desempenham um papel vital na configuração do território, influenciando a distribuição de recursos, o desenvolvimento de infraestruturas e, por conseguinte, as políticas públicas requeridas pela população local.

No capítulo anterior foi visto sobre os valores de repasse dos royalties do petróleo. O ano de 2023 continuou recebendo valores elevados na ordem de aproximadamente 335 milhões de reais. Para o porte do município de São João da Barra, com cerca de 35 mil habitantes, é bastante significativo. A tabela abaixo detalha esses valores.

Tabela 9 – Transferência de compensação financeira sobre a exploração de recursos naturais, São João da Barra, 2023.

Especificação	Prev. Inicial	Arrec. Total
COTA-PARTE COMPENS.FINANC.EXPL.RECUR.MINERAIS CFEM-PRINCIPAL	5.000.000,00	4.750.796,74
COTA-PARTE COMP.FINANC.PROD.PETR.- LEI Nº 7.990/89-PRINCIPAL	117.610.002,00	118.513.132,65
COTA-PARTE EXC.PROD.PETR.-LEI 9.478/97,ART.49,I/II-PRINCIPAL	68.000.000,00	173.344.274,51
COTA-PARTE PART.ESPECIAL.-LEI Nº 9.478/97, ART.50-PRINCIPAL	40.379.441,70	37.057.574,87
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP – PRINCIPAL	600.000,00	690.533,98
Subtotal	231.789.794,82	334.356.312,75

Fonte: São João da Barra (2023a).

A tabela fornece detalhes sobre diversas fontes de receita relacionadas à exploração de recursos naturais, especialmente no setor de petróleo e minerais. Nota-se, inicialmente, a cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), especificamente associada aos minerais. Apesar da previsão inicial e atualizada serem de 5 milhões, a arrecadação total ficou um pouco abaixo, atingindo cerca de 4.75 milhões.

A análise inclui, também, a compensação financeira pela produção de petróleo conforme a Lei nº 7.990/89. Além disso, são identificadas a cota-parte exclusiva da produção de petróleo com base na Lei 9.478/97 e a participação especial, também regida pela mesma lei. Por fim, destaca-se a destinação para o Fundo Especial do Petróleo (FEP).

Este conjunto de dados revela uma conexão significativa entre a dependência do município em relação aos recursos provenientes dos royalties e seu

impacto nas despesas municipais. Essas receitas, advindas da exploração de recursos naturais, desempenham um papel crucial no financiamento das atividades e serviços públicos, o que se manifesta nas despesas igualmente.

A tabela abaixo revela as despesas gerais de São João da Barra no ano de 2023.

Tabela 10 – Despesas gerais, São João da Barra, 2023.

Descrição	Total
CIDE	R\$ 71,12
CONVÊNIO FEDERAL	R\$ 719.400,00
COSIP	R\$ 88.532,95
FNDE	R\$ 0,01
FUNDEB	R\$ 46.215.508,41
FUNDEB VAAF	R\$ 7.119.684,86
PNAE	R\$ 1.301.647,37
PNATE	R\$ 147.408,50
RECURSO DE IMPOSTOS E	
TRANSFERÊNCIA DE I	R\$ 175.190.679,52
RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 1.525.593,46
ROYALTIES - COMP. FIN. - LEI 7990/89	R\$ 40.402.937,52
ROYALTIES - COMP. FIN. - REC. MINERAIS -	R\$ 10.912.640,42
ROYALTIES - COTA/EXCEDENTE - LEI	
9478/97	R\$ 67.857.753,38
ROYALTIES - FUNDO ESPECIAL DO	
PETRÓLEO	R\$ 211.327,21
ROYALTIES - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	R\$ 27.723.313,35
ROYALTIES - TRANSFERÊNCIA ESTADO	R\$ 11.522.808,61
ROYALTIES LEI Nº 12.858/2013 - 75% EDUC	R\$ 32.640.147,69
ROYALTIES LEI Nº 12.858/2013 - 25% SAÚDE	R\$ 157.462,94
SALÁRIO EDUCAÇÃO	R\$ 6.430.002,89
TRANSF. DEST. CULTURAL LC 195/22 ART	
5º	R\$ -
TRANSF. DEST. CULTURAL LC 195/22 ART	
8º	R\$ -
Total Geral	R\$ 430.166.920,21

Fonte: São João da Barra (2023a).

No contexto de São João da Barra, as despesas municipais em 2023 totalizaram cerca de 430 milhões de reais, uma quantia expressiva para uma população de pouco mais de 35 mil habitantes. Essas despesas, distribuídas em várias áreas através de royalties, recursos ordinários, transferências e fundos

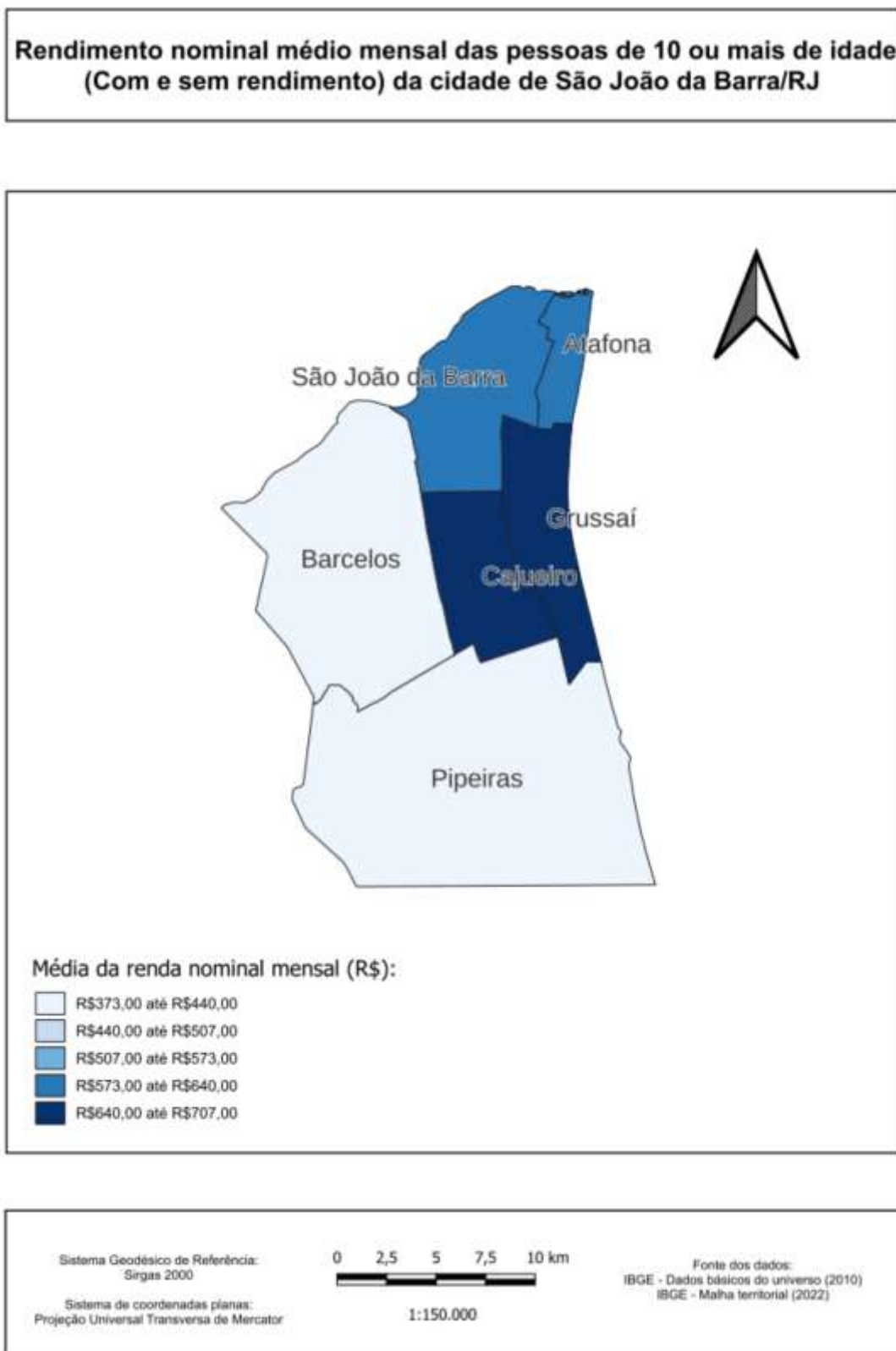
especiais, revelam uma contradição quando confrontadas com as metas e prioridades administrativas municipais.

A dependência financeira do município em relação à cadeia produtiva do petróleo é evidente, representando, aproximadamente, 85% das despesas. Esse cenário é acentuado pelos bilhões investidos pelas empresas relacionadas à divisão territorial do trabalho envolvendo o Porto do Açu. Apesar dos consideráveis recursos, as prioridades municipais parecem concentrar-se em questões como pavimentação, desapropriação e construção de praças, conforme estabelecido no Diário Oficial (SÃO JOÃO DA BARRA, 2022).

Interessantemente, o distrito de Pipeiras, onde está localizado o Porto do Açu, é o de menor renda no município, destacando disparidades econômicas internas. Essa discrepância, conforme mapa abaixo, pode indicar uma desconexão entre os recursos significativos disponíveis no território e as necessidades prioritárias da população local.

Assim, a transição do poder do Estado para as empresas, evidenciada pelos recursos financeiros significativos ligados à exploração do petróleo, revela essa instabilidade no território. A competição entre empresas, a dependência em relação aos recursos do petróleo e a desconexão entre a alocação de recursos e as necessidades da população local podem contribuir para uma dinâmica complexa e levar ao rompimento daquilo que foi construído ao longo dos séculos com o território.

Mapa 8 - Rendimento nominal médio mensal, São João da Barra, 2010.



O rompimento das solidariedades orgânicas

Santos (1997) menciona que o território pode ser tanto abrigo quanto recurso. Historicamente, essas duas condições estavam entrelaçadas, com as pessoas obtendo sustento do território ao mesmo tempo em que eram protegidas por ele. No entanto, ao longo da história, houve uma dissociação dessas duas funções, levando à produção de redes.

As redes, segundo Santos (*idem*), consistem em pontos bem tratados no território, facilitando as atividades de grandes empresas globais. Essas empresas veem o território unicamente como recurso, tratando-o de forma eficiente. No entanto, a maioria esmagadora das empresas e pessoas continua a ver o território como abrigo, um espaço que acolhe a solidariedade, esta última entendida como o compartilhamento de atividades comuns.

Nisso se insere o fenômeno contemporâneo da reconfiguração do espaço, exemplificado nas atuais condições de São João da Barra, que transcende as concepções tradicionais de arranjos espaciais. O tecido social e econômico não é mais moldado apenas por figuras contínuas e contíguas, mas sim por constelações de pontos descontínuos interligados, delineando um espaço de fluxos reguladores.

Essa dinâmica se manifesta em duas formas principais de recortes no espaço de acordo com a teoria do espaço geográfico elaborada por Santos (*idem*): as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades representam as extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, assemelhando-se à definição tradicional de região. Por outro lado, as verticalidades consistem em pontos espaciais separados, mas que garantem o funcionamento global da sociedade e da economia. É a coexistência inseparável desses dois recortes que caracteriza o espaço contemporâneo.

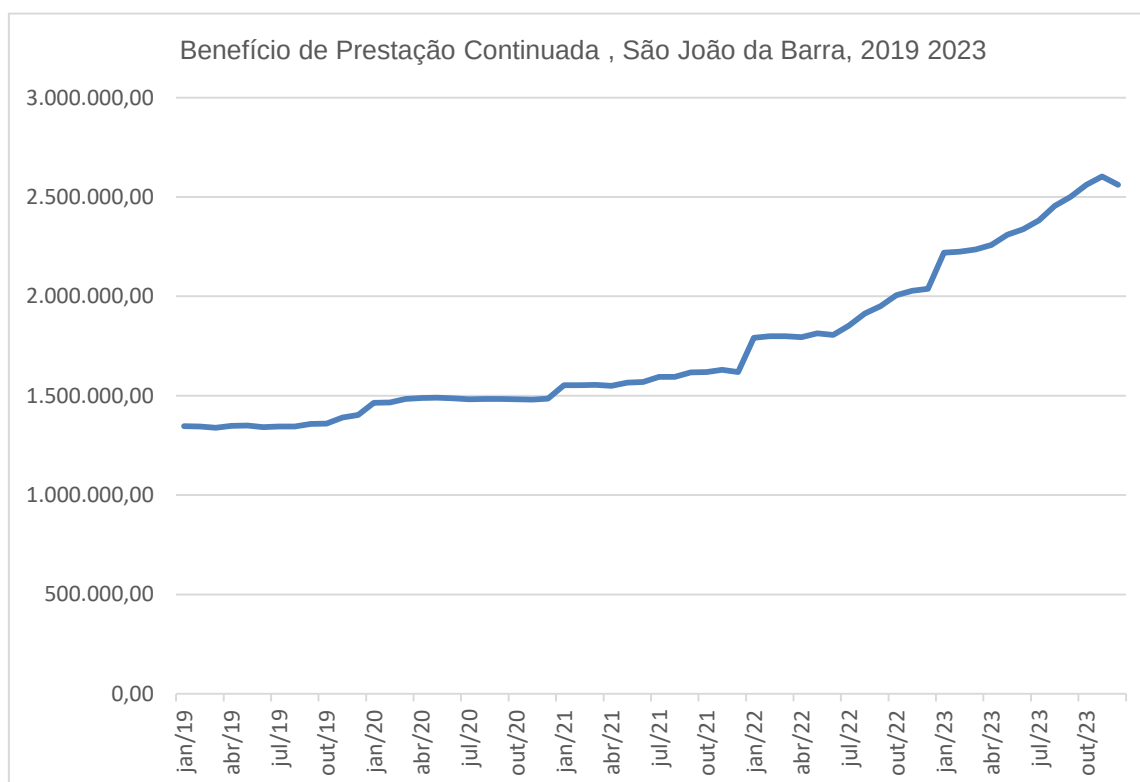
No contexto das horizontalidades, encontramos a fábrica da produção e uma cooperação mais limitada, como na comunidade de pescadores no distrito de Pipeiras. As verticalidades, por outro lado, abrangem momentos além da produção, como circulação, distribuição e consumo, e são caracterizadas por uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente quanto geograficamente. É o caso dos fundos de investimentos e empresas globais mencionados no capítulo 2.

No entanto, essas verticalidades, apesar de sua importância, revelam uma solidariedade obtida por meio da circulação, do intercâmbio e do controle, destacando as novas formas de solidariedade entre os lugares.

Ao aplicar essas ideias ao contexto de São João da Barra, torna-se evidente que a dependência financeira do município em relação à cadeia produtiva do petróleo cria uma dinâmica complexa. Apesar dos bilhões de royalties e investimentos ao longo das duas últimas décadas, a população do município, no geral, permanece inalterada e até mesmo com aumento da pobreza.

Um exemplo refere-se ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este é um benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), destinado a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. Esse benefício visa garantir uma renda mínima para essas pessoas, que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica.

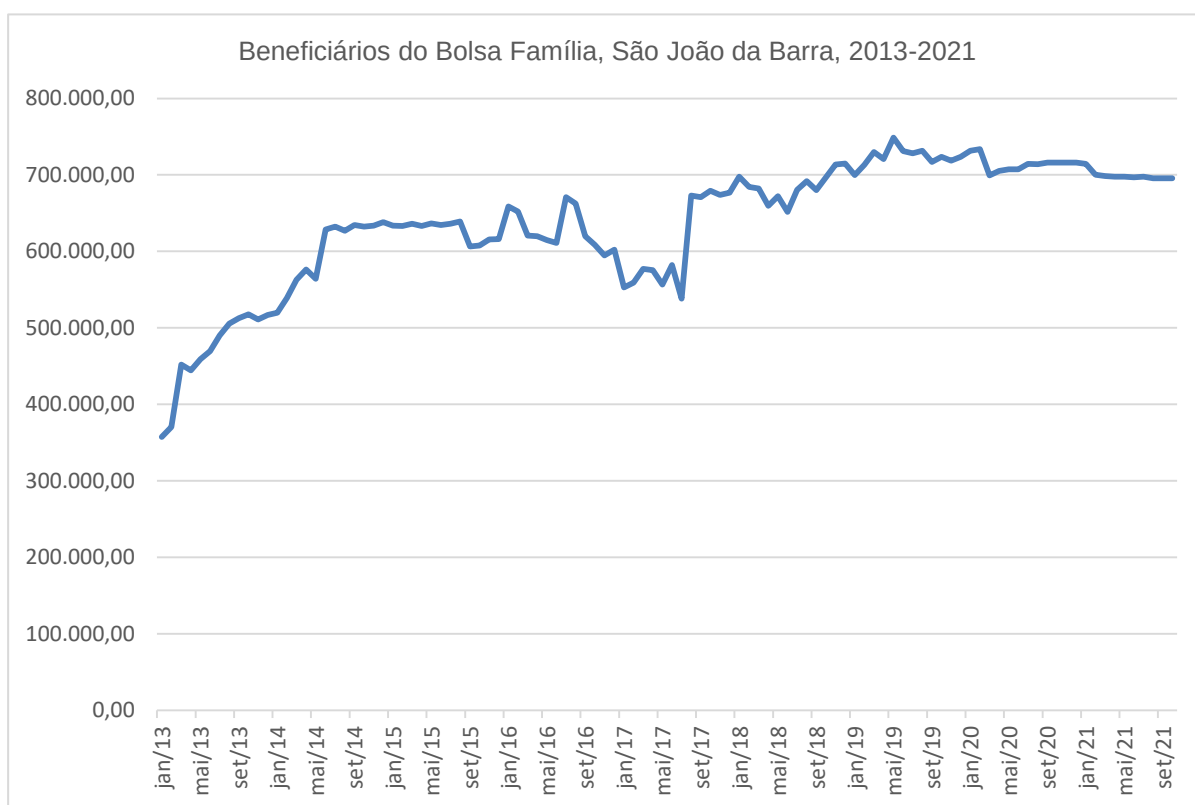
Gráfico 9 - Benefício de Prestação Continuada, São João da Barra, 2019-2023.



O gráfico apresenta dados referentes ao número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família ao longo de diversos meses e anos. Nota-se uma tendência de aumento gradual ao longo dos anos, o que pode indicar o aumento do custo de vida, e a perda do poder aquisitivo.

O segundo exemplo está relacionado à pobreza através do programa Bolsa Família. Este é um programa de transferência de renda do governo federal brasileiro que tem como objetivo combater a pobreza e a desigualdade social, oferecendo auxílio financeiro às famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza.

Gráfico 10 - Beneficiários do Bolsa Família, São João da Barra, 2013-2021.



Fonte: Portal da Transparência. Governo Federal. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Há no gráfico dos valores recebidos pelos beneficiários do Bolsa Família mudanças de quantidade de famílias atendidas e flutuações ao longo do tempo indicando fatores sazonais, como alteração de renda em períodos de economia aquecida, bem como alteração nas regras de elegibilidade das famílias cadastradas.

Esses dois casos partem do fenômeno da verticalidade, com suas interdependências hierárquicas, que, por sua vez, reflete-se na ordem técnica, financeira e política do sistema atual. Nesse processo, a informação desempenha um papel crucial, regendo as ações que definem as novas realidades espaciais. A hierarquização e homogeneização resultantes desse processo têm implicações profundas na capacidade de gestão da vida local.

Disso decorre, o que se denominou nesta tese, o rompimento das solidariedades orgânicas, em particular nas áreas desalojadas para a construção do Porto do Açu, com destaque para a desintegração das antigas solidariedades locais em prol de uma integração dependente de forças externas. A perda correlativa da capacidade de gestão local é evidente, apesar dos recursos consideráveis direcionados para a região. Os bilhões de royalties, ao invés de transformar a paisagem, parecem ter exacerbado as disparidades, ressaltando a complexidade das relações contemporâneas entre espaço, poder e solidariedade.

Nessa análise, o papel da globalização é preponderante para se entender como o território se insere nessa apropriação de diferentes atores. A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedece a uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais.

A produção especializada de mercadorias é uma característica intrínseca do sistema capitalista. As empresas comercializam seus produtos com outras empresas e adquirem insumos de outras empresas para seus próprios processos de produção. Existe uma forte interdependência entre as empresas concorrentes e entre os trabalhadores e as empresas. Para obter lucro e garantir a continuidade dos negócios, os capitalistas dependem de outros agentes econômicos presentes em diferentes mercados e localidades (CLARK, 2010).

Em São João da Barra, um exemplo de atividade econômica hierarquizada está relacionado ao setor da pesca junto com as peixarias, que se concentram no centro da cidade e em bairros periféricos. Esse comércio, cujas atividades econômicas são bem importantes em São João da Barra, especialmente nas áreas próximas ao litoral, é composto, em grande parte, por pequenos estabelecimentos que vendem produtos básicos e de baixo valor agregado. Esses estabelecimentos têm baixa capacidade de gerar empregos qualificados e atraem

pouco investimento. Inclusive a pasta da prefeitura da Secretaria da Pesca é um dos que recebem menos verba, conforme os dados contidos nas despesas municipais do portal de transparência municipal.

A pesca em São João da Barra é realizada principalmente por pescadores artesanais, que utilizam técnicas tradicionais para capturar peixes e frutos do mar. Essa atividade gera emprego e renda para muitas famílias na região, mas, também, apresenta desafios como a falta de infraestrutura adequada para a conservação e comercialização dos produtos.

As peixarias em São João da Barra são, geralmente, pequenos estabelecimentos que comercializam peixes e frutos do mar frescos, provenientes da pesca local. Essas peixarias são importantes para a economia local, pois fornecem alimentos para a população e geram empregos na área de comércio.

No entanto, essas atividades também enfrentam desafios, como a competição com peixarias de outras regiões com seus produtos industrializados, a falta de investimentos em infraestrutura e a necessidade de garantir a qualidade dos produtos comercializados.

No trabalho de campo realizado em abril de 2022 em São João da Barra foi possível observar que o polo gastronômico de Grussaí, por exemplo, um dos importantes atrativos turístico de São João da Barra e da região, com diversos bares e restaurantes, compra, da mesma forma, peixes importados em detrimento do produto local. Uma das razões seria o preço pago mais barato para produtos congelados, aliado à falta de infraestrutura dos pescadores para conservação do produto. Nesse sentido, entre como variável a posição hegemônica através de suas formas monopolísticas de atividades na região (Santos, 2008, p.57).

Outra observação foi aquela ligada à infraestrutura de fixos e fluxos, como pousadas, hotéis, bares e restaurantes, como um dos objetivos do trabalho de campo, assim como a análise das políticas públicas e sua repercussão nos circuitos econômicos com carências visíveis na paisagem.

O relatório de campo além de revelar a importância da pesca e do turismo na economia de São João da Barra, que é o segundo município com maior PIB per capita do Estado do Rio de Janeiro, revela que o território possui uma baixa densidade técnica em sua infraestrutura. Essa observação sugere que há uma desigualdade no desenvolvimento econômico do município, com a presença de atividades econômicas significativas, mas uma infraestrutura deficiente para apoiá-

las. A visita ao mercado municipal de Campos dos Goytacazes e à praia do Farol demonstraram a importância da atividade pesqueira na região, que é um dos principais componentes da economia local.

Além disso, a pesca pode ser afetada por questões ambientais, como a poluição do mar (repercussão do derramamento de óleo na região) e a diminuição da população de peixes. Em entrevistas com alguns pescadores, a pesca de camarões, por exemplo, está cada vez mais ameaçada devido ao desrespeito ao período de defeso, no qual a pesca é proibida para permitir a reprodução e o crescimento das espécies.

Essa baixa densidade técnica da infraestrutura de São João da Barra caracteriza mais uma variável do rompimento das antigas relações existentes na região em direção a um espaço de fluxos desigual estabelecido nesse ponto do território brasileiro.

O território como mosaico de aconteceres solidários

Santos (2008b) construiu sua teoria do espaço geográfico juntamente com a noção de acontecer, ou seja, os eventos decorrentes da existência humana em seu agir para realizar o Mundo.

O território, nessa perspectiva, é a forma política do espaço geográfico. Trata-se, na realidade no contexto desta tese, na “arena da oposição entre o mercado, que singulariza, e a sociedade civil, que generaliza”, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 2002b).

É distinta da proposta de Scott (2006) sobre um mundo de regiões ou um mosaico global de economias regionais imbricados, dentre de uma lenta redução dos territórios subdesenvolvidos. O caminho, para este autor, viria da capacidade criativa do conjunto de atividades industriais e fenômenos sociais relacionados formando teias de interação diferenciadas que moldam o empreendedorismo e resultados inovadores de várias maneiras, por meio do empreendedor, mesmo este cerceado pelo poder das multinacionais em intensificar a diferenciação espacial no mundo em geral.

Nesta tese, optou-se por considerar o território como um mosaico de aconteceres solidários. Considera-se o papel ativo do território e de seus habitantes

na formação dessa divisão territorial do trabalho apresentada nos capítulos anteriores.

O território no período atual da globalização não é somente formado por regiões, mas possui outros recortes como as verticalidades e horizontalidades. (SANTOS, idem).

O uso do território nesta perspectiva revela, através da paisagem, esses novos recortes capitaneados pelo poder das grandes empresas. Nos interstícios encontram-se grande parte da população como no mapa abaixo:

Mapa 9 - Aglomerados Subnormais das Unidades Federativas do Brasil, 2019.

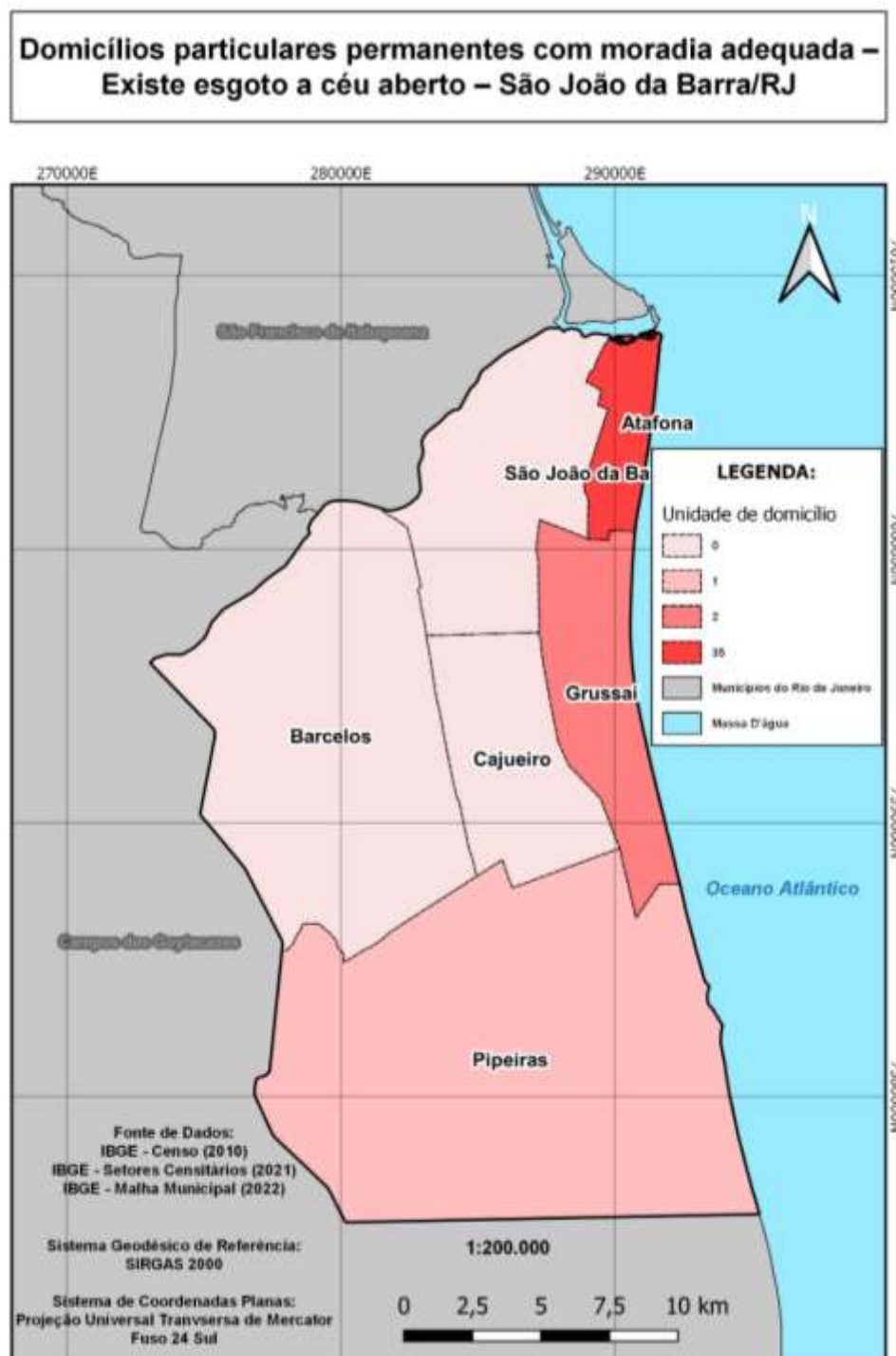


No mapeamento das favelas, conforme a retomada do termo pelo IBGE após mais de cinco décadas, é visível através das manchas e pontos em vermelho os conflitos enfrentados na contemporaneidade entre os diferentes espaços: de um lado, as comunidades interligadas pelas vizinhanças, e de outro, os eventos provenientes do espaço global, caracterizado por processos racionalizadores e ideológicos. Em uma palavra, podemos denominar esse fenômeno como o resultado da modernização atual, muitas vezes em detrimento da autonomia e identidade locais. A paisagem revela e intensifica as desigualdades no território, ao invés de ocultá-las.

As favelas brasileiras, ao longo dos séculos, têm sido espaços marginalizados e segregados, onde as condições de vida são precárias e os moradores enfrentam uma série de desafios socioeconômicos e territoriais. Essas comunidades lutam diariamente para sobreviver em meio a condições adversas, com acesso limitado a serviços básicos e escassas oportunidades de emprego digno.

No contexto específico de São João da Barra, uma cidade caracterizada pela presença dominante da indústria petrolífera e pela exploração de recursos naturais, os bairros mais carentes podem representar uma manifestação visual dos conflitos entre o espaço global e local. Por um lado, as políticas e interesses globais relacionados à indústria petrolífera e ao desenvolvimento econômico exercem uma influência direta sobre as condições de vida da população, contribuindo para processos como gentrificação, deslocamento forçado e carência de investimentos em infraestrutura e serviços básicos, conforme o mapa abaixo:

Mapa 10 - Domicílios particulares permanentes com moradia adequada onde existe esgoto a céu aberto, São João da Barra, 2010.



Essa divisão territorial do trabalho, como delineada por Santos (2008b), baseia-se na união vertical entre os diferentes lugares. No entanto, o neoliberalismo e a democracia de mercado atuam como forças que restringem as possibilidades de

afirmação das formas de vida fundamentadas na solidariedade local, enquanto promovem uma lógica de competição e individualismo.

Além disso, a erosão costeira enfrentada pelo município há décadas se soma à erosão do território resultante da maneira como São João da Barra foi integrada em uma divisão territorial do trabalho cujos benefícios não são reinvestidos localmente, mas sim extraídos e direcionados para o centro do sistema, exacerbando ainda mais as desigualdades e fragilidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo analisar a relação entre a divisão territorial e internacional do trabalho implementada no Norte Fluminense, com ênfase no município de São João da Barra, e sua influência na perpetuação das desigualdades socioespaciais na região. Assim, o objeto teórico desta análise centrou-se na teoria do espaço geográfico através dos seus objetos e ações dialeticamente relacionados (SANTOS, 2008b). A face política do espaço geográfico, ou seja, o território usado, foi reveladora da dinâmica das pessoas, das empresas e das instituições ao longo do tempo.

Pierre George (1976) contribuiu imensamente ao tratar da natureza da região e sua importância para a organização do espaço. Outro conceito central nesta tese está relacionado à divisão territorial do trabalho, isto é, a repartição do trabalho sob as formas herdadas (SANTOS, idem). Isso permitiu uma análise da formação do Norte Fluminense e sua consequente especialização, desde o setor sucroalcooleiro até a década de 1970, bem como a produção de petróleo a partir da década de 1980.

A região Norte Fluminense, portanto, passou por uma modernização logístico-industrial com o objetivo de inserir o país na economia internacional como produtor de commodities. Um dos aspectos relevantes encontrados nesta pesquisa voltou-se para ilustrar o esforço do planejamento capitalista em dotar o território de maior fluidez, redução do tempo e distâncias, a fim de delinear uma divisão territorial favorável aos interesses, sobretudo, das grandes empresas instaladas na região nas últimas duas décadas.

A forma como o lugar, representado pelo município de São João da Barra, foi deliberadamente instrumentado para participar da lógica do capital globalizado revelou contradições e fragmentações, logo desigualdades socioespaciais. Isso levou ao entendimento de que em São João da Barra há um território marcado pela fluidez, seletividade, subordinação e instabilidade em relação aos seus usos no atual período.

O exemplo da instalação do mineroduto Minas-Rio atende aos objetivos de garantir a velocidade nos processos de comércio e logística. A seletividade territorial advém não somente do fato de as elites locais politicamente “reservarem”

uma parte da região para seus interesses particulares, como pesquisou Cruz (2003), mas sim trata-se de uma apropriação do território, um tipo de uso que atende somente um agente e não modifica sequer os indicadores sociais mais citados em relação ao conjunto da população. Já a subordinação territorial foi constatada devido à alta dependência dos royalties provenientes da indústria do petróleo.

O que culminou na instabilidade do território devido à incapacidade da gestão orçamentária em recusar grande parcela dos recursos públicos para financiamento privado.

O evento responsável pela intensificação dessas características diz respeito à maneira pela qual se deu as modernizações, ou seja, como as inovações foram difundidas e como o lugar as aceitou. Em primeiro lugar, a instalação do Porto do Açu e suas atividades modificaram a paisagem e aumentaram a interdependência ao envolver um maior número de atores no processo de concentração do capital. Em segundo lugar, o Porto se tornou o ponto central em um espaço verticalizado e conectado pelos agentes globais. Ocorreu, dessa forma, um processo denominado de corporatização do território (SANTOS, 2008b, 2006). Nesse processo, o território se aliena na sua materialidade ou se adapta para os fins particulares das empresas, sobretudo as multinacionais.

Os impactos territoriais e socioeconômicos para a população esbarraram na concentração de terras e recursos em torno do empreendimento, pressões imobiliárias, deslocamento e perda de suas atividades tradicionais. Quando a população não se sente pertencente ao seu próprio território, isto é, excluída da sua dinâmica, pode-se dizer que houve um rompimento das solidariedades orgânicas; quando agricultores e pescadores têm suas terras desapropriadas, bem como diversos impactos ambientais devido à construção de um grande objeto alheio ao lugar, cuja função primordial é o escoamento de bens minerais e ligados à cadeia produtiva do petróleo.

As consequências deste cenário ligado à nova divisão territorial do trabalho dizem respeito à discrepância entre as promessas de emprego no município e a realidade quando da instalação do Porto do Açu; a ingovernabilidade do poder público diante da concessão de benefícios e da adaptação da infraestrutura a fim de atender às demandas das empresas. Nem mesmo os vultuosos royalties recebidos por São João da Barra permitiram promover melhorias infraestruturais, socioeconômicas e socioespaciais à grande maioria da população.

Ao contrário do que se esperava, a pobreza persiste em São João da Barra, como evidenciado pelo aumento no número de famílias que precisam recorrer ao auxílio emergencial e outros benefícios fornecidos pelo governo federal. Uma constatação preocupante é que os pescadores, pilares históricos da comunidade, não recebem a devida atenção e apoio, diferentemente das empresas e seus investimentos. Surpreendentemente, os setores relacionados à pesca e ao meio ambiente recebem uma das menores fatias de recursos na distribuição orçamentária, evidenciando uma desigualdade de tratamento que precisa ser enfrentada.

Urge a necessidade de promover a valorização da comunidade local, priorizando atividades como a pesca artesanal, a agricultura familiar e o turismo ecológico. Essas iniciativas não apenas podem gerar empregos e renda para os residentes, mas também reduzir a dependência em relação aos grandes empreendimentos industriais, como o Porto do Açu. É crucial que os projetos de desenvolvimento e uso do solo não sejam ditados exclusivamente pelos interesses das grandes corporações, que, muitas vezes, podem realocar suas operações em busca de benefícios fiscais mais vantajosos.

É imperativo direcionar os investimentos para a melhoria da infraestrutura básica, como saneamento, transporte público, saúde e educação, garantindo, assim, o acesso equitativo da população aos serviços essenciais para uma vida digna. Além disso, é fundamental estabelecer instituições e políticas públicas que tenham como objetivo primordial resgatar o território para aqueles que o habitam e o edificaram ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. São Paulo: Presencial, 1967.
- ALVARENGA, Felipe Medeiros. **Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do complexo portuário e industrial do Açu e seus impactos socio-territoriais**. 2013. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE, [s. l.], 2013. Disponível em: <<https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/FELIPE-MEDEIROS-ALVARENGA.pdf#page=82&zoom=100,129,492>>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- AMERICAN, Anglo. Mineroduto do Sistema Minas-Rio conta com mais de 133 mil toneladas de aço e 44 mil tubos. [s. l.], 2014. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/year2014/18-12-2014>>.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ASSAD, Luna Barreto Codeço Eduardo. **A produção do espaço e o zoneamento urbano: São João da Barra/RJ e o Porto do Açu**. 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, [s. l.], 2019. Disponível em: <<http://app.uff.br/riuff/handle/1/13298>>. Acesso em: 29 maio. 2023.
- ATAFONA, distrito do RJ que vem sendo engolido pelo mar, serve de alerta para erosão costeira. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/atafona-distrito-do-rj-que-ven- sendo-engolido-pelo-mar-serve-de-alerta-para-erosao-costeira.shtml>. Acesso em jan. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas,: Editora da UNICAMP, 2012.
- BRITO, Thiago Macedo Alves De. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 74–105, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13563>>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- BROEK, Jan. O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1972.
- CASTREE, Noel. Labour Geography: A Work in Progress. **International Journal of Urban and Regional Research**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 853–862, 2007. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2427.2007.00761.x>>. Acesso em: 11 maio. 2019.

CLARK, Gordon L. Capitalism and Regional Inequality. **Annals of the Association of American Geographers**, [s. l.], v. 70, n. 2, p. 226–235, 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1980.tb01309.x>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro.

CURRY, Michael. On space and spatial practice in contemporary geography. In: KENZER, Martin S.; EARLE, Carville; MATHEWSON, Kent (Eds.). **Concepts in Human Geography**. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 1996. p. 3–32.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELANEY, David. Entering the Territory of Territory. In: **Territory: A Short Introduction**. [s.l.] : John Wiley & Sons, Ltd, 2005. p. 1–33.

ESTUDO TÉCNICO BÁSICO, São João da Barra. Proposta para a criação da área de proteção ambiental das dunas e restingas. [s. l.], 2022. Disponível em: <[file:///E:/Arquivos-Leandro/Doutorado/Unicamp 2019/Bibliografia/SJB/PropostaAmbientalSaoJoaoBarra.pdf](file:///E:/Arquivos-Leandro/Doutorado/Unicamp%2019/Bibliografia/SJB/PropostaAmbientalSaoJoaoBarra.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41–49, 1981. Disponível em: <http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/23_20060704231237.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/58-1.PDF>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

GEORGE, Pierre. **A Ação do Homem**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1971.

GEORGE, Pierre. Difficultés et incertitudes de la géographie. **Annales de Géographie**, [s. l.], v. 85, n. 467, p. 48–63, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23448424?Search=yes&resultItemClick=true&searchText=geographie+turisme&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Dgeographie%2Bturisme&ab_segments=0%2Fbasic_SYC-5187_SYC-5188%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3Aec9c5f3a92d4>. Acesso em: 4 dez. 2020.

GEORGE, Pierre. *Réflexions sur la géographie du travail: rétrospective et prospective*. **Espace, populations, sociétés**, [s. l.], v. 3, p. 399–403, 1988. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/espos_0755-7809_1988_num_6_3_1286>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GLOBO, O. Com obras do Açú, São João da Barra deve receber R\$ 70 bi e população pode crescer 7 vezes. **O Globo**, [s. l.], 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/com-obras-do-acu-sao-joao-da-barra-deve-receber-70-bi-populacao-pode-crescer-7-vezes-2769793#ixzz29IX7LxSy>>

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NOVA REGIONALIZAÇÃO. **Revista do Departamento de Geografia**, [s. l.], v. 1, p. 21–47, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47065>>

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. 10. ed. Paris: Dalloz, 1996.

GUEDES FALCÃO, Hully; REIS MOTA, Fabio. Infringir para resistir: mobilizações coletivas dos pescadores de Atafona - São João da Barra (RJ). **Avá. Revista de Antropología**, [s. l.], v. 16, p. 107–124, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1690/169046438007.pdf>>.

HAGGETT, Peter. *The Geographer's art*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HAGGETT, Peter. *Geografia Una síntesis moderna*. Barcelona: Ediciones Omega, 1994.

HEROD, Andrew. **Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism**. [s.l.] : New York: Guilford Press, 2001.

HEROD, Andrew. O conhecimento geográfico sobre os trabalhadores: reflexões sobre as pesquisas nos Estados Unidos e Brasil | Geographical scholarship on workers: reflections on the field in the United States and Brazil. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 15, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2881/2617>>

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 26. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. 2. ed. [s.l.] : Edições Graal, 1983.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira, 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021.

JANEIRO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. São João da Barra**. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

Disponível em:

<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomico>.

Acesso em: jan. 2022.

KNELLER, George F. A Ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. 10. ed. São Paulo: EPU, 2007.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

LÄMMLE, Luca; BULHÕES, Eduardo Manuel Rosa. Vista do Impactos de obras costeiras na linha de costa: O Caso do Porto do Açú, Município de São João da Barra, RJ. **Boletem do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, [s. l.], v.

13, n. 1, p. 131–152, 2019. Disponível em:

<<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/12491/11435>>.

Acesso em: 6 jun. 2023.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: : ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEVY, Bertrand; RAFFESTINI, Claude. Epistémologie de la géographie humaine. In: BAILLY, Antoine (Ed.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1998. p. 25–36.

LÉVY, Jacques (Org.). **L’Invention du Monde : une géographie de la mondialisation**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINELLI, Alberto. **La modernizzazione**. 10. ed. Roma: Laterza e Figli, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio De. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s. l.], v. 0, n. 3, p. 5–26, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9338>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio De. Desenvolvimento Regional e Desigualdade Socioespacial Fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s. l.], v. 0, n. 6, 2015.

MONIÉ, Frédéric. Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do complexo portuário e industrial do Açu – São João da Barra, RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s. l.], v. 0, n. 9, p. 69–83, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/28865>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MONTAGNÉ VILLETTE, Solange. Les mots, les chiffres et les espaces du chômage (Words, numbers and spaces of unemployment). **Bulletin de l'Association de géographes français**, [s. l.], v. 77, n. 3, p. 211–223, 2000. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_2000_num_77_3_2167>. Acesso em: 6 abr. 2019.

NETTO, Dulcides. TUPs do porto do Açu, em São João, RJ, vão receber 1,6 bilhão do PIL. **G1 - Portal de notícias**, [s. l.], 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/06/tups-do-porto-do-acu-em-sao-joao-rj-va-receber-16-bilhoes-do-pil.html>>

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

PEET, Richard. Inequality and Poverty: A Marxist-Geographic Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, [s. l.], v. 4, p. 8, 1975. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2562423>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PEIXOTO, André Luís Almeida et al. Desenvolvimento Humano: Uma breve análise da Região Norte Fluminense. **Anais – XIX Seminário de Integração**, [s. l.], 2021.

PEREIRA, Guilherme Vasconcelos. **O Porto do Açu e o município de São João da Barra-RJ: impactos na dinâmica socioeconômica-2007 a 2017**. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, [s. l.], 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22409/PPGDAP.2018.m.13032173760>>. Acesso em: 29 maio. 2023.

PIQUET, Rosélia; RANGEL, Hevilmar Carneiro; CASTRO, Richard De. Fluxos transnacionais e espaços em reconversão econômica: análise do caso do município de São João da Barra, RJ. **Geo UERJ**, [s. l.], v. 0, n. 36, p. 1–17, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48416>>.

Acesso em: 11 ago. 2021.

PIQUET, Rosélia (org.) Norte fluminense: uma região petrodependente. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

PRADO, Fellipe; ROCHA, Betty Nogueira. Territórios em Disputa: resistência e luta no processo de implantação do Complexo Industrial Superporto do Açú. [s. l.], n. 2, p. 329–349, 2015. Disponível em:

<<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-territorios-em-disputa-resistencia-e-luta-no-processo-de-implantacao-do-complexo-industrial-superporto-do-acu.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

PRADO, Fellipe Silva. **A Construção de Novas Territorialidades a partir da Implantação do Complexo do Superporto do Açú em São João da Barra- RJ**. 2014. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [s. l.], 2014. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3129>>

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, Identidad y Utopia en America Latina**. Lima: Sociedade y Política, Ediciones, 1988.

QUINTSLR, Suyá. Desenvolvimento e Escalas de Conflito Ambiental: o caso do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açú em São João da Barra (RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s. l.], v. 0, n. 4, p. 1–25, 2014.

RACINE, Jean-Bernard; ROUVRE, Josiane. Perspectives critiques pour une géographie du travail [Réflexions sur les « Populations actives » de Pierre George]. **Espace géographique**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 56–66, 1982. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1982_num_11_1_3706>. Acesso em: 6 abr. 2019.

RAINNIE, Al; HEROD, Andrew; MCGRATH-CHAMP, Susan. Global production networks, labour and small firms. **Capital and Class**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 177–195, 2013.

RAMOS, Verônica Ribeiro; ARAÚJO, Thiago Moreira de Rezende; OLIVEIRA, Manildo Marcião. Histórico e caracterização das lagoas do Açú, Salgada, Grussaí e Iquipari, São João da Barra/RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 21, 2019. Disponível em: <<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/13263/11428>>.

Acesso em: 6 jun. 2023.

RANGEL, Hevilmar Carneiro. São João da Barra: O Ciclo Histórico de uma Importante Cidade Portuária, sua Decadência Econômica e a Revitalização com o Complexo Portuário do Açú. [s. l.], 2013.

RANGEL, Hevilmar Carneiro; PIQUET, Rosélia; CASTRO, Richard De. O Emprego e as Empresas do Complexo Portuário do Açú: relato de uma pesquisa. **Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, v. 18, n. 67, 2020.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o Urbano e a Região**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. Da política dos estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 9–23, 1997. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/983>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008. a.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. b.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura; Souza, Maria Adélia (Orgs) Território – Globalização e Fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15–20.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **CADERNOS IPPUR**, Rio de Janeiro, p. 7–12, 1999. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/277/86>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SANTOS, Milton. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: 6a, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território : globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

São João da Barra. Diário Oficial do Município de São João da Barra. Edição Especial nº 180, de 29 de setembro de 2022. Disponível em: 180_22_diario_oficial_eletronico_de_29_de_setembro_de__2022-edicao_180.pdf.

Acesso em: 20 de maio de 2023.

SÃO JOÃO DA BARRA. Portal da Transparência. 2023a. Receitas Acumuladas - Exercício 2023. Disponível em: <http://transparencia.sjb.rj.gov.br:8079/transparencia/#>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SÃO JOÃO DA BARRA. SJB prevê orçamento com aumento de 33% e chega a R\$ 852,4 milhões para 2023b. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/blogs/caminhos/2023/06/1291322-sjb-preve-orcamento-com-aumento-de-33-e-chega-a-rs-8524-milhoes-para-2024.html>. Acesso em 10 out. 2023.

SAUER, Carl. A Educação de um Geógrafo. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 137–150, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13392>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SCOTT, Allan. **Geography and Economy: three lectures**. Oxford: University Press, 2006. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat04198a&AN=unicamp.000412896&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SILVA, Leandro Henrique Da. A temática do trabalho nos estudos geográficos e suas implicações metodológicas. **Ciência Geográfica**, [s. l.], v. 25, p. 125–135, 2021. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_1/agb_xxv_1_web/agb_xxv_1-09.pdf>

SILVA, Silvana Cristina Da. A especialização produtiva no ramo do petróleo e a rede urbana no estado do Rio de Janeiro. **Revista Entre-Lugar**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 96–115, 2015. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/5152>>. Acesso em: 2 maio. 2022.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da.; CARVALHO, Ailton Mota de. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 364.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, [s. l.], v. 4, p. 21–28, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 74–88, 2010. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360>>. Acesso em: 27 set. 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 9, 2011. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_ve rsao_internet/AGB_dez2011_01.pdf>. Acesso em: 18 out. 2012.

SILVEIRA, María Laura. Región y División Territorial del Trabajo: Desafíos en el período de la Globalización. **Revista Investigación y Desarrollo**, Colombia, v. 17, n. 2, p. 22, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-32612009000200010&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVEIRA, María Laura. El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo. **Revista Geográfica del Sur**, Chile, v. 5, n. 7, p. 20, 2014. Disponível em: <http://www.revgeosur.udec.cl/wp-content/uploads/2016/08/Vol5N7_silveira.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SLATER, David. **Underdevelopment and spatial inequality. Approaches to the problems of regional planning in the third world**Progress in Planning, 1975.

SMITH, Jonathan M. Ramifications of Region and Senses of Place. In: **EARLE, Carville, KENZER, Martin; MATHEWSON, Kent. Concepts in Human Geography Geography**. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1996. p. 186–211.

SOL, Eduardo. Revisitando o Norte Fluminense: do paradigma agrário ao logístico-industrial neste breve século XXI. In: **MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org). Revisitando o território fluminense V**. Rio de Janeiro: Gramma, 2015. p. 81–93.

STORPER, Michel; WALKER, Richard. La división espacial del trabajo. **Cuadernos Políticos**, México, n. 38, p. 4–22, 1983. Disponível em: <<http://www.bolivare.unam.mx/cuadernos/cuadernos/contenido/CP.38/CP38.3MichaelStorperRichardWalker.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

APÊNDICE

RELATÓRIO DE CAMPO – NORTE FLUMINENSE

Discente: Leandro Henrique da Silva

Local de realização: Município de Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

Data de realização: 18 a 26 de abril de 2022.

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo na região Norte Fluminense enquadra-se no processo inicial de reconhecimento do local de pesquisa para possíveis desdobramentos na elaboração da tese de doutorado.

OBJETIVO(S)

O objetivo do trabalho consistiu, dentre outras coisas, no reconhecimento do município lócus da pesquisa, em particular, sobre a dinâmica do circuito hoteleiro em São João da Barra.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho de campo iniciou-se no dia 19/04 no reconhecimento do litoral norte do município de São João da Barra. A primeira visita foi na praia de Grussaí e no polo gastronômico do local, reunindo bares e restaurantes com grande variedade de produtos, como peixes, bebidas e música ao vivo. Na praia de Atafona ocorre a junção entre o mar e o Rio Paraíba. Nessa localidade é possível vislumbrar o avanço do processo erosivo da praia em direção a costa, comprometendo as casas e ruas do bairro.

No dia 20/04 houve uma visita a secretaria de pesca do município de São João da Barra no intuito de compreender como a atividade pesqueira atua na dinâmica do mundo do trabalho local. As atividades de manutenção, instalação e pesca foram visitadas e houve reunião com representante da prefeitura na secretaria de pesca.

Da mesma forma, ocorreu reunião previamente agenda com a secretaria de comunicação para tratar de assuntos relativo ao município de São João da Barra e sobre as principais atividades relacionadas ao turismo regional ligado diretamente as pousadas, os hotéis, isto é, a infraestrutura de fixos e fluxos, um dos objetivos do trabalho de campo.

No dia 21/04 ocorreu uma reunião junto ao Projeto PESCARTE¹⁰ vinculado a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

No dia 22/04 visita ao mercado municipal do Município de Campos dos Goytacazes e atravessando todo o município até chegar ao litoral na praia do Farol. Neste último trajeto com inúmeros barcos de pesca, quiosques, bares e restaurantes na orla da praia.

No dia 23/04 houve visita nos arredores do Porto de Açu em São João da Barra.

No dia 26/04 ocorreu uma visita exploratória ao comércio da cidade na avenida Liberdade em São João da Barra a fim de realizar um levantamento de pousadas não cadastradas no site oficial da prefeitura.

CONCLUSÃO

A principal impressão sobre o trabalho de campo está relacionada as particularidades do município de São João da Barra em relação à sua posição no Norte Fluminense. Segundo o IBGE¹¹ o município está em segundo lugar no ranking do PIB per capita do Estado do Rio de Janeiro com 220.707,37 reais (2019). Entretanto, abriga uma população de pouco mais de 35 mil habitantes (2021)¹². Local de grandes objetos como o Porto de Açu e com grande participação de atividades econômicas ligada à pesca e ao turismo, o município apresenta um nível de infraestrutura, de acordo com as observações de campo, com baixa densidade técnica. É necessário, portanto, investigar a relação entre as políticas públicas, as empresas, o papel do Estado e sua repercussão nos circuitos econômicos com carências de várias ordens visíveis na paisagem.

¹⁰ O Projeto PESCARTE tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/?view=projeto-apresentacao&id=6>.

¹¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>.

¹² Idem.

ANEXOS

04/03/24, 21:13

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Ir para

 *Selecione a seção* **Fala.BR**

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

 > [Principal](#) > [Meus Pedidos e Recursos LAI](#) > [Detalhes do Pedido de Acesso à Informação](#)

Detalhes do Pedido de Acesso à Informação

Consulte aqui os detalhes do pedido de acesso à informação selecionado

Informações da Resposta

 **Data da resposta: 19/07/2023, às 16:07****Tipo**

Resposta Conclusiva

Resposta

Prezado LEANDRO, Este canal de atendimento tem como premissa responder ao cidadão/demandante e aos demais interessados, de forma ágil e objetiva, os resultados das demandas/manifestações encaminhadas, incluindo as providências decorrentes, nos moldes da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), tempestivamente, no prazo máximo fixado de acordo com a complexidade da matéria. Segue abaixo o link de onde encontrar a resposta de sua manifestação. <https://saojoaodabarra-rj.portaltp.com.br/>

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

Número de protocolo**Tipo**<https://falabr.orgu.gov.br/web/manifestacao/detalhar/5886958>

1/8

04/03/24, 21:13

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Ir para

**Fale aqui (teor)**

São João da Barra Ao responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo Prezado(a) Senhor(a) Secretário(a), Por meio deste documento, um pesquisador interessado no desenvolvimento territorial, solicita informações oficiais referentes a benefícios fiscais concedidos a empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços no município de São João da Barra, no período de 2012 a 2022. Gostaria de obter os seguintes dados: Identificação nominal das empresas beneficiadas pela Lei 105/2008, que trata do tratamento fiscal aos imóveis e serviços vinculados à construção da Zona industrial do Porto de Açu, bem como outros leis e decretos referentes a benefícios fiscais seletivos para as corporações mencionadas. Detalhes dos incentivos concedidos, tais como aquisição de terrenos, isenção ou redução de IPTU e taxas municipais, compra de equipamentos, execução de obras, entre outros. Essas informações serão utilizadas para fins acadêmicos e de pesquisa, no âmbito do estudo sobre o desenvolvimento territorial e a influência corporativa na região de São João da Barra. Conforme estabelecido pela Lei nº 12.527/2011, que trata do acesso às informações públicas, solicito que as informações sejam fornecidas em formato digital, de acordo com a disponibilidade e as normas vigentes. Agradeço antecipadamente pela atenção e colaboração, ressaltando que a disponibilização dessas informações será de extrema importância para o progresso do estudo mencionado. Atenciosamente, Obs. O documento pode ser uma tabela. Ex (Nome da empresa, ISS, IPTU, valor R\$ etc) . Cópia de segurança.

Assunto

Acesso à Informação

Subassunto

-

Tag

-

Data de cadastro

16/06/2023

Prazo de atendimento

20/07/2023

Situação atual

Concluída

Registrado por**Modo de resposta**

Ir para

Q

Anexos Originais

Anexos do pedido de acesso à informação

Não foram encontrados registros.

Recursos

	Recurso	Tipo	Data Entrada	Prazo de atendimento
▼	Primeira Instância	Informação recebida não corresponde à solicitada	20/07/2023 13:38	25/07/2023 23:59

04/03/24, 21:13

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Ir para



	Segunda Instância	Informação incompleta	03/08/2023 12:36	08/08/2023 23:59
---	----------------------	--------------------------	---------------------	---------------------

Ir para

Q

Exibir 10 1-2 de 2 itens Página 1

Histórico de Ações

Data/Hora	Ação	Responsável	Informações adicionais
16/06/2023 17:35	Cadastro	LEANDRO HENRIQUE DA SILVA	Registro dos dados da manifestação
07/07/2023 15:15	Prorrogação	Órgão	Resposta de manifestação prorrogada de 10/07/2023 para 20/07/2023
19/07/2023 16:07	Registro Resposta	Órgão	Resposta Conclusiva
20/07/2023 13:38	Registro de Recurso	LEANDRO HENRIQUE DA SILVA	Registro de recurso de 1ª Instância
03/08/2023 12:36	Registro de Recurso	LEANDRO HENRIQUE DA SILVA	Registro de recurso de 2ª Instância

Exibir 10 1-5 de 5 itens Página 1

Encaminhamentos

Ir para



Data/Hora	PrazoOriginal	Novo Prazo	Responsável	Motivo
07/07/2023 15:15	10/07/2023	20/07/2023	Órgão	Indispo tempo informa

Exibir 10 1-1 de 1 itens Página 1

< >

Respostas à pesquisa de satisfação

Não foram encontrados registros.

[← Voltar](#)

Responder Pesquisa

Exportar

USUÁRIO

Início

Acesso à Informação - Novo Pedido de Acesso à Informação

Acesso à Informação - Meus Pedidos e Recursos

Ouvidoria - Nova Manifestação